

# A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS

---

H.G.F. HALFELD E J.J. VON TSCHUDI

Tradução de Myriam Ávila  
Ensaios Críticos, Notas e Revisão da Tradução  
Roberto Borges Martins

Coleção  
MINEIRIANA

**FAPEMIG**  
FUNDAÇÃO DE AMÉRICA À PESQUISA DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

 FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
GOVERNO DE MINAS GERAIS

Coleção  
**MINEIRIANA**  
Série Clássicos

INSTRUÇÃO PARA O GOVERNO  
DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS  
José João Teixeira Coelho

DISCURSO HISTÓRICO E POLÍTICO  
SOBRE A SUBLEVAÇÃO QUE  
NASMINAS HOUVE NO ANO DE 1720

BREVE DESCRIÇÃO GEOGRÁFICA,  
FÍSICA E POLÍTICA DA CAPITANIA  
DE MINAS GERAIS  
Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos

MEMÓRIA SOBRE A CAPITANIA  
DAS MINAS GERAIS - SEU TERRITÓRIO,  
CLIMA E PRODUÇÕES METÁLICAS  
José Vieira Couto

GEOGRAFIA HISTÓRICA  
DA CAPITANIA DE MINAS GERAIS  
Descrição Geográfica, Topográfica,  
Histórica e Política da Capitania  
de Minas Gerais

Memória Histórica  
da Capitania de Minas Gerais

José Joaquim da Rocha

EXPLORANDO E VIAJANDO  
TRÊS MIL MILHAS ATRAVÉS  
DO BRASIL - DO RIO DE JANEIRO  
AO MARANHÃO  
James W. Wells

BRASIL NOVO MUNDO  
W. L. von Eschwege

SEIS SEMANAS  
NAS MINAS DE OURO DO BRASIL  
Visconde Ernest de Courcy

TRATADO DE GEOGRAFIA  
DESCRITIVA ESPECIAL DA  
PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS  
José Joaquim da Silva

VISITAS PASTORAIS DE D. FREI  
DA SANTÍSSIMA TRINDADE

A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS  
H.G.F. HALFELD E J.J. von Tschudi

*Coleção*  
~~MINÉIRIANA~~

# A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS

HENRIQUE GUILHERME FERNANDO HALFELD  
JOHANN JAKOB VON TSCHUDI

H. G. F. HALFELD E J. J. VON TSCHUDI

# A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS

TRADUÇÃO

MYRIAM ÁVILA

ENSAIO CRÍTICO, NOTAS E REVISÃO DA TRADUÇÃO

ROBERTO BORGES MARTINS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO

CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS

BELO HORIZONTE

1998

GOVERNADOR  
EDUARDO AZEREDO

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL  
MARCOS VINÍCIUS CAETANO PESTANA DA SILVA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO João PINHEIRO  
ROBERTO BORGES MARTINS

DIRETORA DO CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS E CULTURAIS  
JÚNIA FERREIRA FURTADO

FICHA CATALOGRÁFICA

H169P Halfeld, H.G.F  
A província brasileira de Minas Gerais / H.G.F. Halfeld e J.J.von Tschudi; tradução Myriam Ávila; ensaio crítico, notas e revisão da tradução Roberto Borges Martins.-Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro: Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.  
1 v.  
Inclui mapa da província de Minas Gerais (1855) de autoria de H.G.F. Halfeld e F. Wagner.  
1. Minas Gerais - História 2. Minas Gerais - Geografia  
I. Título: II Série

CDD:981  
CDU:981(815.1)

**APOIO:**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais



#### CONSELHO EDITORIAL

Affonso Ávila, Affonso Romano de Sant'Ana, Amílcar Vianna Martins Filho, Angela Gutierrez, Antônio Octávio Cintra, Aluísio Pimenta, Angelo Oswaldo de Araujo Santos, Bernardo Mata Machado, Celina Albano, Clélio Campolina Diniz, Cyro Siqueira, Douglas Cole Libby, Fábio Lucas, Fábio Wanderley Reis, Fernando Correia Dias, Francisco Iglésias, Gerson de Britto Mello Boson, Guy de Almeida, Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, Isaías Golgher, Jarbas Medeiros, João Antônio de Paula, José Aparecido de Oliveira, José Bento Teixeira de Salles, José Ernesto Ballstaedt, José Israel Vargas, José Murilo de Carvalho, Júlio Barbosa, Lucília de Almeida Neves Delgado, Luis Aureliano Gama de Andrade, Maria Antonieta Antunes Cunha, Maria Efigênia Lage de Resende, Miguel Augusto Gonçalves de Souza, Norma de Góes Monteiro, Orlando M. Carvalho, Otávio Soares Dulci, Paulo Roberto Haddad, Paulo Tarso Flexa de Lima, Paulo de Tarso Almeida Paiva, Pio Soares Canedo, Roberto Borges Martins, Roberto Brant, Rui Mourão, Vera Alice Cardoso, Vivaldi Moreira, Walter Moreira Salles.

# **A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS**

**TRADUÇÃO**

**MYRIAM ÁVILA**

**ENSAIO CRÍTICO, NOTAS E REVISÃO DA TRADUÇÃO**

**ROBERTO BORGES MARTINS**

**CONSULTOR PARA QUESTÕES DE GEOLOGIA E MINERALOGIA**

**FRIEDRICH E. RENGER**

**CONSULTORA PARA QUESTÕES DE BOTÂNICA**

**ANGELA BORGES MARTINS**

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

ELEONORA SANTA ROSA  
JÚNIA FERREIRA FURTADO

**INDICAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO**  
ROBERTO BORGES MARTINS

**PROJETO GRÁFICO E ARTE**

ESCRITÓRIO DE DESIGN  
LUCIA NEMER E GUILI SEARA

**PRODUÇÃO EXECUTIVA**

ROSELI DE AGUIAR

**REVISÃO**

ROBERTO BORGES MARTINS

## APRESENTAÇÃO

Com a publicação de *A Província Brasileira de Minas Gerais*, a Fundação João Pinheiro prossegue com a recuperação, através de sua *Coleção Mineiriana*, de obras fundamentais para o conhecimento e a pesquisa da história de Minas e do Brasil.

Editado originalmente em 1862, pela casa Justus Perthes, de Gotha, como um suplemento do importante *Petermann's Geographischen Mittheilungen*, o *Die Brasiliannische Provinz Minas Geraes*, apresentava um resumo do cientista suíço Johann Jakob von Tschudi sobre a geografia, a ecologia, a história, a economia e a administração da província e o mapa elaborado por Henrique Halfeld e Frederico Wagner, concluído em 1855, porém nunca publicado no Brasil. Apesar do grande interesse dessa publicação – basta dizer que a carta de Halfeld-Wagner foi o segundo mapa de Minas jamais impresso e o texto de Tschudi é o primeiro compêndio sobre a geografia de Minas publicado em qualquer língua, ela ficou relegada ao esquecimento e não foi traduzida para o português.

Além de tornar os dois trabalhos (mapa e texto) disponíveis para os estudiosos, a presente edição visa também resgatar a memória de Frederico Wagner, simples desenhador e modesto funcionário do governo provincial, mas um servidor público exemplar e autor de relevantes contribuições para a geografia e a cartografia de Minas.

Mesmo respeitando a integridade da edição original, que atribui a *Halfeld und Tschudi* a autoria principal do trabalho, insistimos em sublinhar o papel de Wagner, cuja participação no arrastado processo de elaboração da carta de 1855 lhe assegura – conforme demonstrado no ensaio introdutório – no mínimo, a co-autoria desse mapa.

Foi através do *Die Brasiliannische Provinz* que tomei conhecimento, com surpresa, nos anos 70, da presença, em Minas, de Tschudi, que até então tinha apenas na conta de um especialista em colônias de parceria, que visitaria o Brasil especificamente para essa missão, como nos fazia crer a publicação de sua *Viagem às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*, de 1953.

Só alguns anos mais tarde, quando tive em mãos pela primeira vez as *Reisen durch Sudämerika*, é que pude me dar conta da verdadeira abrangência de suas viagens e de seus escritos de interesse para nossa história.

Portanto, esta edição também começa a resgatar, pelo menos em parte, a contribuição do sábio suíço sobre o Brasil, até agora ocultada pelo provincialismo da historiografia paulista da primeira metade deste século, que não hesitou em mutilar grosseiramente as *Reisen* de Tschudi (singularizando para publicação apenas dois dos seus vinte e um capítulos) e não teve sequer a gentileza de informar esse fato ao leitor.

Várias pessoas e instituições contribuíram para tornar esta edição possível.

Agradeço de maneira especial à Embaixada da Suíça no Brasil que, através do Embaixador Oscar Knapp e do Adido Cultural Stephan Winkler, se interessou vivamente pelo projeto e nos colocou em contato com o Dr. Albert von Brunn, especialista em Tschudi, da Zentralbibliothek Zürich, que nos forneceu a biografia e um retrato do autor, cópia xerográfica do texto e um diapositivo para a reprodução do mapa.

Mrs. Paula Covington, bibliotecária especializada em América Latina nas Joint University Libraries, de Nashville, Tennessee, atendendo a um pedido feito através do prof. Marshall C. Eakin, da Vanderbilt University, foi tão gentil e eficiente agora, no fornecimento de cópias do texto, quanto era há vinte anos atrás, quando me ajudava a localizar os materiais difíceis para minha dissertação.

A Sra. Ana Paula Simões Silva, da Embaixada do Brasil em Washington, colaborou mais uma vez com a Coleção Mineiriana, enviando cópias do mapa de Halfeld-Wagner, obtidas na Oliveira Lima Library.

Somos gratos à Professora Myriam Ávila por mais esta tradução, à Professora Tarcísia Ribeiro pelo resumo da biografia de Tschudi, e ao Professor Fábio Alves da Silva Jr. pela tradução (ainda não publicada) das *Reisen durch Südamerika*.

Eleonora Santa Rosa, ex-diretora do CEHC/EJP, dirigiu as fases iniciais do projeto, concluído sob a coordenação de sua atual diretora, Júnia Ferreira Furtado.

Guilherme Seara realizou, como sempre, um trabalho de alta qualidade na reprodução do mapa que é parte essencial desta publicação, e Christiane Kelly Souza e Neuzia Santiago Lima, da Fundação João Pinheiro, foram muito pacientes e eficientes na digitação das incontáveis versões e revisões do texto, do ensaio introdutório e das notas.

Dedico um agradecimento especial ao Professor Friedrich E. Renger, do Instituto de Geociências da UFMG, que foi incansável e extremamente gentil ao nos emprestar sua competência profissional e seu conhecimento da língua alemã, na revisão dos termos técnicos, na resolução de dúvidas e na elaboração de notas, assim como

à Professora Angela Borges Martins, do Departamento de Botânica da UNICAMP, que nos orientou nas questões relativas à *scientia amabilis*.

O apoio da FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais –através do seu Conselho Curador e do seu diretor científico, Professor Afrânio de Carvalho Aguiar, foi, mais uma vez, decisivo.

**Roberto Borges Martins**  
Presidente da Fundação João Pinheiro

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

#### TSCHUDI, HALFELD, WAGNER E A GEOGRAFIA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

ROBERTO BORGES MARTINS ..... 15

#### A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS

JOHANN JAKOB VON TSCHUDI ..... 60

#### MAPA DA PROVÍNCIA DA MINAS GERAIS (1855)

H. G. F. HALFELD E F. WAGNER ..... ENCARTE

## TSCHUDI, HALFELD, WAGNER E A GEOGRAFIA DE MINAS GERAIS NO SÉCULO XIX

Roberto Borges Martins

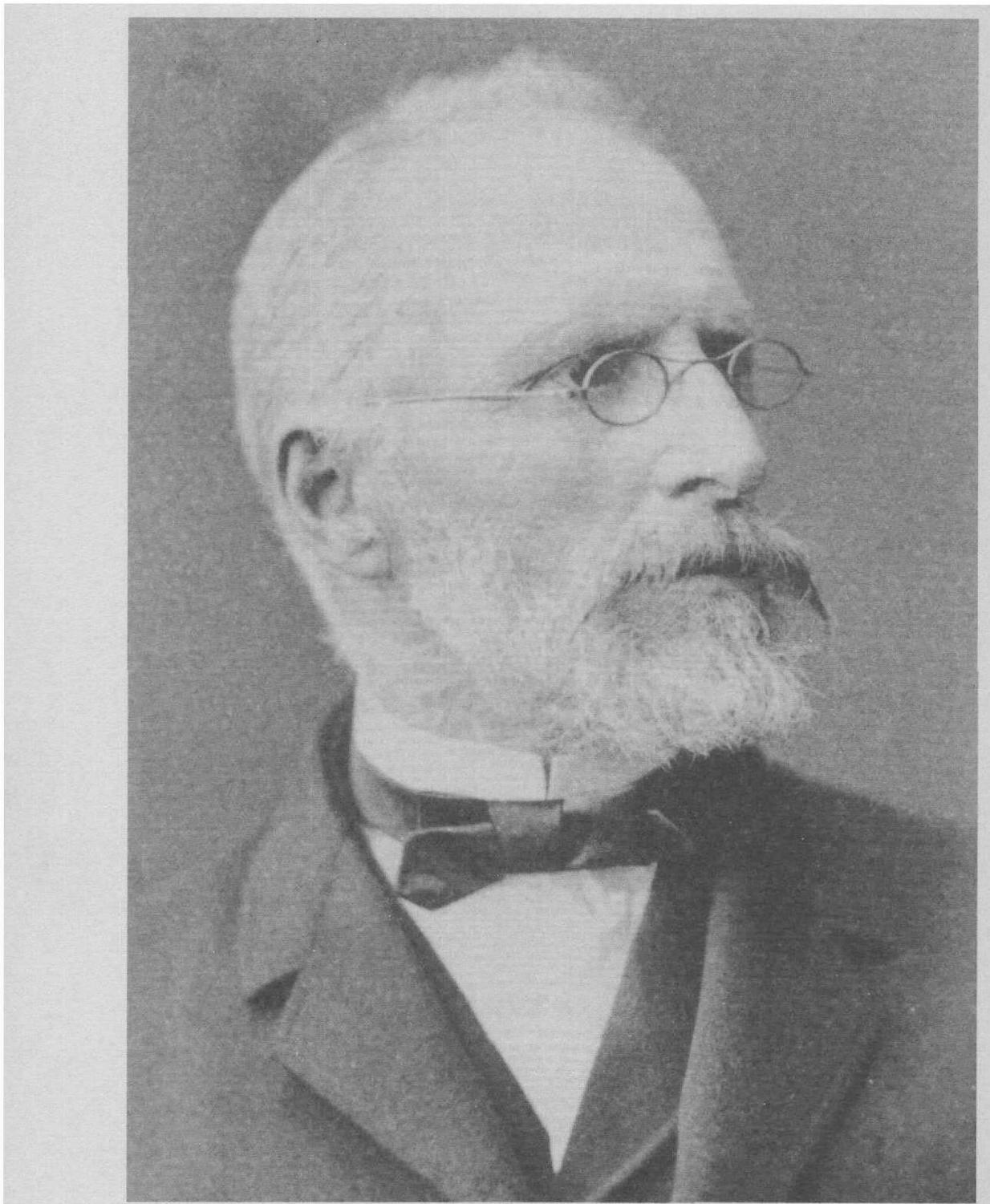
O mapa de Minas Gerais e o artigo publicados em 1862 pela casa editora J. F. Perthes e aqui traduzidos pela primeira vez, são resultado do trabalho de três indivíduos de origem germânica, cujos caminhos se cruzaram no Brasil, no século XIX.

Dois deles, o hanoveriano Halfeld e o boêmio Wagner migraram logo depois da independência e se fixaram em Minas pelo resto de suas vidas.

O engenheiro Halfeld foi uma figura de destaque na província e no império, e é bem conhecido, não só por seu trabalho técnico e intelectual, mas também como fundador da cidade de Juiz de Fora.

O desenhista e cartógrafo Wagner foi um funcionário modesto do governo provincial e seu nome foi praticamente esquecido, a despeito de seus longos anos de trabalho e dos bons serviços prestados à província.

O terceiro, o naturalista, etnólogo e diplomata suíço Tschudi, visitou Minas Gerais só uma vez, em 1858. Embora tenha sido um cientista importante e uma personalidade de relevo no seu tempo, na Europa, sua biografia e sua obra são pouco disseminadas entre nós. Ele é comumente lembrado na historiografia brasileira apenas pelo seu envolvimento com a questão da imigração suíça e alemã e a polêmica sobre as colônias de parceria na cafeicultura paulista, mas suas viagens e seus trabalhos sobre o Brasil são muito mais abrangentes do que isso.



J. J. von Tschudi

## TSCHUDI

Johann Jakob von Tschudi nasceu no cantão de Glarus, na Suiça, em 25 de julho de 1818, em uma família abastada e com antiga tradição de atividade intelectual<sup>1</sup>.

Um de seus antepassados, Giles Tschudi (1502-1572), é considerado o pai da historiografia suíça, apontado como responsável pela elevação da lenda de Guilherme Tell ao status de verdade histórica.

Tschudi formou-se como naturalista entre 1834 e 1838, em Zurique, Leiden e Paris. Estudou com Louis Agassiz em Neuenburg e teve contato, como estudante e como pesquisador, com alguns dos grandes nomes das ciências naturais germânicas de sua época. Seu principal interesse era então a zoologia, área em que desenvolveu seus primeiros trabalhos – uma monografia sobre os répteis da Suiça e outra sobre a classificação dos batráquios – apresentados em 1837 e 1838.

Nesse último ano recebeu o título de doutor em filosofia pela Universidade de Zurique e se incorporou à expedição do *Edmond* para uma longa viagem de investigação científica, cujo roteiro incluía a África, a Austrália, a Nova Zelândia, o Pacífico e toda a banda ocidental do continente americano, do Chile até a Califórnia.

Em novembro de 1838, colhido por azar num conflito entre o Chile e o Peru, o *Edmond* teve de zarpar às pressas do porto de Callao, abandonando Tschudi em Lima. O jovem cientista se manteve por alguns meses na capital peruana e, em março de 1839, decidiu partir para uma excursão de estudos pelos Andes.

Por três anos e meio, até agosto de 1842, Tschudi permaneceu na cordilheira, em condições extremamente adversas, quase inteiramente só, integralmente aplicado à coleta de espécimes zoológicos e botânicos, e a estudos antropológicos, arqueológicos, etnológicos e linguísticos sobre a América pré-colombiana e a civilização inca, assuntos em que se tornou um dos maiores especialistas europeus do século XIX.

De volta à Europa em 1843, dedicou os anos seguintes, em Paris, em Neuenburg, em Berlim e em Viena, à organização de suas coleções e à preparação dos manuscritos de uma *Fauna Peruana* que, publicada em 1844 e 1845, lhe garantiu considerável prestígio no mundo científico europeu, especialmente na Inglaterra, na Alemanha e na Rússia. Em 1844 retomou os estudos de medicina e obteve o diploma de médico pela Universidade de Würzburg.

Em 1846 publicou seus *Esboços de Viagem*, em dois volumes, que, assim como a *Fauna Peruana*, foram traduzidas para o inglês em 1848.

Em 1849 terminou um grande estudo sobre o quetchua, a língua geral do antigo império inca e tornou-se responsável pelas seções de ornitologia e de antropologia da Academia de Ciências de Viena.

Seu principal trabalho sobre a América pré-colombiana, as *Antiguedades Peruanas*, escritas em colaboração com o peruano Mariano Eduardo de Rivero, foi entregue ao prelo em 1852.

Quando resolveu excursionar pelo Brasil, pela região platina e novamente pelos Andes, no final dos anos 50, Tschudi já era, portanto, um cientista maduro, com reputação estabelecida em diversas disciplinas, e um naturalista viajante experimentado.

Partiu de Hamburgo no final de outubro de 1857, no *Teutônia*, "grande navio a vapor, de ferro, movido a hélice", e, depois de tocar em Southampton, em Lisboa, em Tenerife, em Pernambuco e na Bahia, chegou ao Rio de Janeiro, em 26 de novembro<sup>2</sup>.

Após menos de um mês na capital do império, seguiu para o interior, pela rota usual da Serra da Estrela. Visitou Petrópolis e sua colônia alemã, rumando em seguida para Minas, nos últimos dias do ano.

Entrou na província em 1º de janeiro de 1858, e no dia seguinte estava na cidade de Paraibuna, onde fez uma visita ao engenheiro Halfeld, em sua fazenda Juiz de Fora, percorreu a estrada União e Indústria ainda em construção e conheceu a colônia alemã D. Pedro II.

Proseguiu para o norte, por Chapéu d'Uvas, João Gomes, Registro Velho, Barbacena, Ressaquinha, Carandaí e Queluz e, depois de vencer a Serra do Deus Te Livre, ou do Ouro Branco, chegou à capital mineira.

Na curta estadia em Ouro Preto, ainda em janeiro de 1858, encontrou-se com o presidente Carlos Carneiro de Campos e conheceu o *deseñador* Frederico Wagner, co-autor do mapa de Minas, e Henrique Gerber, engenheiro da província e autor de outro mapa e de um compêndio de geografia mineira, que seriam publicados em 1863.

Da capital continuou, em ritmo acelerado, para nordeste através de Passagem, Mariana, Camargos, Bento Rodrigues, Inficionado e Água Quente, em busca das áreas mineradoras do vale do Piracicaba – Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo, Itabira e Itambé de Mato Dentro.

Chegou, mais adiante, às ruínas da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar e à cidade de Conceição do Mato Dentro, seguindo depois para o Serro, por Santo Antônio do Rio do Peixe, e para o coração do distrito diamantino, por Três Barras e São Gonçalo do Rio das Pedras.

Na primeira quinzena de fevereiro estava em Diamantina. A cidade – que vivia o auge do *boom* deflagrado pela liberação da mineração de diamantes, em 1832, e encerrado com a descoberta das jazidas sul-africanas, nos anos 60 – muito o impressionou pela prosperidade, pelo movimento do comércio e pela animação da vida cultural e social. Tschudi chegou a afirmar que a estrada entre Diamantina e o Rio de Janeiro era a principal rota comercial do império.

Examinou, nos arredores de Diamantina, as lavras da Chapada e de São João do Barro, e seguiu para o vale do Araçuaí, através de Mendenha, Rio Manso e São Gonçalo do Rio Preto. Encontrou as famosas forjas do Bonfim ainda em funcionamento mas já decadentes e, passando por São João Batista de Minas Novas, Capelinha de Nossa Senhora da Graça e Setubinha, entrou no vale do Mucuri, chegando a Filadélfia, às margens do Rio Todos os Santos, ainda em fevereiro de 1858.

Filadélfia era o núcleo central da Companhia do Mucuri, empresa de colonização fundada pelos irmãos Ottoni em 1851. Os primeiros imigrantes haviam chegado no meado de 1856 e foram empregados na construção da ligação terrestre entre a povoação e o porto de Santa Clara, onde começa o trecho navegável do Rio Mucuri. No início de 1858 os colonos tinham recebido as primeiras glebas de terra e o suíço lá permaneceu por alguns dias, conhecendo o projeto e percorrendo assentamentos de famílias suíças e alemãs.

De Filadélfia seguiu por terra, em companhia de Teófilo Ottoni, até a Colônia Militar do Urucu e Santa Clara, onde embarcaram no pequeno vapor da companhia, o *Peruípe*, para uma viagem de sete horas e meia, que os levou a São José do Porto Alegre, na foz do Mucuri no Oceano Atlântico. Sua avaliação do projeto Mucuri seria posteriormente objeto de uma acirrada polêmica com o médico alemão Robert Avé-Lallemant.

Antes de embarcar para a capital do império, Tschudi conheceu ainda as cidades de Caravelas e Viçosa, no litoral sul da Bahia, e a Colônia Leopoldina, no Rio Peruípe, que era o núcleo colonial germânico mais antigo do Brasil, fundado em 1818 por um grupo do qual participava o naturalista Freireyss. Pouco depois estava de vol-

ta ao Rio de Janeiro, após ter tocado rapidamente em Vitória, no Espírito Santo.

Logo partiu outra vez, por mar, para Santos, de onde foi a São Paulo, Cotia, Sorocaba, São João do Ipanema, local da malograda fábrica de ferro de Varnhagem, e São Roque.

A 4 de maio de 1858 embarcou novamente em Santos, seguindo para o sul, com escalas em Cananéia, Paranaguá, Antonina e na ilha de Santa Catarina, antes de chegar à cidade portuária de Rio Grande, encerrando a etapa brasileira da viagem.

Na região platina esteve em Montevideu e em Buenos Aires, por poucos dias no início de junho de 1858.

Daí foi a Rosário, Córdoba e Catamarca, e atravessou os Andes e o deserto de Atacama em pleno inverno, de julho até agosto. Entre agosto e novembro percorreu partes do Chile, da Bolívia e do Peru, passou por Guayaquil, no Equador e cruzou o istmo do Panamá nos primeiros dias de dezembro, tomando o navio de volta para a Europa e concludo sua segunda grande jornada americana.

Na década de 1840, as crescentes pressões da Inglaterra para a abolição do tráfico atlântico de escravos para o Brasil coincidiram com um período de grande expansão do setor cafeeiro de São Paulo, que começava um forte movimento de migração do Vale do Paraíba para o chamado *oeste paulista*. Essas áreas viviam então a transição da cana de açúcar e da pequena agricultura para a grande lavoura cafeeira e seriam, nas décadas seguintes, as principais zonas produtoras e a principal fronteira de expansão do café no Brasil.

A perspectiva de fechamento da fonte africana e a necessidade de garantir um suprimento de mão de obra fizeram surgir as primeiras experiências de importação de trabalhadores pobres da Europa do norte – que até então só haviam imigrado para o Brasil em projetos baseados na pequena propriedade agrícola - para as *plantations* cafeeiras em vertiginoso crescimento.

O modelo adotado - as *colônias de parceria* - consistia essencialmente no financiamento, pelo cafeicultor, dos custos de transporte, instalação e manutenção inicial dos imigrantes, seguido da partilha anual das colheitas entre colonos e proprietários. A dívida inicial seria progressivamente abatida através dessas partilhas e toda a família do colono era solidariamente responsável pelo débito, ficando todos vinculados à colônia até que este fosse inteiramente liquidado.

Embora o sistema, seu introdutor -- o senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro -- e seus praticantes fossem festejados por muito tempo pela historiografia paulista como a inauguração do trabalho livre no Brasil, e até mesmo como os arautos de uma suposta ponta de lança capitalista nas relações de trabalho herdadas da era colonial, as colônias de parceria não apresentavam nada de novo e, sobretudo, nada tinham que pudesse caracterizá-las como *livres* ou *capitalistas*.

Vergueiro era, na verdade, o maior traficante de escravos da província de São Paulo e seu sistema não era senão mais uma versão dos conhecidos regimes de *indenture*, *contract labor*, *debt slavery* ou *travail engagé*, largamente praticados em várias partes do mundo em várias épocas, especialmente nos Estados Unidos no período colonial e no Caribe e na Guiana após a abolição do tráfico africano (1807) e a emancipação dos escravos nas colônias inglesas (1833). Essas regiões foram invadidas, nas áreas onde persistiu a *plantation* exportadora, por levas de *coolies* chineses e indianos e por *africanos livres*, engajados numa variedade de modalidades que tinham como característica comum o fato de serem todos sistemas de trabalho coercitivo, ou involuntário, mesmo quando a adesão original ao contrato fosse voluntária<sup>3</sup>.

As colônias de parceria tiveram rápida disseminação no planalto paulista -- Campinas, Rio Claro, Limeira, Amparo, Jundiaí, Itu, Mogi Mirim, Piracicaba e áreas vizinhas -- mas continham tantos elementos de exploração e de coerção que não tardaram a degenerar em sistemas compulsórios mais ou menos abertos e a gerar numerosos conflitos, o mais famoso dos quais ocorreu em 1857, na fazenda Ibicaba, em Limeira, que pertencia ao próprio Vergueiro e que se tornou o *locus classicus* para o estudo do sistema e de suas tensões<sup>4</sup>.

Esses conflitos, envolvendo imigrantes europeus brancos, e não mais escravos africanos negros, tiveram ampla répercussão na Europa, especialmente na Suíça e nos estados germânicos, de onde provinha a grande maioria dos colonos.

Tschudi, que na sua primeira viagem havia sido apenas um observador privado da colonização europeia, acabou por se envolver oficialmente e profundamente na questão, e é apenas por esse envolvimento que é mencionado na historiografia brasileira, que praticamente desconhece os outros aspectos de suas viagens e de sua obra sobre o Brasil.

Depois da divulgação, em setembro de 1859, de um relato de sua autoria sobre a situação dos colonos no Brasil<sup>5</sup>, passou a ser considerado uma autoridade nes-

se assunto e, em fevereiro de 1860, foi nomeado ministro e enviado plenipotenciário da Confederação Helvética à Corte do Rio de Janeiro, onde desembarcou novamente em 13 de maio, com a missão específica de examinar de perto os núcleos coloniais e de negociar, junto ao governo imperial melhorias nas condições de vida e de trabalho dos imigrantes, consideradas muito ruins na Suiça e em toda a Europa, especialmente após os acontecimentos de Ibicaba.

Em 21 de julho de 1860 embarcou para Santos e daí foi a São Paulo, lá permanecendo por alguns dias em entrevistas com ex-colonos egressos do sistema, e em 1º de agosto seguiu para o interior para examinar *in loco* as polêmicas colônias. Percorreu durante um mês os núcleos localizados em Jundiaí, Campinas, Amparo, Limeira, Rio Claro, Piracicaba, Capivari e Itu, retornando ao Rio de Janeiro em 6 de setembro.

Além das colônias de parceria, Tschudi também inspecionou minuciosamente os núcleos do sistema tradicional, de pequena propriedade familiar. Em 25 de outubro partiu para o Espírito Santo, onde visitou Vitória, as colônias Santa Isabel e Santa Leopoldina e, seguindo para o sul, passou por Itapemirim, Guarapari, Benevente e Piúma, examinou a colônia Rio Novo e rumou, por terra, para o Rio Itabapoana, fronteira com a província do Rio de Janeiro.

Chegando ao Paraíba do Sul, visitou Campos e São Fidélis (28 de novembro de 1860) e prosseguiu por Aldeia da Pedra (São José de Leonissa) e Cantagalo, para chegar a Morro Queimado, ou Nova Friburgo, antiga zona de colonização germânica. Saíu de Friburgo em 2 de dezembro, foi a Cachoeira do Macacu, daí de trem até o Porto das Caixas e, alcançando Santo Antônio de Sá, ou Vila de Macacu, no rio desse nome, tomou o vapor que logo entrou na baía de Guanabara e o devolveu ao Rio de Janeiro.

A etapa seguinte levou o embaixador às zonas coloniais de Santa Catarina, aparentemente no primeiro semestre de 1861. Viajou por mar até São Francisco, no litoral norte dessa província, foi à colônia Dona Francisca (Joinville), percorreu núcleos belgas e alemães no vale do Itajaí (inclusive a famosa colônia do Dr. Hermann Blumenau), as colônias Santa Isabel e Teresópolis, no Itajaí-mirim, e chegou à capital, Des-terro, de onde partiu para o Rio Grande do Sul.

Entrou na província gaúcha pelo porto de Rio Grande, foi a Pelotas, Porto Alegre, São Leopoldo e outras colônias vizinhas, passou por Rio Pardo e pelos núcleos coloniais de Santa Cruz, Santo Ângelo e Santa Maria, e retornou a Rio Grande, embarcando de volta ao Rio.

Em 21 de outubro de 1861 apresentou suas despedidas ao imperador e dois dias depois deixou pela última vez o Brasil, regressando à Europa.

A missão de Tschudi logrou algum êxito, pois conseguiu ampliar, por convenção assinada com o governo brasileiro, os direitos civis e religiosos dos imigrantes, garantindo-lhes ainda uma assistência consular mais efetiva.

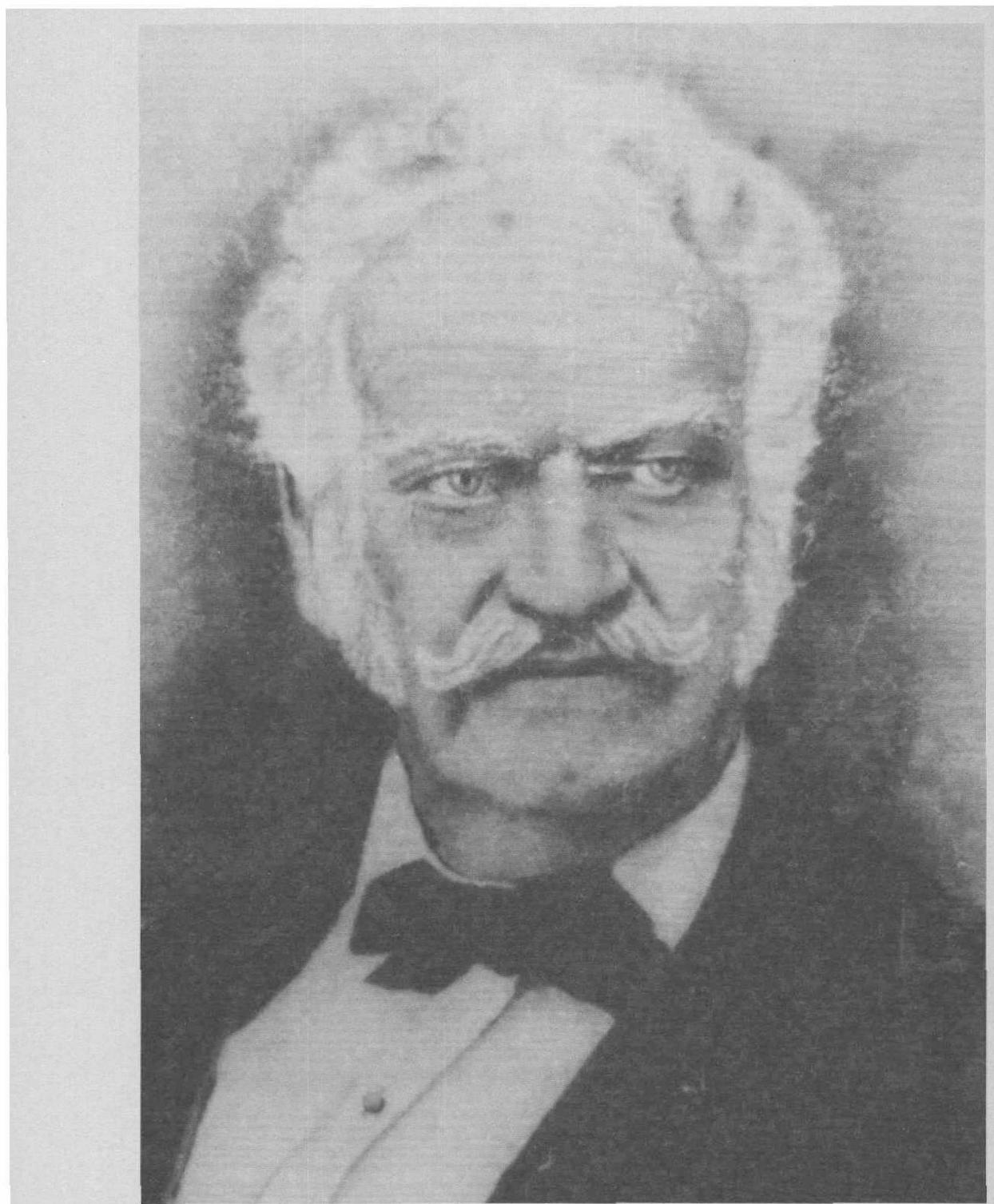
Sua avaliação geral da questão, entretanto, levantaria polêmica na Europa, pois, se não isentava de culpa os fazendeiros e o governo imperial, não deixava de criticar também os agentes recrutadores e as próprias comunidades suíças e alemães, as quais, no seu entender, enviam ao Brasil proletários urbanos totalmente despreparados para a colonização agrícola e até mesmo indivíduos criminosos e condenados, considerados indesejáveis em seus lugares de origem.

No caso da Companhia do Mucuri, Tschudi assumiu a defesa aberta de Teófilo Ottoni, denunciando como caluniosa e sensacionalista a campanha contra ele movida no Brasil e na Europa, sobretudo pelos escritos de Avé-Lallemant.<sup>6</sup>

Essas posições lhe valeram muitas críticas e acusações de subserviência à elite latifundiária do império brasileiro.

Em 1862 publicou o *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*, texto que acompanha o mapa de Minas no *Peterman's Geographischen Mittheilungen* e, entre 1866 e 1869, um extenso relato de suas viagens pelo Brasil e pelas repúblicas platinais e andinas, sob o título de *Reisen durch Südamerika*, em cinco volumes ilustrados que se inscrevem, sem sombra de dúvida, na melhor literatura de viagem do século XIX e no primeiro escalão da xenobiografia sobre o Brasil oitocentista.<sup>7</sup>

Em 1868, Tschudi foi nomeado embaixador da Suíça, em Viena, posto que ocupou até o final de 1882, quando, retirando-se da vida pública, voltou à sua propriedade rural de Jakobshof, onde permaneceu imerso em seus estudos e escritos sobre o Peru antigo até falecer, em 8 de agosto de 1889, aos 71 anos de idade.



H. G. F. Halfeld

## HALFELD

Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld nasceu a 23 de fevereiro de 1797, na cidade de Clausthal, Reino de Hanover, no coração da importante região mineradora do Harz.<sup>8</sup>

Trabalhou desde cedo em atividades de mineração e se formou em engenharia na Bergakademie Clausthal, a segunda mais antiga escola de minas da Alemanha.

Em 1815, recém formado, alistou-se no exército prussiano em campanha contra Napoleão e participou da batalha de Waterloo, onde foi ferido na cabeça.

Em 1824 casou-se com Dorothea Augusta Filippina e no ano seguinte emigrou para o Brasil, desembarcando no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1825, como oficial mercenário do corpo de estrangeiros do nascente exército imperial, engajado pelo major Georg Anton Schäffer, agente do governo brasileiro para o recrutamento de soldados e de colonos na Europa.<sup>9</sup>

As informações dos biógrafos de Halfeld sobre seus primeiros anos no Brasil são escassas e imprecisas. Apenas registram que ele não demorou a dar baixa do exército e que se dirigiu para Minas, em companhia de Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca, cuja família era proprietária de lavras na comarca do Rio das Mortes; e que teria trabalhado nas empresas de mineração de São José del Rei, do Congo Soco e da Serra de Cocais.<sup>10</sup>

Felizmente, para compensar a escassez de outras fontes, o engenheiro Halfeld teve dezenas filhos, e através dos registros de seus nascimentos é possível retracar com razoável precisão seus passos em Minas Gerais.

## DATA E LOCAL DE NASCIMENTO DOS FILHOS DO ENGENHEIRO HALFELD

Nome	Data de Nascimento	Local
1. Pedro Maria	05/07/1825	A bordo do <i>Doris</i> , no mar
2. Ana Antonia	11/05/1827	São José del Rei
3. Francisco Mariano	03/11/1828	São José del Rei
4. Josefina Antonia	28/12/1830	Gongo Soco
5. Fernando Feliciano	11/09/1832	Gongo Soco
6. Guilherme Justino	12/10/1834	Cocais
7. Antonio Amálio	13/09/1837	Ouro Preto
8. Dorothea Ana Petronilha	12/05/1839	Ouro Preto
9. Carlos Antonio	18/10/1840	Juiz de Fora
10. Bernardo Mariano	03/09/1842	Juiz de Fora
11. Emilia	27/10/1844	Juiz de Fora
12. Luis Joaquim	27/03/1846	Juiz de Fora
13. Henrique Guilherme	24/05/1847	Juiz de Fora
14. Júlio	20/01/1849	Juiz de Fora
15. José Antonio	24/05/1852	Juiz de Fora
16. Maria Bertha	02/01/1873	Juiz de Fora

Fonte: Wilson de Lima Bastos. *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*. pp.36-38.

Seu primogênito nasceu a bordo do *Doris*, navio que o trouxe ao Brasil, na altura dos Abrolhos, poucos dias antes de desembarcar no Rio.

Em 1827 e 1828, Halfeld estava em São José del Rei, provavelmente trabalhando na General Mining Association.

Essa empresa foi fundada em Londres, em 1827, e adquiriu a concessão dada a José Alexandre Carneiro Leão, pelo decreto imperial de 3/3/1825, para explorar minas de ouro e outros metais na província de Minas Gerais.

Segundo o reverendo Robert Walsh, que visitou a região em 1829, George Vincent Duval, um dos seus diretores, foi encarregado de examinar as terras adquiridas.

pela companhia, o que fez “acompanhado por um competente mineiro das montanhas do Harz, na Alemanha”. Desse levantamento resultou a decisão de estabelecer a empresa em São José del Rei, e Duval partiu para recrutar mineiros no Harz, considerados tão bons quanto os ingleses e muito mais baratos que aqueles. O primeiro contingente chegou ao Rio em abril de 1828 e logo se dirigiu para São José, iniciando imediatamente os trabalhos. Ao tempo da visita de Walsh, no início de 1829, a companhia já estava operando quatro minas – Rezende, Luzia, Vicente e Pacu, nos dois lados da Serra de São José.<sup>11</sup>

É muito provável que o “competente mineiro” mencionado por Walsh fosse Henrique Halfeld, que era engenheiro de minas, originário do Harz e estava em São José em 1827 e 1828, como atestam os nascimentos de Ana Antónia e de Francisco Mariano.

De 1830 a 1832 vamos encontrar o engenheiro no Congo Soco, a serviço da Imperial Brazilian Mining Association. Além de dois de seus filhos – Josefina Antonia e Fernando Feliciano – terem nascido no Congo, em dezembro de 1830 e em setembro de 1832, sua presença e sua atuação na empresa estão bem documentadas nos registros da companhia e num arrolamento populacional datado de outubro de 1831.

A primeira referência a Halfeld nos relatórios da Imperial Brazilian aparece no segundo semestre de 1830, quando é relatado que

*Colonel Skerrett visited both estates in the month of November last, accompanied by Mr. Halfeld, a scientific gentleman whom he has engaged in the service of the Association in Brazil, and who has sent home a well executed plan of Antonio Pereira ... The Directors have also received a valuable and well finished surface plan of Congo Soco, drawn by the same gentleman.<sup>12</sup>*

Skerrett era o tenente coronel J.M.A. Skerrett, que sucedeu ao Capitão George Francis Lyon como *chief commissioner* da empresa no Brasil, e assumiu o cargo em 19 de março de 1830.

Halfeld parece ter se tornado uma espécie de curinga na companhia, pois nesse mesmo relatório é mencionado várias vezes exercendo atividades relacionadas com diferentes especialidades da engenharia: como engenheiro de minas (avaliação da mina de Antonio Pereira, que havia sido sinistrada), como engenheiro civil (reforma do

antigo sistema de regos condutores de água), como engenheiro mecânico (construção de uma *stamp mill*) e como topógrafo e desenhista (autor de vários levantamentos e plantas).<sup>13</sup>

Tudo indica também que desfrutava de grande prestígio e confiança junto a Skerrett. Nos relatórios seguintes, além de ser mencionado como químico-metalurgista ("Mr. Halfeld understands the amalgamation system perfectly"), e novamente como engenheiro mecânico (construtor de uma "*machine for measuring under ground*"), ele é alvo freqüente de rasgados elogios do superintendente

*... Mr. Halfeld, whom I estimate more highly every day ... I have consulted Mr. Halfeld, who confirms my ideas in every point ... I beg to give Mr. Halfeld the merit of the new strakes ... All the machinery of a very fine engine-shaft has been completed ... and does great credit to Mr. Halfeld, who commenced, and to Mr. Baird, who finished it ... I am obliged to put Mr. Halfeld to surveying, drawing and miscellaneous purposes, for which he is eminently qualified ...*<sup>14</sup>

As últimas referências a Halfeld ocorrem no *Thirteenth Report*, que cobre o primeiro semestre de 1832, e a partir daí seu nome desaparece por completo dos registros do Congo Soco.<sup>15</sup> Não há nenhuma informação sobre a época precisa em que deixou a empresa, nem as razões por que o fez. O ano de 1834 foi um período de queda na produção e de redução do pessoal no Congo, inclusive nos escalões superiores, mas aparentemente Halfeld já tinha deixado a companhia desde o final de 1832.

Na lista nominativa dos moradores do distrito da Capela de Nossa Senhora do Socorro, onde ficavam a mina e o arraial do Congo Soco, datada de 25 de outubro de 1831, encontramos mais informações sobre Halfeld e mais indicações sobre sua posição na empresa.

Os fogos de número 68 a 98 são todos referentes a empregados da Imperial Brazilian Mining Association. No fogo nº 68 morava a família do Cel. Skerrett, no nº 69 encontramos a família do Dr. Robert W. MacFarlane, médico da companhia, e no de nº 70 a família de William Baird, engenheiro-chefe da empresa. O fogo nº 71 era a residência da família Halfeld.

## FOGO N° 71 DO DISTRITO DA CAPELA DE N.S. DO SOCORRO, 25/10/1831

- 
01. Mr. F. Halfeld (alemão), branco, 30 anos, casado, engenheiro
  02. Mrs. Halfeld, branca, 27 anos, casada
  03. Pedro Halfeld, branco, 7 anos
  04. Francisco Halfeld, branco, 3 anos
  05. Ana Halfeld, branca, 4 anos
  06. Josefina Halfeld, branca, 1. ano
  07. Mariana, preta, cativa, 23 anos, criada
  08. Bento, preto, cativo, 18 anos, criado
  09. Luiz, preto, cativo, 18 anos, criado
  10. Joaquina, preta, cativa, 17 anos, criada
  11. Joana, preta, cativa, 18 anos, criada
  12. Felicidade, preta, cativa, 18 anos, criada
  13. Mr. Halfeld Snr., branco, 62 anos, capitão de minas

Fonte: "Relação dos Habitantes do Distrito da Capela de Nossa Senhora do Socorro, filial da Parochia de São João da Morro Grande, Termo da Villa de Caeté, 25 de outubro de 1831". Manuscrito, APM, Seção Provincial, Mapas de População, Pasta nº 12. As idades de Halfeld, sua esposa e seu filho Pedro estão incorretas. Em outubro de 1831 eles tinham, respectivamente, 34, 30 e 6 anos de idade.

A relação acima indica que Halfeld, além de desfrutar de razoável status na companhia (sugerido pela posição de seu domicílio na listagem, junto dos fogos dos principais dirigentes),<sup>16</sup> já tinha acumulado um patrimônio considerável, constituído por seis escravos jovens, com idades entre 17 e 23 anos. Em Minas Gerais, em 1831, apenas um terço dos domicílios possuía escravos, e menos de um terço destes possuía seis ou mais cativos. O plantel de Halfeld o colocava, portanto, quase no decil superior da província, em termos de riqueza medida pela propriedade escravista.<sup>17</sup>

A lista nominativa revela ainda um outro fato que não é mencionado pelos biógrafos de Halfeld. É a presença de um "Mr. Halfeld senior", provavelmente seu pai, de 62 anos e listado com a ocupação de "capitão de minas". Halfeld pai é também citado no *Twelfth Report* da Imperial Brazilian, chefiando uma equipe de 14 homens no serviço de manutenção do sistema de regos<sup>18</sup>.

Retomando a listagem da prole, verificamos que a família Halfeld se encontrava em

Cocais no final de 1834, pois lá nasceu Guilherme Justino, em 12 de outubro desse ano. Isso é consistente com a informação de que Halfeld teria trabalhado para a companhia inglesa de Cocais, e com o *timing* da formação dessa empresa.

A mina da Serra de Cocais se localizava no distrito da Capela de N.S. do Rosário de Cocais, na mesma freguesia de São João do Morro Grande e na mesma formação montanhosa do Congo Soco, de que distava apenas oito milhas.

Os terrenos, cujo principal proprietário era José Feliciano Pinto Coelho da Cunha (futuro Barão de Cocais e padrinho de Josefina Antonia) foram levantados por Halfeld em 1830 e, em 1833, foram arrendados por 50 anos pela National Brazilian Mining Association, atraída pelo estrondoso sucesso da vizinha mina do Congo Soco.

As operações começaram em junho de 1834, sob o comando de Mr. Macdonald, *chief commissioner*, e de Thomas Treloar, *mining captain*. Desde o início enfrentaram graves problemas de infiltração de água e, em 1846, as operações foram encerradas, em virtude de um desmoronamento generalizado na mina. A empresa ainda se arrastou por vários anos antes do fechamento definitivo, explorando, sem sucesso, as minas de Cuiabá e de Brucutu, mas foi um grande desastre financeiro.<sup>19</sup>

Em 13 de maio de 1836 Halfeld assinou um contrato com o governo mineiro e foi nomeado, por ato do desembargador Antônio da Costa Pinto, vice-presidente em exercício, para o cargo de engenheiro da província.<sup>20</sup>

Pelo contrato, aprovado pela lei provincial nº 81, de 13 de abril de 1837, o engenheiro receberia a remuneração anual de dois contos e oitocentos mil réis, e se obrigava "não só aos deveres impostos pelas leis aos engenheiros das estradas, mas ainda a levantar a carta geográfica e topográfica da província, e a copiar e corrigir quaisquer cartas, mapas ou plantas, segundo as ordens superiores".<sup>21</sup>

Halfeld se mudou para a capital da província, onde permaneceu até o final de 1839, e onde nasceram seu sétimo e oitavo filhos. Dentre os diversos trabalhos de sua nova função, o mais importante foi a construção da nova estrada do Paraibuna, que foi por mais de uma década a principal obra do governo provincial.<sup>22</sup>

Em 1839 naturalizou-se brasileiro, adotando o nome de Henrique Guilherme Fernando e em 1840, cerca de oito meses após a morte de sua primeira esposa, casou-se com Cândida Maria Carlota, da importante família Tostes, de Santo Antônio do Paraibuna. Com esse casamento, e posteriormente por compra das partes de seus cunhados, tornou-se proprietário da Fazenda Juiz de Fora, onde se estabeleceu definiti-

vamente, e onde nasceram seus últimos oito filhos.

Halfeld dedicou-se intensamente à promoção do desenvolvimento da localidade, e a ele é creditada a fundação da cidade de Juiz de Fora, ou seja, o impulso inicial da transformação do pequeno povoado de Paraibuna em um dos principais centros urbanos, comerciais e industriais da província.<sup>23</sup>

Na Revolução Liberal de 1842 atuou ao lado das forças legalistas como capitão de artilharia em comissão, participou da batalha final de Santa Luzia e, após o confronto, desenhou uma planta do teatro das operações.<sup>24</sup>

Em 1852 desligou-se do serviço provincial, comissionado pelo governo imperial para realizar o levantamento do Rio São Francisco. O trabalho de campo foi realizado entre 1852 e 1854 e seu resultado – um atlas detalhado com 30 pranchas, na escala 1:71.250 e um relatório descrevendo, léguas por léguas, o rio e os terrenos adjacentes, publicados alguns anos mais tarde – valeu a Halfeld grande reputação como cartógrafo e como explorador.<sup>25</sup>

Prestigiado, ostentando o título de comendador da Ordem da Rosa e o posto de tenente-coronel da Guarda Nacional, Henrique Halfeld passou os últimos anos de sua vida em Juiz de Fora, onde exerceu várias funções na política e na comunidade locais.

Sua casa tornou-se parada obrigatória dos visitantes ilustres que chegavam a Minas pela rota do Paraibuna. Em 1858 Tschudi o encontrou atarefado com a finalização dos mapas do São Francisco.<sup>26</sup> Alguns anos depois, em maio de 1865, foi o antigo professor de Tschudi em Neuenburg, Louis Agassiz, então chefiando a expedição Thayer ao Brasil, que passou um dia “na hospitaleira casa do Sr. Halfeld, engenheiro alemão, que obteve honrosa notoriedade por suas explorações no interior”.<sup>27</sup>

Em junho de 1867 foi Richard Burton que lá esteve, registrando em seu relato que

... he told me, when taking leave of us, that he, aged seventy-two, was about to marry a young person of sixteen. May the result be satisfactory!<sup>28</sup>

De fato, poucos dias depois, em 13 de julho de 1867, novamente viúvo desde 1866, Halfeld voltou a se casar, aos setenta anos de idade, com Maria Luiza da Cunha Pinto Coelho, de menos de vinte anos.

Burton não foi inteiramente explícito em sua ironia sobre o velho comendador, mas se se referia ao que estamos todos pensando, o resultado pode ser considerado

razoavelmente bom. Em fevereiro de 1873, o engenheiro inglês James Wells esteve em Juiz de Fora e anotou em seu diário que

*Fomos visitar o veterano pioneiro, M. Halfeld, que orgulhosamente exibiu seu filho mais novo. O velho senhor se casara novamente com uma esposa bem jovem, uns três anos antes. Ele é autor do relatório admiravelmente completo e minuciosamente detalhado sobre o Rio São Francisco... Estava em ótima forma, apesar de seus quase 80 anos de idade.<sup>29</sup>*

Pouco tempo depois, em 22 de novembro de 1873, o engenheiro Halfeld morreu em Juiz de Fora.

## WAGNER

Diferentemente de Halfeld e de Tschudi, Frederico Wagner era um modesto funcionário do governo provincial, e não teve biógrafo. As informações sobre sua vida são muito escassas.

Sabemos apenas que nasceu na Boêmia, filho de pais saxões, que participou das guerras napoleônicas como tenente do exército austríaco e que trabalhou em mineração antes de emigrar para o Brasil.<sup>30</sup>

As atividades que aqui exerceu indicam que tinha habilidades técnicas em várias áreas e provavelmente um bom nível cultural, mas nada sabemos sobre sua educação formal. Apesar de ser mencionado em diversas ocasiões como engenheiro, geógrafo, cartógrafo, naturalista e mineralogista, tudo indica que não tinha formação superior.<sup>31</sup>

Aparentemente veio para o Brasil logo depois da independência<sup>32</sup>, seguindo para Minas Gerais no início de 1824, com uma modesta bolsa do governo imperial para desenvolver pesquisas minerais, como se depreende do ofício enviado ao governo provincial, em 3 de fevereiro desse ano, por João Severiano Maciel da Costa, ministro do Império e futuro marquês de Queluz:

*Manda S.M. o imperador, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, comunicar ao governo provisório da província de Minas Gerais que o meteorologista Andreas Augustin e o mineralogista Frederico Wagner vão para aquela província com o fim de serem ocupados no serviço que for conveniente, em benefício público ou de particulares, levando mil réis diários enquanto não se empregam, e há o mesmo senhor por bem recomendar ao dito governo toda a proteção a favor destes naturalistas, atenta a sua aptidão. Palácio do Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1824. João Severiano Maciel da Costa.<sup>33</sup>*

No diário de sua segunda viagem a Minas, Langsdorff registrou, em Santa Luzia, no dia 9 de outubro de 1824, que "o Sr. Wagner, um fiscal de mineração alemão, chegou aqui hoje, dia 9, de uma pequena viagem mineralógica"<sup>34</sup> e Cunha Matos anotou em sua *Corografia Histórica*, escrita antes de 1837, que "nos trabalhos mineralógicos foram empregados pelo governo o barão de Eschwege, e depois dele Frederico Wagner, Monlevade e Augustin".<sup>35</sup>

Não sabemos quando Wagner se radicou definitivamente em Minas e nem o que fez no final dos anos 20 e no início dos anos 30. A próxima referência encontrada sobre ele é de 1838, quando celebrou contrato (datado de 19/2/1838) com o governo provincial pelo qual se obrigava "ao desenho de mapas, cópias de memórias e mais trabalhos dessa natureza, segundo lhe fosse determinado pela Comissão de Geografia ou pelo engenheiro Halfeld, e a fazer as medições, exames de localidades e confrontações de quaisquer mapas, quando a Comissão o julgasse necessário".<sup>36</sup>

Embora fosse ocasionalmente mencionado, mesmo em documentos oficiais, como engenheiro e como geógrafo, tanto o contrato quanto a documentação subsequente deixam claro que a ocupação principal de Wagner era a de *desenhador*, função na qual era considerado "muito hábil", mesmo na opinião do general d'Andrée, presidente da província, engenheiro militar e cartógrafo, que era extremamente crítico com relação ao serviço cartográfico de Minas.<sup>37</sup>

Nos documentos dos anos 40 e 50 Wagner nunca aparece relacionado entre os engenheiros da província. É sempre mencionado à parte, como *desenhador*, e seu salário era muito inferior aos vencimentos destes: em 1853 e 1854, por exemplo, enquanto os engenheiros estrangeiros venciam 3.200 milréis e os engenheiros brasileiros ganhavam 2.400 milréis, o desenhista alemão percebia apenas 1.200 milréis por ano. Em junho de 1856 renovou seu contrato com o governo e passou a ganhar 1.600 milréis por ano, quantia ainda muito abaixo da remuneração dos engenheiros.<sup>38</sup>

Em sua longa passagem pelo serviço provincial Wagner fez alguns levantamentos de campo, mas parece ter trabalhado principalmente na prancheta, desenhando mapas, fazendo cópias, ampliações, reduções e sobretudo no desenho da interminável carta geral da província, cuja elaboração se arrastou por muitos anos, e na qual ele teve um papel central.<sup>39</sup> O naturalista alemão Hermann Burmeister, que esteve em Ouro Preto em maio de 1851, informa que Wagner era também professor de geografia no liceu de Ouro Preto.<sup>40</sup>

No ano em que completou o mapa da província (1855), Wagner já devia ser muito idoso, pois Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos registrou, em seu relatório de 25 de março de 1855, que uma das razões da lentidão na elaboração da carta era que "posto seja ele empregado zeloso, sua idade é não pequeno embaraço para um serviço que exige muita assiduidade e condições de robustez que já lhe faltam".<sup>41</sup>

No relatório datado de 22 de abril de 1860 o presidente Carlos Carneiro de

Campos informou que “o desenhador Frederico Wagner, que com o maior zelo, inteligência e dedicação se empregava nos trabalhos concernentes à sua arte, sucumbiu no dia 18 do corrente, ficando assim a província privada desse excelente funcionário”.<sup>42</sup>

## O MAPA DE HALFELD-WAGNER E O TEXTO DE TSCHUDI

Até os últimos anos do período colonial, Minas Gerais não dispunha de nenhum mapa geral de seu território de qualidade sequer mediana. As poucas cartas produzidas no século XVIII e no início do século XIX eram manuscritas e de padrão muito rudimentar em relação à cartografia da época, mesmo no Brasil.<sup>43</sup>

Às vésperas da independência, em 1821, Eschwege concluiu o seu *Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*, de qualidade nitidamente superior aos anteriores, mas não conseguiu fazer com que ele fosse gravado e impresso.<sup>44</sup>

Uma das primeiras leis votadas pela Assembléia Legislativa Provincial, logo depois de instalada nos moldes definidos pelo Ato Adicional de 1834, a lei mineira nº 18, de 1º de abril de 1835, determinou que fosse levantada “uma *Carta Geográfica e Topográfica* desta província, nomeando um Geógrafo ... e ministrando-lhe os instrumentos, coadjuvadores e quanto mais preciso for para as observações astronômicas e operações geodésicas.”<sup>45</sup>

Em 1836, Henrique Halfeld foi contratado como engenheiro da província, com atribuições que incluíam, entre várias outras, o levantamento do mapa geral determinado pela lei. Em 26 de setembro de 1837, foi instalada em Ouro Preto uma Comissão de Geografia, constituída, além do próprio Halfeld, pelo secretário da presidência da província e pelo major Luiz Maria da Silva Pinto<sup>46</sup> (que prestavam serviço voluntário na comissão), auxiliados por “dois ajudantes que vencem módicas gratificações” e, em 1838, Frederico Wagner se incorporou à equipe, contratado como cartógrafo-desenhador.<sup>47</sup>

A lei nº 70, de 3 de março de 1837, autorizou o governo: “a mandar vir da Europa os instrumentos necessários para levantar uma carta geográfica e topográfica da província”.

Apesar da determinação legal de 1835 e das providências tomadas entre 1836 e 1838, a carta de Minas ainda estava longe de se tornar realidade. Os recursos humanos (especialmente técnicos) e materiais do governo provincial eram modestíssimos. Embora Minas Gerais estivesse certamente entre as províncias mais ricas do império, sua estrutura econômica não-exportadora não era, dadas a doutrina e o aparato fiscal da época, capaz de gerar receitas adequadas.

Pelo que se pode ver nos relatórios presidenciais, em nenhum momento dos anos 30 ou 40 a província contou com mais do que dois ou três engenheiros, e só em alguns anos da década de 50 esse número alcançou cerca de meia dúzia. O pessoal técnico de apoio era igualmente muito reduzido e a organização dos serviços de engenharia era muito precária.

Esses escassos recursos eram quase totalmente absorvidos por uns poucos projetos e obras viárias, algumas edificações e algumas explorações e levantamentos de rios, com vistas a uma navegação que nunca chegou a se tornar realidade. Apesar do recorrente discurso oficial sobre a imperiosa necessidade da representação cartográfica do território, a carta geral da província nunca recebeu uma prioridade muito alta. A documentação disponível deixa bem claro que, pelo contrário, essa tarefa não era a única e nem mesmo a principal atribuição do minguado corpo técnico do governo.

Halfeld era encarregado de uma variedade de serviços e de obras e, por mais de uma década, sua ocupação maior foi a construção da nova estrada do Paraibuna. Os outros técnicos também eram empregados em diversas atividades, tais como desenhos e cópias de cartas parciais ou levantamentos de campo (Wagner e Silva Theodoro), exploração de rios e construção de estradas (Renault), e levantamentos estatísticos e demográficos (Silva Pinto).

O aparato estabelecido pelo governo provincial para a elaboração da carta geral era claramente desproporcional à magnitude da tarefa, e estava longe de se constituir num serviço cartográfico mesmo modesto, como observou o presidente General d'Andréa em seus relatórios de 1843 e 1844, onde critica asperamente a organização desses trabalhos, e propõe, sem sucesso, a criação de *"uma verdadeira comissão de geografia"* e de um *"arquivo militar"*, voltados, em tempo integral e com os meios adequados, para o levantamento sistemático do território.<sup>48</sup>

Não é de surpreender, portanto, que o projeto tenha avançado muito lentamente. Os relatórios presidenciais iam noticiando, penosamente, os avanços (e mais

frequêntemente os atrasos) dos trabalhos, e só em fevereiro de 1856, mais de vinte anos depois da lei nº 18, o presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos pôde, “com bastante prazer”, anunciar “a conclusão da carta geográfica da província”.<sup>49</sup>

Os relatórios deixam claro também que a missão da comissão de geografia não era a de fazer um levantamento sistemático, completo e original do território mineiro, mas antes coletar, compilar e adaptar cartas existentes, reduzindo-as à escala da carta geral pretendida, e acrescentando, à medida em que se tornassem disponíveis, correções e novas observações levantadas pelos engenheiros em seus serviços através da província.

Essa prática, comum a todos os trabalhos cartográficos da época (e mesmo de períodos posteriores), implicava em que todos os mapas fossem construções cumulativas e coletivas, ou – como dizia d’Andrea, resultado da “tradição sucessiva de diversas cartas” anteriores<sup>50</sup> – e coloca óbvias questões referentes à autoria de qualquer um deles.

No caso específico do mapa de 1855, é evidente (e fartamente documentado nos relatórios presidenciais) que ele recebeu subsídios não só dos mapas gerais mais antigos, como também de numerosas cartas parciais e de levantamentos contemporâneos efetuados por vários engenheiros e técnicos em atividade no serviço provincial nesse período, como, aliás, está corretamente registrado em sua cartela.

Assim, além do trabalho de Halfeld, ele incorporou, sem nenhuma dúvida, os levantamentos dos rios Mucuri, Todos os Santos, Paracatu, Prata e Escuro, feitos por Pedro Victor Renault nos anos 30; os mapas de Tamanduá, de Oliveira e de partes do leste mineiro devidos à Frederico Wagner; e as cartas do Presídio, de São João Nepomuceno, de Pomba, de regiões do Mucuri e da comarca do Jequitinhonha levantadas por João José da Silva Theodoro nos anos 40. No início dos anos 50 recebeu contribuições explícitas de Júlio Borell du Vernay, que explorou o Rio Doce e a zona fronteiriça com o Espírito Santo; de E. de la Martinière, que levantou o Rio das Velhas; e provavelmente também de Bruno de Sperling, Francisco Eduardo de Paula Aroeira, Henrique Dumont, L. d’Ordan, Thomaz Heráclio de Oliveira Fontoura, e dos ingleses Thomaz Martins (sic) e João Hitchens, todos engenheiros que serviram à província antes de sua conclusão, e que tinham instruções expressas para coletar e reportar observações geodésicas sobre os lugares que percorriam<sup>51</sup>.

O desenho e a “organização” da carta estiveram todo o tempo sob a respon-

sabilidade exclusiva de Wagner.<sup>52</sup> O relatório presidencial de 10 de abril de 1848 já o menciona como “encarregado da Comissão de Geografia”, e todos os subseqüentes o apontam como responsável pelo trabalho, incluindo o de Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos que, ao anunciar sua conclusão, explicita claramente, mais uma vez, que sua “organização se achava a cargo do desenhador Frederico Wagner”.

Alguns autores e os biógrafos de Halfeld, entretanto, não hesitaram em atribuir a ele a autoria principal, ou mesmo exclusiva, desse mapa, reservando a Wagner um papel secundário, de “colaborador”.<sup>53</sup>

Não paira nenhuma dúvida quanto à capacidade de Halfeld como cartógrafo, como topógrafo ou como desenhista, que é amplamente evidenciada em seus trabalhos anteriores e, sobretudo, no primoroso *Atlas do Rio São Francisco*. Mais ainda, seu contrato com a província deixa claro que era sua a incumbência de produzir o mapa de Minas, e além disso ele é citado em diversas ocasiões como engenheiro-chefe e como superior hierárquico de Wagner e dos outros engenheiros.

Mas não se encontra, por outro lado, nenhuma evidência que autorize conferir-lhe qualquer exclusividade ou mesmo centralidade nesse trabalho. Na verdade, pelas notícias coletadas nos relatórios presidenciais, fica-se com a nítida impressão de que Halfeld esteve bastante ausente da elaboração do mapa, sobretudo nos anos finais do processo.

A atribuição de autoria exclusiva ou principal não encontra, portanto, respaldo nos fatos e deve ser revista, à luz das informações resenhadas acima, no sentido de se creditar a Frederico Wagner, no mínimo, a co-autoria da carta de 1855.

Esta é, por exemplo, a opinião de Tschudi, que em seu texto no *Die Brasiliensische Provinz Minas Geraes* afirma que o mapa é “o resultado de longos anos de trabalho do engenheiro civil Sr. Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, de Juiz de Fora, e do geógrafo da província de Minas Geraes, Sr. Friedrich Wagner”; e mais adiante, nas notas do mesmo trabalho, se refere a Wagner como “um dos autores do mapa anexo”<sup>54</sup>.

É interessante observar ainda que vários autores do século XIX e do início do século XX se referem a esse mapa sempre como “a carta de Wagner”, raramente se encontrando alguém que o mencione como a carta ou o mapa de Halfeld.<sup>55</sup>

Tschudi elogiou a carta de Halfeld-Wagner como “o mapa mais exato disponível sobre qualquer província brasileira”. Da mesma forma, ao ser anunciada sua conclusão, no início de 1856, ela era festejada como “a mais exata e minuciosa que até

*hoje tenhamos (sic) possuído*<sup>56</sup>, mas não foi gravada de imediato e, curiosamente, já em 1857 começou a ser objeto de críticas nos próprios relatórios presidenciais:

*Esta carta achava-se levantada na escala de 1:1.050.692, mas foi reduzida à de 1:2.000.000 e assim não pode ser facilmente litografada como convém. É pois indispensável que seja novamente levantada em maior escala, e durante esse trabalho ... poderão ser feitas muitas correções de que ainda carece.*<sup>57</sup>

Nos anos seguintes as críticas se repetiram e se aguçaram e, embora ainda se falasse em litografar a carta de 1855, os relatórios revelam que já se estava providenciando sua correção e ampliação, ou mesmo o levantamento de uma nova carta.<sup>58</sup>

Em 17 de dezembro de 1861 a província firmou contrato com o engenheiro Henrique Gerber para "mandar litografar na Europa a Carta Corográfica da Província que ele organizou".<sup>59</sup>

O mapa de Gerber, desenhado na escala 1:1.500.000 e litografado por C. Flemming, em Glogau, na Silesia, foi publicado em 1863,<sup>60</sup> acompanhado pelas *Notícias Geográficas e Administrativas da Província de Minas Geraes*, do mesmo autor.<sup>61</sup>

A nova carta teve ampla circulação em Minas e no Brasil, relegando o mapa de 1855 ao esquecimento, o que causou indignação em alguns autores (entre eles o biógrafo de Halfeld), que passaram a acusar Gerber de plagiário e de usurpador, dizendo que sua carta não passava de uma ampliação da anterior.<sup>62</sup>

A acusação é, evidentemente, descabida. O mapa de Gerber, desenhado com dados levantados pelo autor e "também coligindo os trabalhos existentes no arquivo público"<sup>63</sup> é fruto, assim como a de Halfeld-Wagner, todas as anteriores e muitas posteriores, da mesma "tradição sucessiva" de que falava o marechal d'Andrêa, prática considerada normal e eticamente aceitável na cultura cartográfica da época. Gerber plagiou e usurpou de Halfeld (e de Wagner, é sempre bom lembrar) exatamente na mesma medida em que Halfeld e Wagner plagiaram e usurparam dos que os antecederam.

Mesmo tendo sua publicação inviabilizada no Brasil,<sup>64</sup> a carta de Halfeld-Wagner não desapareceu e acabou sendo impressa alguns anos mais tarde, na Alemanha. Um exemplar manuscrito foi enviado, em 1860, por Halfeld à editora Justus Perthes que, "em seu incansável esforço para a disseminação do conhecimento geográfico, mandou que ela fosse gravada para torná-la disponível para o grande público".<sup>65</sup>

O artigo escrito por Tschudi (aparentemente convidado pela editora) para acompanhar a publicação do mapa, é um resumo das observações coletadas durante sua viagem de 1858 (que seriam expandidas mais tarde nas *Reisen durch Sudämerika*) e constitui uma boa síntese dos aspectos geográficos, históricos, econômicos e administrativos da província no meado do século XIX.

Ele apresenta o interesse adicional de ter sido o primeiro compêndio publicado, em qualquer língua, sobre Minas Gerais, já que antecede as *Noções Geográficas e Administrativas* de Gérber, que apareceram em português em 1863, e em inglês em 1874, com o título de "Geographical Notes on the Province of Minas Geraes", traduzidas pelo legendário Richard Burton.<sup>66</sup>

As deficiências que o texto apresenta se concentram sobretudo na parte referente às vilas e freguesias da província e resultam, quase invariavelmente, da excessiva confiança que Tschudi depositou no *Diccionario Geographico, Histórico e Descriptivo do Império do Brasil*, de Milliet de Saint-Adolphe, no qual baseia esta seção, repetindo vários dos seus inúmeros erros.<sup>67</sup>

Os dois trabalhos – a *originalkarte* de Halfeld-Wagner e o *beschreibender text* de Tschudi – foram publicados em 1862, com o título *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*, como suplemento da prestigiosa *Petermann's Geographischen Mittheilungen*,<sup>68</sup> uma das mais importantes revistas geográficas do mundo, editada pela casa Justus Perthes, de Gotha, que era, por sua vez, uma das mais respeitadas editoras da Europa, especialmente nos campos da geografia e da cartografia.<sup>69</sup>

## NOTAS DA INTRODUÇÃO

<sup>1</sup> Os dados biográficos de Tschudi são baseados em Paul-Émile Schatzmann, *Johann Jakob von Tschudi. Forscher, Arzt, Diplomat* (Zurique, 1956), gentilmente enviado pela embaixada da Suiça e sumariado em português pela professora Tarcísia Ribeiro, e na extensa nota biográfica de Carl Troll e Hanno Beck, no vol. I da reedição das *Reisen durch Südamerika* (Stuttgart, 1971), traduzida pelo professor Fábio Alves da Silva Jr..

<sup>2</sup> Em vista do quase completo desconhecimento das duas grandes viagens de Tschudi pelo Brasil (em 1857-58 e em 1860-61) por parte do público brasileiro, achei interessante oferecer um relato detalhado dos trajetos dessas viagens. Esse roteiro é baseado na versão preliminar da tradução de parte das *Reisen durch Südamerika*, pelo professor Fábio Alves da Silva Jr.. Há alguma imprecisão nas datas, pois o autor passa, às vezes, longos trechos sem precisá-las.

<sup>3</sup> Para um panorama geral desses sistemas de trabalho involuntário não-escravista veja, por exemplo, W. Kloosterboer, *Involuntary Labor since the Abolition of Slavery*; Sidney W. Mintz, *Caribbean Transformations*; Alan H. Adamson, *Sugar without slaves. The Political Economy of British Guiana, 1838-1904* e Peter Gutkind, Robin Cohen e Jean Copans (eds.) *African Labor History*.

<sup>4</sup> O sistema da parceria na cafeicultura paulista é um tema muito abordado na historiografia econômica e social brasileira. As *Memórias de um Colono no Brasil*, de Thomas Davatz e o ensaio introdutório de Sérgio Buarque de Holanda são leitura obrigatória nesse assunto. Veja também Warren Dean, *Rio Claro. A Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Os dois livros oferecem excelente bibliografia sobre o tema, tanto contemporânea quanto historiográfica.

<sup>5</sup> *Bericht über die Verhältnisse der Colonisten in Brasilien*, publicado em 1860

<sup>6</sup> Sobre essa questão Tschudi publicou, além do artigo citado na nota acima e de vários trechos em *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes* e nas *Reisen durch Südamerika*, o folheto *Bericht des schweizerischen ausserordentlichen Gesandten* (Rio de Ja-

neiro, 1860), e o artigo "Parceria-Cartá de J.J. Tschudi", no *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 25/10/1858. Sobre as publicações de Ave-Lallémant veja a seção REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

<sup>7</sup> Johann Jakob von Tschudi. *Reisen durch Sudämerika*, 5 volumes. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1866-1869. Em 1971 apareceu uma reedição facsimilar, em Stuttgart, pela mesma editora, com introdução de Carl Troll e Hanno Beck. O livro trata de sua segunda (1857-1858) e terceira (1860-1861) viagens à América do Sul. A organização dos capítulos é a seguinte: vol. I: 1. Hamburgo ao Rio de Janeiro, 2. Rio de Janeiro, 3. Petrópolis, 4. Petrópolis a Ouro Preto. Vol. II: 1. Ouro Preto a Diamantina, 2. Diamantina, 3. Diamantina ao Mucuri, 4. Filadélfia, 5. Retorno ao Rio de Janeiro. Vol. III: 1. Espírito Santo (1860), 2. Através da província do Rio de Janeiro (1860), 3. Visita às colônias de parceria em São Paulo (1860), 4. Santa Catarina (1861). Vol. IV: 1. Rio Grande do Sul (1861), 2. Viagem marítima do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul (1858), 3. Rio Grande do Sul a Rosário (1858), 4. Rosário a Catamarca (1858). Vol. V: 1. Catamarca a Cobija (1858), 2. Cobija a Tacna (1858), 3. Tacna a Arequipa (1858), 4. Arequipa a Southampton (1858). Apenas os capítulos 2 e 3 do volume III foram traduzidos e publicados em português, com o título *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo* (São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953).

<sup>8</sup> A principal biografia de Halfeld é a de Wilson de Lima Bastos, *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Sua vida, sua obra, sua descendência*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1975. Veja também, do mesmo autor, a nota biográfica introdutória à reedição facsimilar do *Atlas e Relatório* de Halfeld, publicada pela Empresa das Artes em 1994. Outras notícias biográficas de Halfeld podem ser encontradas em Sacramento Blake, *Diccionario Bibliographico Brazileiro*, vol. 3, pp.223-24, e em Xavier da Veiga, *Ephemérides Mineiras*, efeméride de 22 de novembro de 1873.

<sup>9</sup> Arquivo Nacional, *Registro de Estrangeiros, 1808-1822*. A afirmação está na introdução de Guilherme Auler, à p. 16. Alguns descendentes de Halfeld, citados por Lima Bastos, afirmam que ele veio para o Brasil a convite do Imperador Pedro II para efetuar o levantamento do Rio São Francisco. Isso é uma absoluta impossibilidade, já que Pedro II ainda não havia nascido quando Halfeld aqui chegou. A exploração do Rio São

Francisco foi, de fato, feita por ele, mas isso só ocorreu em 1852-54.

<sup>10</sup> Wilson de Lima Bastos, na notícia biográfica referida na nota 8, acima, afirma que Halfeld deu baixa do exército em 1830, indo trabalhar na Saint John d'El Rey Mining Company, onde permaneceu até 1834. A St. John d'El Rey foi fundada em 5/4/1830, em Londres, iniciou suas operações em agosto desse mesmo ano na região de São João e de São José del Rei e, não obtendo os resultados esperados, encerrou as atividades nessa área no meado de 1832. Como se verá adiante, nesse período Halfeld trabalhava, com absoluta certeza, na mina do Congo Soco. No final de 1834 a St. John comprou a Mina de Morro Velho, em Congonhas do Sabará, transferindo para lá suas operações. Tudo indica que nessa época Halfeld estava na mina da Serra de Cocais, pertencente à National Brazilian Mining Association. Ele só poderia ter trabalhado para a St. John por um breve período entre 1834 e sua contratação pela província, em maio de 1836, mas não há nenhuma evidência disso.

<sup>11</sup> Robert Walsh. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*, vol.II, pp.116-120. No original Walsh escreve "a skilful miner from the Hartz mountains", que pode ser traduzido tanto por *mineiro* como por *minerador*. George Duval foi posteriormente superintendente da Imperial Brazilian Mining Association, em 1840-42.

<sup>12</sup> *Tenth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half yearly general meeting, on thursday, May 12th, 1831* (London, 1831), p.20. Antonio Pereira é uma das minas adquiridas pela companhia.

<sup>13</sup> *Tenth Report ... May 12th, 1831*, pp. 39-40,46,48 e 54.

<sup>14</sup> *Eleventh Report ... November 3rd, 1831* (London, 1831) (referente ao primeiro semestre de 1831), pp. 31,34,36,38 e 40; *Twelfth Report ... May 10th, 1832* (London, 1832) (referente ao segundo semestre de 1831), pp.20,29,30,52 e 56.

<sup>15</sup> *Thirteenth Report ... November 8th, 1832* (London, 1832) (referente ao primeiro semestre de 1832), pp.22 e 45.

<sup>16</sup> O fogo nº 72 lista os "caixeiros" (certamente uma tradução de *clerks*) da companhia. Nele aparece um "Sturtz, alemão, branco, 29 anos, solteiro", que é Johann Jakob Sturz, futuro cônsul do império do Brasil na Prússia e autor de vários livros sobre o Brasil. Os fogos 73 a 97 eram ocupados por mineiros e outros empregados ingleses, inclusive os *mining captains*, com suas famílias ou em grupos de solteiros. No fogo nº 98 estão listados todos os "escravos da companhia", que totalizam 328 adultos e 66 crianças.

<sup>17</sup> Douglas Cole Libby. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*, p.379. O cálculo de Libby é baseado numa amostra de 19.801 fogos, retirada das listas nominativas de 1831-32.

<sup>18</sup> *Twelfth Report ... May 10th, 1832* (London, 1832), pp.33 e 54. A posição de "capitão de minas" e a função atribuída a Halfeld senior indicam que ele não era uma pessoa abastada e nem de educação superior.

<sup>19</sup> Richard Burton, *Explorations of the Highlands of the Brazil*, vol. I, pp. 215,441-42; Paul Ferrand, *L'Or à Minas Gerais*, vol. I, pp.126-27; George Gardner, *Viagem ao Interior do Brasil*, p.219. Segundo Burton o desmoronamento ocorreu em 1851.

<sup>20</sup> Wilson de Lima Bastos. *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*, p.42, reproduz na íntegra o ato de nomeação.

<sup>21</sup> *Falla... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa*, 3/2/1844. O general d'Andréa, futuro Barão de Caçapava, era cartógrafo, e ironizou as obrigações assumidas por Halfeld anotando: "É isto, com efeito, tomar sobre si o trabalho de muitas dúzias de homens hábeis e expeditos".

<sup>22</sup> Todos os *Relatórios* e *Falas* presidenciais no período de 1836 a 1845 mencionam a estrada do Paraíbuna como a grande obra em andamento na província. A *Falla* do presidente Bernardo Jacinto da Veiga, de 1º de fevereiro de 1839, traz grandes elogios a Halfeld e propõe o aumento de seus vencimentos.

<sup>23</sup> É evidente que o crescimento de Juiz de Fora foi muito estimulado também pela criação da Companhia União e Indústria e pela construção da estrada de mesmo nome, por Mariano Procópio Ferreira Lage. A primazia da liderança – Halfeld ou Mariano Procópio – é evidentemente uma questão menor, mas tem sido, ao longo dos anos, objeto de acirradas polêmicas entre os cultores da história local.

<sup>24</sup> *Planta do Arraial de Santa Luzia e suas imediações...* Esta planta está reproduzida nos livros do Cônego J. A. Marinho e de Bernardo Xavier Pinto de Souza sobre a Revolução Liberal de 1842.

<sup>25</sup> *Atlas e Relatório concernente à Exploração do Rio São Francisco desde a Cachoeira da Pirapora até ao Oceano Atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II, pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld, em 1852, 1853 e 1854, e mandado lithographar na Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg.* Rio de Janeiro, 1860. Além das pranchas mencionadas, o Atlas contém ainda: Planta da Cachoeira de Sobradinho, Planta da Barra do Rio de São Francisco, Planta Geral do Rio de São Francisco (escala 1:712.500), Perfil longitudinal do Rio de São Francisco, Planta do Rio Grande desde a Villa do Campo Largo até à sua confluência com o Rio de São Francisco (1859), duas vistas da Cachoeira de Paulo Afonso e Planta da Cachoeira de Paulo Afonso.

<sup>26</sup> Tschudi, *Reisen durch Südamerika*, vol. I capítulo 4.

<sup>27</sup> Louis Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz, *Viagem ao Brasil, 1865-1866*, p.65-66. A narradora, Mrs. Agassiz, registrou que o trabalho de Halfeld sobre o Rio São Francisco era bem conhecido pelo marido.

<sup>28</sup> Richard Burton, *Explorations of the Highlands*, vol. I, p.53. No volume II, Burton faz inúmeras referências ao trabalho de Halfeld sobre o Rio São Francisco.

<sup>29</sup> James W. Wells, *Explorando e Viajando Três Mil Milhas através do Brasil, do Rio de Janeiro ao Maranhão*, vol. I, p.69. O filho referido era a menina Maria Bertha, nascida a 2 de janeiro de 1873. Hermann Burmeister em sua *Viagem ao Brasil através das*

*Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*, p.230, também relata uma visita a Haltfeld, em Ouro Preto, em maio de 1851.

<sup>30</sup> Essas informações estão em Tschudi, *Reisen durch Sudamerika*, vol. II, capítulo 1. Tschudi se encontrou com Frederico Wagner em Ouro Preto, em janeiro de 1858.

<sup>31</sup> O ofício do ministro do Império, de 3/2/1824, citado abaixo, se refere a Wagner como mineralogista e naturalista. Burmeister, *Viagem ao Brasil*, p.228 o menciona como geógrafo e professor do liceu de Ouro Preto, e Tschudi, *Reisen*, vol. II, cap. 1, o qualifica como geógrafo e como engenheiro. Nos relatórios dos presidentes da província, Wagner é mencionado uma vez como engenheiro, mas em todos os demais é citado como desenhista.

<sup>32</sup> Essa informação não é segura, Wagner pode ter migrado nos últimos anos do período colonial.

<sup>33</sup> Xavier da Veiga. *Ephemérides Mineiras*, vol. I, efeméride de 3/2/1824. Tschudi, *Reisen*, vol. II, capítulo 1, registra a presença de Wagner em Ouro Preto em 1823, mas, em vista do ofício ministerial mencionado acima, sua datação parece estar errada. No Arquivo Público Mineiro, Seção Provincial, código 24 (1824), p.111, encontra-se uma solicitação do presidente da província, dirigida ao público em geral, para que facilite o trabalho do mineralogista Frederico Wagner.

<sup>34</sup> Langsdorff, *Diários*, Vol. 1, p.163. Langsdorff afirma, neste local e na página 173, que Wagner descobriu carvão de pedra de ótima qualidade em Minas, o que é um equívoco.

<sup>35</sup> Cunha Matos. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*, vol. II, p.93.

<sup>36</sup> Falla... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 3/2/1844.

<sup>37</sup> Falla..., presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 3/2/1844.

<sup>38</sup> Relatório ... vice-presidente José Lopes da Silva Vianna, 22/10/1853 e 6/11/1854; Relatório ... presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, 12/11/1857.

<sup>39</sup> Na *Falla* do presidente Soares d'Andrêa, de 3/2/1844, está anexado um pequeno mapa de Wagner intitulado *Carta de Hua Parte das Províncias de Minas Gerais e Espírito Santo para mostrar a utilidade das estradas novamente projectadas*. A lei nº 481, de 19/6/1850, autoriza o pagamento de 178 milréis a Wagner pelas despesas feitas no levantamento da carta do município de Tamanduá. Os *Relatórios* do presidente Luiz Antonio Barboza, de 25/3/1852 e de 11/4/1853, mencionam mapas de Tamanduá e de Oliveira, plantas e projetos de obras de autoria de Wagner. Sobre seu papel na elaboração do mapa da província, veja a próxima seção.

<sup>40</sup> Burmeister, *Viagem ao Brasil*, p.228.

<sup>41</sup> Relatório ... presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, 25/3/1855, p.32.

<sup>42</sup> Relatório ... presidente Carlos Carneiro de Campos, 22/4/1860, p. 38.

<sup>43</sup> Até essa época só existia o *Mapa da Capitania de Minas Geraes, com a deviza de suas comarcas*, feito por José Joaquim da Rocha em 1778, e pouquíssimos outros, também manuscritos e provavelmente dele derivados. A única carta geral de Minas impressa até o aparecimento dos mapas de Halfeld-Wagner (na Alemanha, em 1862) e de Gerber (em 1863), parece ter sido a *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*, muito rudimentar, de autoria desconhecida e data imprecisa (entre 1781 e 1816), gravada em Mannheim, por R. Schlicht.

<sup>44</sup> Caio Boschi localizou uma cópia manuscrita de boa qualidade, desse mapa no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, em Lisboa. Veja Boschi, *Fontes Primárias*, p.74, Embora datado de 1821, provavelmente foi concluído bem antes dessa data, pois não inclui as regiões do Triângulo e do Alto Paranaíba, anexadas a Minas Gerais em 1816, e que eram muito bem conhecidas por Eschwege.

<sup>45</sup> Lei nº 18, de 1/4/1835, artigo 56, parágrafo 3º. *Livro da Lei Mineira, 1835*, tomo 1º, parte 1ª, p.80.

<sup>46</sup> O major Luiz Maria da Silva Pinto foi um dos intelectuais mais notáveis da província e o pioneiro da estatística demográfica e da imprensa em Minas Gerais. Nasceu em Goiás, por volta de 1778 e entrou para o serviço público mineiro ainda no tempo da colônia. Foi secretário do Governo Provincial por muitos anos e ocupou ainda os cargos de Diretor do Censo Provincial, Vice-diretor da Instrução Pública, Diretor do Liceu Mineiro e outros. Deverem-se a ele *todos* os trabalhos demográficos realizados em Minas na primeira metade do século XIX, planos de divisão administrativa e judiciária, projetos de reforma do ensino público da província e um mapa manuscrito, elaborado a partir da carta de 1821, de Eschwege. São também dele o segundo dicionário da língua portuguesa elaborado no Brasil (o primeiro a ser impresso aqui, por ele próprio, na tipografia de sua propriedade em Ouro Preto) e o primeiro jornal da província, o *Compilador Mineiro*, de 1823. Morreu em Ouro Preto, em 19/12/1869. Uma boa (e rara) nota biográfica sobre Silva Pinto, de autoria de Tarquínio José Barbosa de Oliveira, pode ser encontrada na "Introdução ao 2º volume" da *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais*, de Cunha Matos, vol. II, pp. XII-XV.

<sup>47</sup> Falla ... presidente Sebastião Barreto Pereira Pinto, 4/2/1841; Falla ... vice-presidente Herculano Ferreira Penna, 3/5/1842 e Falla ... presidente Francisco José da Souza Soares d'Andréa, 3/2/1844. Na *Exposição ... presidente José Pedro Dias de Carvalho*, 10/4/1848, Wagner é mencionado como "encarregado da comissão de Geografia".

<sup>48</sup> Falla ... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 17/5/1843 e Falla ... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa, 3/2/1844.

<sup>49</sup> *Exposição... presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*, 2/2/1856. Curiosamente, a *Falla ... presidente Sebastião Barreto Pereira Pinto*, 4/2/1841, anuncia a conclusão do mapa da província. Ou era rebate falso ou se tratava de alguma versão que foi descartada, pois logo em seguida os relatórios voltam a afirmar que a carta ainda não estava pronta.

<sup>50</sup> *Falla ... presidente Francisco José de Souza Soares d'Andréa*, 17/5/1843, pp.74-75.

<sup>51</sup> *Diversos relatórios presidenciais do período 1835-1856, especialmente Relatório ... presidente Luiz Antonio Barboza*, 11/4/1853.

<sup>52</sup> Aparentemente o outro "desenhador" da província, João José da Silva Theodoro, teve uma pequena participação no desenho do mapa.

<sup>53</sup> Veja, por exemplo, Lima Bastos, *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*, p.17.

<sup>54</sup> Tschudi, *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes*. Veja também Tschudi, *Reisen durch Südamerika*, vol. II, cap. 1.

<sup>55</sup> Veja, por exemplo, Richard Burton, *Explorations*, vol. I, p.433 e José Joaquim da Silva, *Tratado de Geographia Descriptiva*, p.31, entre os autores do século XIX; e Nelson de Sena, *A Terra Mineira*, vol. I, p.13 e Daniel de Carvalho, *Estudos e Depoimentos*, p.84, entre os autores do século XX. Cândido Mendes de Almeida, no *Atlas do Império do Brazil*, Xavier da Veiga, nas *Ephemérides Mineiras* e Sacramento Blake, no *Dicionário Bibliográfico Brazileiro*, atribuem a autoria a Halfeld, mas sua fonte já é a própria carta publicada em 1862 por Justus Perthes.

<sup>56</sup> *Exposição ... presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*, 2/2/1856.

<sup>57</sup> *Relatório ... presidente Herculano Ferreira Penna*, 28/4/1857.

<sup>58</sup> Veja *Relatório ... presidente Herculano Ferreira Penna*, 28/4/1857, p.58; *Relatório ... presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz*, 12/11/1857, pp.19-20; *Relatório ... presidente Carlos Carneiro de Campos*, 25/3/1858, p.35; *Relatório ... presidente Carlos Carneiro de Campos*, 6/4/1859, pp.25-26 (e pp.4-5 do relatório sobre Obras Públicas a ele anexo); *Relatório ... presidente Vicente Pires da Motta*, 4/8/1861, p.16.

<sup>59</sup> *Exposição ... presidente José Bento da Cunha Figueiredo*, 17/5/1862, pp.6-7. Não consegui encontrar nenhuma referência ao comissionamento ou contrato de Gerber para levantar ou desenhar esse mapa, a não ser as vagas notícias, mencionadas acima, de que um novo mapa estaria em preparação, para substituir a carta de Halfeld-Wagner. A primeira referência a essa nova carta já a dá como pronta.

<sup>60</sup> *Carta da Província de Minas Geraes, coordenada por ordem do Exm. Sr. Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, segundo os dados officiaes existentes e muitas próprias observações por Henrique Gerber, engenheiro da mesma província*, 1862. Litografada por C. Flemming, em Clogau, na Silesia.

<sup>61</sup> *Noções Geographicas e Administrativas da Província de Minas Geraes, por Henrique Gerber, engenheiro da mesma província*. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863.

<sup>62</sup> Veja Lima Bastos, *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld*, pp.16-17; Sacramento Blake, *Dicionário Bibliográfico Brazileiro*, vol. III, pp.223-24 e José Vérisimo da Costa Pereira, “A Geografia no Brasil”, em Fernando de Azevedo (org.), *As Ciências no Brasil*, vol. I, pp.351-52.

<sup>63</sup> *Relatório ... vice-presidente Joaquim Camillo Teixeira da Motta*, 1/8/1862.

<sup>64</sup> Nelson de Sena, em *A Terra Mineira*, vol. I, p.13, afirma que a “*Carta Corográfica da Província de Minas, por Frederico Wagner (Ouro Preto, 1855)*” foi gravada no Rio de Janeiro, em 1863, por Álvaro Rodrigues. Essa referência parece ser incorreta, pois nunca consegui encontrar nenhum vestígio dessa carta ou qualquer outra menção a ela.

<sup>65</sup> Ao descrever seu encontro em Halfeld, em Juiz de Fora, em 2/1/1858, Tschudi não faz qualquer referência ao mapa de Minas. Ele tomou conhecimento desse mapa em Ouro Preto, na casa de Frederico Wagner, mas aí também não menciona qualquer tratativa para sua publicação. A afirmativa de que foi o próprio Halfeld que o enviou para a editora Justus Perthes, em 1860, está em *Reisen durch Südamerika*, vol. II, cap.1.

<sup>66</sup> Burton traduziu o livro de Gerber sem a autorização do autor e pretendia incluí-lo como um apêndice no *Explorations of the Highlands of the Brazil* (1869), o que, por razões desconhecidas, não ocorreu. A tradução apareceu em parte no *Journal of the Royal Geographical Society*, vol. XLIV (1874), pp.263-300. As seções excluídas dessa publicação apareceram com o título "The Primordial Inhabitants of Minas Geraes, and the occupations of the present inhabitants", no *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol.2 (1873), pp.407-23, como sendo de autoria do próprio Richard Burton.

<sup>67</sup> Jean-Claude Rose Milliet de Saint-Adolphe, *Diccionário Geográfico, Histórico e Descriptivo do Império do Brazil*, traduzido do manuscrito francês inédito por Caetano Lopes de Moura e publicado em Paris por J.P. Aillaud, em 1845.

<sup>68</sup> *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes. Originalkarte nach den offiziellen aufnahmen des Civil-Ingenieurs H.G.F. Halfeld, 1836-1855, unter benutzung älterer vermessungen und karten gezeichnet von Friedrich Wagner. Beschreibender Text von J.J. von Tschudi, 1862. Ergänzungsheft n° 9 zu Petermann's Geographischen Mittheilungen.* Gotha: Justus Perthes, 1862. O mapa foi publicado na escala 1:2.000.000, litografado por C. Hellfarth, em Gotha. Na sua cartela se lê: "Mapa da província brasileira de Minas Gerais levantado por ordem do Governo Provincial nos anos 1836-1855, utilizando mapas anteriores e levantamentos e observações recentes, sob a supervisão especial do engenheiro civil H.G.F. Halfeld, organizado e desenhado por F. Wagner"

<sup>69</sup> A editora Justus Perthes foi fundada em 1785 por Johann Georg Justus Perthes. Na segunda década do século XIX ela entrou no ramo das publicações geográficas, com o lançamento de um atlas e posteriormente se associou com August Petermann, editor da *Petermann's Geographischen Mittheilungen*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA INTRODUÇÃO E DAS NOTAS DO TEXTO

### LIVROS E ARTIGOS

- Adamson, Alan H. *Sugar without slaves. The Political Economy of British Guiana, 1838-1904*. New Haven: Yale University Press, 1972.
- Agassiz, Louis e Elizabeth Cary Agassiz. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- Almeida, Cândido Mendes de. *Atlas do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, 1868.
- Arquivo Nacional. *Registro de Estrangeiros, 1808-1822*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.
- Avé-Lallemant, Robert. *Am Mucury. Eine Waldgeschichte zur Erläuterung, Warnung und Strafe für alle die es angeht*. Hamburgo, 1859.
- Avé-Lallemant, Robert. *Berichte betreffend die Mucury-kolonie, u.s.w.* Hamburgo, 1859.
- Avé-Lallemant, Robert. *Reisē durch Nordbrasiliē*. Leipzig, 1860. 2 vols.
- Avé-Lallemant, Robert. *Reise durch Südbrasiliē im Jahre 1858*. Leipzig, 1859. 2 vols.
- Baeta, Nilton. *A Indústria Siderúrgica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1973.
- Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*, 2<sup>a</sup> edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- Bastos, Wilson de Lima. *O Engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Sua vida, sua obra, sua descendência*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1975.
- Biblioteca Brasileira de Robert Bosch GmbH. *Catálogo*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1992.
- Boschi, Caio César. *Fontes Primárias para a História de Minas Gerais em Portugal*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1979. 2<sup>a</sup> edição revista: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.
- Boxer, Charles Ralph. *The Golden Age of Brazil, 1695-1750. Growing Pains of a Colonial Society*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1969.
- Brasil, Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento da População do Império do Brazil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. Rio de Janeiro: Leuzinger e

Filhos, 1873-1876, 23 vols.

- Burmeister, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- Burton, Richard Francis. "The Primordial Inhabitants of Minas Geraes and the occupations of the present inhabitants". *Journal of the Anthropological Institute of Great Britain and Ireland*, vol. II(1873).
- Burton, Richard Francis. *Explorations of the Highlands of the Brazil*. Londres: Tinsley Brothers, 1869. 2 vols.
- Canstatt, Oscar. *Repertório Crítico da Literatura Teuto-Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Presença, 1967.
- Carvalho, Daniel de. *Estudos e Depoimentos (1ª série)*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1953.
- Carvalho, Theophilo Feu de. *Comarcas e Termos. Criações, supressões, restaurações, incorporações e desmembramentos de comarcas e termos, em Minas Geraes (1709-1915)*. Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1922.
- Cunha Matos, Raimundo José da. *Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)*. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro/Imprensa Official de Minas Gerais, vol. I: 1979; vol. II: 1981, 2 vols.
- Davatz, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. Introdução de Sérgio Buarque de Holanda. 2ª edição: São Paulo: Livraria Martins Editora, 1972.
- Dean, Warren K., Rio Claro. *A Brazilian Plantation System, 1820-1920*. Stanford: Stanford University Press, 1976.
- Eakin, Marshall C.. *British Enterprise in Brazil. The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine*. Durham e Londres: Duke University Press, 1989.
- Eschwege, W.L. von. "Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Geraes". *Revista do Arquivo Públíco Mineiro*. Ano IV (1899).
- Eschwege, W.L. von. *Brasilien, die neue Welt*. Braunschweig, 1824. 2 vols.
- Eschwege, W.L. von. *Jouurnal von Brasilien*. Weimar: Gr. H.S. pr. Lands – Industrie – Comptoirs, 1818. 2 vols.
- Eschwege, W.L. von. *Pluto Brasilensis*. Trad. Domício de Figueiredo Murta. 2ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1979. 2 vols.
- Eschwege, W.L. von. *Beiträge zur Gebirgskunde Brasiliens*. Berlim: G. Reimer, 1832.
- Ferrand, Paul. *L'Or à Minas Geraes*. Ouro Preto: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1894. 2 vols.

- Fundação João Pinheiro. *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1993.
- Gardner, George. *Viagem ao Interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e dos diamantes, durante os anos 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- Gerber, Henrique. "Geographical Notes on the Province of Minas Geraes". *Journal of the Royal Geographical Society* (Londres), vol. XLIV (1874), pp. 263-300.
- Gerber, Henrique. *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Geraes*. Rio de Janeiro: Typographia de Georges Leuzinger, 1863.
- Gravatá, Hélio. "Bibliografia Mineiriana. Período Colonial – I, 1711-1753". *Barroco 4* (Belo Horizonte).
- Gutkind, Peter, Robin Cohen e Jean Copans (eds.). *African Labor History*. Beverly Hills: Sage Books, 1978.
- Halfeld, H.G.F. e J.J. von Tschudi. *Die Brasilianische Provinz Minas Geraes. Ergänzungsheft nº 9 zu Petermann's Geographischen Mittheilungen*. Gotha: Justus Perthes, 1862.
- Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e Relatório concernente à Exploração do Rio de São Francisco desde a Cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlântico, levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II, pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld, em 1852, 1853 e 1854, e mandado lithographar na Lithographia Imperial de Eduardo Rensburg*. Rio de Janeiro, 1860. 2ª edição facsimilar: São Paulo: Empresa das Artes, 1994.
- Imperial Brazilian Mining Association. *Tenth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, May 12th, 1831*. Londres, 1831.
- Imperial Brazilian Mining Association. *Eleventh Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, Nov. 3rd, 1831*. Londres, 1831.
- Imperial Brazilian Mining Association. *Twelfth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, May 10th, 1832*. Londres, 1832.
- Imperial Brazilian Mining Association. *Thirteenth Report of the Directors of the Imperial Brazilian Mining Association, read at the half-yearly general meeting, on Thursday, November 8th, 1832*. Londres, 1832.

- Kloosterboer, Willemina. *Involuntary Labor since the Abolition of Slavery*. Leiden: E.J. Brill, 1960.
- Langsdorff, George Heinrich von. *Os Diários de Langsdorff*. Danuzio Gil Bernardino da Silva (org.). Campinas: Associação Internacional de Estudos Langsdorff; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. 3 vols.
- Libby, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista. Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Martins, Maria do Carmo Salazar. "Revisitando a Província: Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35". *V Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 1990)*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1990.
- Martins, Roberto Borges e Maria do Carmo S. Martins. "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX". *Seminário sobre a Economia Mineira (Diamantina 1982)*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.
- Martins, Roberto Borges e Octávio Elísio Alves de Brito. *História da Mineração no Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.
- Martins, Roberto Borges. "Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra vez" em Tamás Szemreczányi e José Roberto Amaral Lapa (orgs.) *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996, pp.99-130.
- Martins, Roberto Borges. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Ph. D. Dissertation, Vanderbilt University, 1980.
- Mendonça, Marcos Carneiro de. *O Intendente Câmara*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- Minas Gerais. *Livro da Lei Mineira, 1835*. Tomo 1º, parte 1ª. Ouro Preto, 1835.
- Mintz, Sidney W.. *Caribbean Transformations*. Chicago: Aldine, 1974.
- Monlevade, Jean Antoine de. "Memória dirigida em 1853 ao Presidente da província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos" [12/12/1853]. *Documentos do Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial apresentou, na sessão ordinária de 1854, o presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos*. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1854.
- Oliveira Vianna, F.J.. "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brazil", em *Recenseamento do Brasil (realizado em 1 de setembro de 1920)*, vol. I. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística, 1922.
- Pereira, José Veríssimo da Costa. "A Geografia no Brasil", em Fernando de Azevedo (org.). *As Ciências no Brasil*, vol. I. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

- Phillips, P. Lee. *A List of Books, Magazine Articles and Maps Relating to Brazil, 1800-1900*. Washington: Government Printing Office, 1901.
- Sacramento Blake, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brazileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1883-1902. 7 vols.
- Saint-Adolphe, Jean-Claude Rose Milliet de. *Diccionario Geographico, Historico e Descriptivo do Império do Brasil*. Paris: J.P. Aillaud, 1845. 2 vols.
- Schazmann, Paul-Émile. *Johann Jakob von Tschudi. Forscher, Arzt, Diplomat*. Zurique: Verlag Mensch und Arbeit Zürich, 1956.
- Senna, Nelson de. *A Terra Mineira*. 2<sup>a</sup> edição: Belo Horizonte: Imprensa Official do Estado de Minas Geraes, 1926. 2 vols.
- Silva, José Joaquim da. *Tratado de Geografia Descritiva Especial da Província de Minas Gerais*. 2<sup>a</sup> edição: Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
- Tschudi, Johann Jakob von. *Reisen durch Sudamerika*. Leipzig: F. A. Brockhaus, 1866-1869. 5 vols. 2<sup>a</sup> edição facsimilar, com introdução por Carl Troll e Hanno Beck: Stuttgart: F. A. Brockhaus, 1971. 5 vols.
- Tschudi, J.J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1953.
- Walsh, Robert. *Notices of Brazil in 1828 and 1829*. Londres: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830. 2 vols.
- Wells, James W.. *Explorando e Viajando Três Mil Milhas através do Brasil, do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995. 2 vols.
- Xavier da Veiga, José Pedro. *Ephemérides Mineiras (1664-1897)*. Ouro Preto: Imprensa Oficial, 1897. 4 vols.

#### **RELATÓRIOS PRESIDENCIAIS**

- *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na Sessão Ordinária do Anno de 1839 pelo Presidente da província, Bernardo Jacintho da Veiga*. Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1839. [1/2/1839]
- *Falla dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1841, pelo Presidente da Província, o Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto*. Ouro Preto: Typographia do Universal, 1841. [4/2/1841]

- *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1842, pelo Vice-Presidente da província, Herculano Ferreira Penna.* Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1842. [3/5/1842]
- *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1843, pelo Presidente da Província, Francisco José de Souza Soares d'Andréa.* Ouro Preto: Typographia do Correio de Minas, 1843. [17/5/1843]
- *Fala dirigida à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes na abertura da Sessão Ordinária do Anno de 1844, pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares d'Andréa.* Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. De J. Villeneuve e Comp., 1844. [3/2/1844]
- *Exposição com que José Pedro Dias de Carvalho passou a 10 de abril de 1848, a administração da Província ao Doutor Manoel José Comes Rebello Horta.* Manuscrito. [10/4/1848]
- *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou, na Sessão Ordinária de 1852, o Doutor Luiz Antonio Barbozá, Presidente da mesma Província.* Ouro Preto: Typ. Social, 1852. [25/3/1852]
- *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na Sessão Ordinária de 1853, o Doutor Luiz Antonio Barboza, Presidente da mesma Província.* Ouro Preto: Typ. Do Bom Senso, 1853. [11/4/1853]
- *Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, muito digno Presidente d'esta Província, apresentou no acto de passar-lhe a Administração, o 1º Vice-presidente Doutor José Lopes da Silva Vianna.* Ouro Preto: Typ. De Soares, 1853. [22/10/1853]
- *Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, muito digno Presidente desta Província apresentou ao passar-lhe a Administração, o 1º Vice-presidente, Desembargador José Lopes da Silva Vianna.* Ouro Preto: Typ. Do Bom Sen-

so, 1854. [6/11/1854]

- Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou na 2ª Sessão Ordinária da 10ª Legislatura de 1855, o presidente da Província, Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1855. [25/3/1855]
- Exposição que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Herculano Ferreira Penna apresentou no acto de passar-lhe a Administração da província de Minas Geraes, o ex-presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos. Ouro Preto: Typographia do Bom Senso, 1856. [2/2/1856]
- Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou, na abertura da Sessão Ordinária de 1857, o Conselheiro Herculano Ferreira Penna, presidente da mesma província. Ouro Preto. Typ. Provincial, 1857. [28/4/1857]
- Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos apresentou, no acto de passar-lhe a administração da Província de Minas Geraes, o vice-presidente Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1857. [12/11/1857]
- Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou, na abertura da Sessão Ordinária de 1858, o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, presidente da mesma província. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1858. [25/3/1858]
- Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, 1º vice-presidente da Província, entregou o Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, em 6 de abril de 1858, no momento de seguir para a Villa de Lavras a fim de assistir às arrematações da estrada do Passa-Vinte. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1859. [6/4/1859]
- Relatório que ao Illm. e Exm. Sr. Comendador Manoel Teixeira de Souza, 2º vice-presidente da Província de Minas Geraes, apresentou, no acto de passar-lhe a Administração, em 22 de abril de 1860, o Conselheiro Carlos Carneiro de Campos. Ouro Preto: Typ. Provincial, 1860. [22/4/1860]

- *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou, na abertura da Sessão Ordinária de 1861, o Ilm. e Exm. Sr. Conselheiro Vicente Pires da Motta, presidente da mesma província.* Ouro Preto: Typ. Provincial, 1861. [4/8/1861]
- *Exposição que ao Ilm. e Exm. Sr. Coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, 3º vice-presidente, apresentou, no acto de passar-lhe a Administração da província de Minas Geraes, o Presidente, Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo.* Ouro Preto: Typ. Provincial, 1862. [17/5/1862]
- *Relatório que à Assembléa Legislativa Provincial de Minas Geraes apresentou, no acto da abertura da Sessão Ordinária de 1862, o Coronel Joaquim Camillo Teixeira da Motta, terceiro vice-presidente da mesma Província.* Ouro Preto: Typographia Provincial, 1862. [1/8/1862]

# **A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS**

## **MAPA INÉDITO**

DESENHADO POR FRIEDRICH WAGNER, SEGUNDO OS LEVANTAMENTOS  
OFICIAIS FEITOS PELO ENGENHEIRO H. G. F. HALFELD ENTRE 1836 E 1855  
E UTILIZANDO MEDIÇÕES E MAPAS ANTERIORES

## **NOTAS EXPLICATIVAS**

POR J. J. VON TSCHUDI

**[1862]**

# A PROVÍNCIA BRASILEIRA DE MINAS GERAIS

## SUMÁRIO

<b>HISTÓRIA</b> .....	64
<b>SITUAÇÃO GEOGRÁFICA</b> .....	68
<b>RELEVO</b> .....	69
<b>OROGRAFIA</b> .....	70
<b>HIDROGRAFIA</b> .....	75
RIOS.....	75
LAGOS.....	80
FONTES MINERAIS.....	83
<b>CLIMA</b> .....	83
<b>OBSERVAÇÕES SOBRE HISTÓRIA NATURAL</b> .....	86
MINERALOGIA.....	86
BOTÂNICA.....	93
ZOOLOGIA.....	95
<b>POPULAÇÃO</b> .....	98
<b>RAMOS DE INDÚSTRIA</b> .....	109
MINERAÇÃO .....	109
AGRICULTURA.....	111
PECUÁRIA.....	113
INDÚSTRIA.....	115
<b>ESCOLAS</b> .....	116
<b>INSTITUIÇÕES PÚBLICAS</b> .....	119
<b>ESTATÍSTICA CRIMINAL</b> .....	120
<b>MEIOS DE COMUNICAÇÃO</b> .....	122
VIAS FLUVIAIS.....	123
ESTRADAS.....	126
<b>COLONIZAÇÃO</b> .....	127
<b>DIVISÃO POLÍTICA</b> .....	132
<b>DIVISÃO ECLESIÁSTICA</b> .....	135

<b>DIVISÃO ELEITORAL</b> .....	136
<b>FORÇA MILITAR</b> .....	137
<b>FINANÇAS</b> .....	138
<b>AS LOCALIDADES MAIS DESTACADAS DA PROVÍNCIA</b> .....	139
1. COMARCA DE OURO PRETO .....	139
2. COMARCA DO PIRACICABA .....	142
3. COMARCA DO RIO DAS VELHAS.....	145
4. COMARCA DO SERRO DO FRIO .....	148
5. COMARCA DO JEQUITINHONHA.....	150
6. COMARCA DO RIO SÃO FRANCISCO .....	153
7. COMARCA DO PARACATU.....	154
8. COMARCA DO PARANÁBA .....	155
9. COMARCA DO PARANÁ.....	156
10. COMARCA DO SAPUCAÍ.....	158
11. COMARCA DO JAGUARI .....	159
12. COMARCA DO RIO VERDE.....	161
13. COMARCA DO BAEPENDI .....	162
14. COMARCA DO RIO DAS MORTES.....	164
15. COMARCA DO RIO GRANDE.....	166
16. COMARCA DO INDAIÁ.....	167
17. COMARCA DO PARAIBUNA .....	169
18. COMARCA DO MURIAÉ .....	171

Entre as vinte províncias do imenso Império do Brasil, a província de Minas Gerais ocupa o primeiro lugar em número de habitantes, mas é apenas a quinta em extensão territorial<sup>1</sup>. Ela é superada em superfície pelas províncias do Alto Amazonas e do Mato Grosso, que tem mais de 60 mil léguas quadradas<sup>2</sup>, pela província do Pará, com 31 mil, e pela província de Goiás, com 25 mil léguas quadradas. É maior do que o conjunto dos estados austríacos e tem quase três vezes o tamanho do Reino da Prússia.

## HISTÓRIA

Separada do Oceano Atlântico por uma cadeia de montanhas que se estende de norte a sul (a Serra do Mar) e por florestas virgens quase impenetráveis, as extensas terras que formam a atual província de Minas Gerais permaneceram por longo tempo desconhecidas dos descobridores do Brasil. No século XVI foram feitas (por Sebastião Fernandes Tourinho e Antonio Dias Adorno) tentativas isoladas de avançar para o interior seguindo os rios costeiros, que, no entanto, se transformaram em fracassos quase completos, pelas imensas dificuldades que tiveram de enfrentar. Só 173 anos depois que o Almirante Pedro Álvares Cabral descobriria a costa do Brasil é que, penetrando pelo sul, vinda da província<sup>3</sup> de São Paulo, uma expedição razoavelmente bem organizada, feita por ordem do rei e comandada por Fernão Dias Pais Leme, começou a desbravar o interior desconhecido em busca de valiosas esmeraldas e outras pedras preciosas que, segundo rumores vagos, lá haviam sido encontradas. A expedição chegou até a altura da atual cidade do Serro e teve de lutar contra obstáculos indescritíveis, sem alcançar o objetivo esperado. Mais bem sucedidas, embora não me-

<sup>1</sup>(RBM) Na atual divisão territorial do Brasil, Minas Gerais, com 588.384 quilômetros quadrados, ocupa a quarta posição em superfície, abaixo dos estados do Amazonas, do Pará e do Mato Grosso.

<sup>2</sup>(Tschudi) Uma légua brasileira mede 3.000 braças, 1 braça = 10 palmos, 1,386 palmo = 1 pé inglês; portanto 1 légua brasileira = 21.645 pés ingleses. Como 1 milha terrestre inglesa mede 5.280 pés, a légua brasileira tem 4,1 milhas inglesas. A proporção entre a légua brasileira e a milha alemã é de 6,5. Uma légua brasileira = 6,173 quilômetros.

<sup>3</sup>(RBM) Tschudi usa várias vezes os termos *império* e *província* referindo-se a períodos anteriores à independência, quando deveria usar *colônia* e *capitania*.

nos penosas, foram as expedições que se seguiram, todas saídas de São Paulo. Descobriram jazidas de ouro nos vales do Rio Guaicuí e de seus afluentes, nas encostas das serras que se unem no Itacolomi, principalmente no Ribeirão do Carmo, onde fica hoje a cidade de Mariana, e no Ribeirão de Ouro Preto, situado apenas duas léguas a oeste, onde se formou a atual capital da província. Na direção sul, foram abertas lavouras de ouro sucessivamente em Campanha, São João del Rei, São José e Congonhas do Campo; a oeste de Ouro Preto, em Tamanduá e Pitangui; a noroeste, em Paracatu, e na direção norte, em Inficionado, Catas Altas do Mato Dentro, Santa Bárbara, Corais, Itabira do Mato Dentro, Serro do Frio e Bom Sucesso das Minas Novas.

A maior parte dessas jazidas foi descoberta em fins do século XVII e no primeiro decênio do século XVIII, e foram exploradas com imenso êxito. Assim como, na nossa época, as descobertas de ouro na Califórnia e na Austrália atraíram, além de trabalhadores interessados na exploração das riquezas subterrâneas, uma multidão de aventureiros e especuladores, o rumor sobre os incomensuráveis tesouros das terras do interior do Brasil produziram, naquele tempo, o mesmo efeito. O maior fluxo de aventureiros seguiu os caminhos abertos pelos pioneiros paulistas; só pequenos grupos de desbravadores mais audaciosos abriram novas trilhas, ao sudoeste e ao norte, através de densas florestas ou sobre planaltos selvagens.

No início, os paulistas constituíam a maior parte da crescente população de mineradores, e consideravam a terra recém-colonizada como parte de sua província, julgando-se, consequentemente, seus proprietários naturais. Olhavam com ciúme o número cada vez maior de forasteiros, dos quais os mais numerosos eram os portugueses, sentindo-se lesados em seus direitos inquestionáveis, procurando estorvar os intrusos de todas as maneiras e, se possível, expulsá-los completamente. Isto resultou em confrontos, pancadarias e escaramuças e levou, finalmente, a uma guerra aberta, que durou anos, entre os paulistas e os outros mineradores. Só em 1709 é que o Capitão-general do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho<sup>4</sup>, conseguiu estabelecer alguma ordem no distrito das minas. Os paulistas, derrotados pelos mineiros em diversos combates, perderam sua supremacia, mas ainda puderam

<sup>4</sup>(RBM) Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho foi governador do Grão Pará (1685-1690) e do Maranhão (1690-1701). Nomeado governador da Repartição Sul, que incluía os territórios do Rio de Janeiro, de São Paulo e a região das minas, em 1709, Albuquerque pacificou os distritos mineradores conturbados pelas disputas entre paulistas e emboabas, estabelecendo neles a autoridade da Coroa. Tornou-se o primeiro governador da nova capitania de São Paulo e Minas (criada em 9 de novembro de 1709), tendo tomado posse em 7 de julho de 1710, e criou as primeiras vilas de Minas Gerais, em Mariana (Ribeirão do Carmo, 8/4/1711), em Ouro Preto (Vila Rica d'Albuquerque, 8/7/1711) e em Sabará (17/7/1711). Organizou a expedição de socorro ao Rio de Janeiro, invadido por Duguay-Trouin em 1711 e supervisionou durante mais de um ano a reorganização da cidade saqueada. Permaneceu no governo da capitania de São Paulo e Minas até 1713, quando retornou a Portugal. Veja Boxer, *The Golden Age of Brazil*, capítulos 3 e 4.

continuar se estabelecendo pacificamente na região.

Em conseqüência desses conflitos, o governo da metrópole decidiu criar, para a capitania de São Paulo, que até então estivera sob a jurisdição do Capitão-general do Rio de Janeiro, um governo próprio, que abrangia também os distritos mineradores. Durante onze anos (a partir de 9 de novembro de 1709) eles ficaram subordinados a São Paulo, até que, pela Ordem Régia de 2 de dezembro de 1720, foram elevados a Capitania Geral, com o nome de Minas Gerais, já então dentro dos mesmos limites da atual província<sup>6</sup>.

Sob um governo próprio, as condições sociais e políticas da nova capitania melhoraram consideravelmente, mas ainda não se alcançou uma situação de perfeita normalidade, por causa das imposições da metrópole, que reservavam para a Coroa um quinto de todo o ouro obtido.

Por volta de 1728, foram descobertos os primeiros diamantes no Serro do Frio. O governador, Conde de Galvães<sup>7</sup>, publicou, em 16 de abril de 1733, uma ordem para que os distritos diamantinos fossem severamente fechados e, por meio de uma rápida sucessão de decretos, a extração de diamantes foi limitada a condições muito restritas. A Coroa declarou-os seu monopólio e, a partir de 1740, arrendou sua extração por vários anos. Em 1772, passou a administrá-la diretamente<sup>7</sup>, impondo ao distrito diamantino um regulamento de inaudita severidade. Essas medidas abriram as portas a inomináveis abusos das autoridades, à delação, às vinditas, e a outras paixões mesquinhias da população, além de impedir, com mão de ferro, quaisquer movimentos ou empreendimentos livres. Junto com as chicanas na arrecadação do quinto

<sup>6</sup>(RBM) Quando a capitania independente de Minas Gerais foi criada, em 1720, seus limites não eram os mesmos da província no tempo em que Tschudi escrevia. Entre a criação e essa época houve duas grandes incorporações de território a Minas Gerais: um decreto real de 10 de maio de 1757 desmembrou o termo da Vila de Minas Novas do Fanado da capitania da Bahia e o anexou à Comarca do Serro do Frio, em Minas Gerais; e um alvará de 14 de abril de 1816, desmembrou da capitania e comarca de Goiás os juízados e freguesias do Araxá e do Desemboque, cujos territórios constituem hoje as regiões mineiras do Triângulo e do Alto Paranaíba, e os incorporou à Comarca de Paracatu.

A *Petrographische Charte* de Eschwege, datada de 1831, e incluída no seu *Beiträge zur Gebirgskunde Brasiliens*, de 1832, mostra as locações da velha e da nova fronteira entre Minas e Goiás. Um bom histórico resumido, incluindo a legislação pertinente, da formação territorial de Minas Gerais até 1868 pode ser encontrado no *Atlas do Império do Brasil*, publicado naquele ano por Cândido Mendes de Almeida.

<sup>7</sup>(RBM) André de Melo e Castro, conde de Galvães, foi o segundo governador e capitão general da capitania independente de Minas Gerais, criada em 2 de dezembro de 1720, tendo tomado posse do cargo em 1/9/1732 e governado até 26/3/1735. Era contrário à transformação da cobrança do quinto em capitação, e aparentemente deixou o governo, ou foi substituído por essa razão. A capitação foi implantada por seu sucessor, Conde Freire de Andrade.

<sup>7</sup>(Tschudi) Veja informações mais precisas sobre esses fatos em v. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, 1833. Essa obra contém as informações mais completas sobre a história da descoberta e da extração dos metais e pedras preciosas no Brasil.

e com as exigências da Coroa, crescentes e insaciáveis apesar do abrupto declínio da extração de ouro desde o meado do século XVIII, elas afastavam cada vez mais os mineiros da metrópole, e criaram repetidas convulsões revolucionárias, que foram reprimidas com violento, e até bárbaro, rigor.

O mais significativo dos movimentos de libertação foi a chamada *Inconfidência Mineira*, ocorrida em 1789, que tinha como objetivo a independência da capitania. Entre os conjurados, que nutriam a esperança de que um brado de independência saído de Minas se espalharia por todos os cantos do país, sobressaiam-se o Dr. Cláudio Manoel da Costa, o Dr. Alvarenga Peixoto, e o tenente de cavalaria Joaquim José da Silva Xavier, conhecido em todo o império pelo nome de *Tiradentes*<sup>8</sup>. Um sem-número de destacadas autoridades civis, magistrados, homens de letras e militares se juntou a eles, mas o plano foi traído, e trinta e três dos conjurados foram levados a julgamento no Rio de Janeiro, enquanto grande parte dos restantes conseguiu fugir a tempo para as regiões desabitadas do interior. Depois de mais de dois anos de detenção, a maioria dos presos foi condenada ao degredo em Angola, e Tiradentes morreu na forca.

O triste episódio deixou uma impressão profunda e duradoura na capitania. Assim, pode-se compreender facilmente que Minas Gerais tenha aclamado, com o mais vivo entusiasmo, a declaração de independência do Brasil, em 1822. Em 1830 e 1831, vendo-se numa posição insustentável, o Imperador Dom Pedro I fez uma viagem através de Minas, numa vã tentativa de obter o apoio dos habitantes dessa província, e, por meio dele, o do restante de seus súditos.

Durante a regência do atual imperador, Dom Pedro II<sup>9</sup>, a paz interna da província foi perturbada, durante um curto período, pelas lutas dos liberais (partido da oposição) - aos quais se atribuíram, injustamente, tendências republicanas - contra o partido situacionista conservador. O movimento eclodiu na província de São Paulo, e chegou, em Minas, à guerra civil aberta. O governo enviou tropas contra os insurretos e, nas proximidades de Santa Luzia, junto ao Rio das Velhas, houve combates nos quais o general Marquês de Caxias obteve uma vitória fácil, sufocando assim, nova-

<sup>8</sup>(RBM) Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, não era tenente, e sim alferes. Só se tornou conhecido em toda a colônia depois da devassa da Inconfidência Mineira e de sua execução na forca, em 21 de abril de 1792.

<sup>9</sup>(RBM) Pedro II nunca foi regente do império. O período regencial, que ocorreu entre a abdicação de Pedro I, em 1831, e a maioridade antecipada de Pedro II, em julho de 1840, já tinha se encerrado quando eclodiu a chamada Revolução Liberal de Minas Gerais em 1842.

mente, o movimento aberto e ativo de oposição.

## SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

A província de Minas Gerais estende-se dos 14 aos 23 graus de latitude Sul e dos 41 aos 51 graus de longitude Oeste. Sua superfície tem algo entre 15 e 17 mil léguas quadradas, mas não existe até hoje uma medição precisa desse avançado território<sup>10</sup>. Ela é cercada por cinco províncias e tem, a leste e a oeste, serras e, ao norte ao sul, rios como limites. Ao norte faz fronteira com as províncias da Bahia e de Goiás, das quais está separada por afluentes do Rio São Francisco: a oeste, pelo Rio Carinhana; e a leste, pelo Rio Verde Grande. A leste, é cortada de norte a sul por uma serra que a separa das províncias da Bahia e do Espírito Santo. Ao sul, os rios Paraibuna, Preto e Paraíba do Sul, além de um segmento da Serra da Mantiqueira, formam a fronteira com as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro. As fronteiras naturais com essa última província seriam a Serra da Mantiqueira, que corre do sudoeste ao nordeste, e seus prolongamentos, a Serra do Macaco, a Serra de São Sebastião e a Serra do Brigadeiro, que têm a mesma direção da Mantiqueira, mas, por razões fiscais, o governo português fixou seus limites nos rios citados, pois aí era mais fácil controlar o pagamento das taxas e reprimir o contrabando, já que leis rigorosas só permitiam que o tráfego entre as duas províncias se fizesse através de determinadas passagens dos rios. Assim como no leste, Minas Gerais é separada, no oeste, da província de Goiás e, no extremo sudoeste, da de São Paulo, por uma cadeia de montanhas de orientação norte-sul, que se compõe das serras da Paraíba, da Pindaíba, dos Cristais, e da Taguatinga<sup>11</sup>.

<sup>10</sup>(RBM) As atuais medidas geodésicas fixam os pontos extremos do território de Minas Gerais nos paralelos 14° 13'58" Sul e 22° 54'00" Sul, e nos meridianos 39° 51'32" e 51° 02'35" oeste de Greenwich. Sua área territorial é de 588.384 quilometros, que equivalem a 15.441 léguas quadradas, usando a relação, apresentada por Tschudi, de 6,173 quilometros por léguas.

<sup>11</sup>(RBM) Em Minas Gerais essa serra é chamada Serra da Tabatinga.

## RELEVO

Um exame superficial do mapa de Minas Gerais mostra um território ricamente irrigado, através do qual inúmeras serras serpeiam de forma quase caótica. Esta característica é mais pronunciada entre o 44º e o 47º graus de longitude Oeste de Greenwich, na região propriamente montanhosa de Minas, enquanto mais a oeste, predominam vales e montanhas de menor elevação e, ao norte, ondulações suaves. A Serra dos Aimorés, que corre de norte a sul no leste da província, separa-a das matas virgens da costa e, somente no sul, as já mencionadas razões político-financeiras anexaram-lhe uma porção de território que, pelas fronteiras naturais, não lhe pertenceria.

A maior parte da província forma um planalto que se eleva de 1.500 a 3.000 pés acima do nível do mar, no qual a cobertura vegetal tem um caráter singular que a distingue nitidamente da planície litorânea. Qualquer planalto é chamado de *campo* pelos brasileiros, e a geografia e as ciências naturais acabaram por adotar esse termo, embora reconhecendo menos subdivisões que as usadas pelos nativos.

O caráter dos campos no Brasil é extraordinariamente diversificado, seja em sua elevação acima do mar, seja em sua extensão geográfica. Os campos gerais da província do Paraná são, por exemplo, de um tipo muito diferente daqueles do Rio São Francisco. A base para essa denominação não está nem na formação geológica, nem nas particularidades da vegetação, mas antes no contraste entre as campinas com arbustos esparsos e as matas fechadas.

Temos, portanto, em Minas, duas regiões principais - a das *matas* e a dos *campos*. Na parte oriental da província elas se sobrepõem, formando uma terceira, de características próprias, que se pode chamar de *zona das cabeceiras*. É a região da Serra dos Aimorés e das cadeias que lhe são paralelas, que formam, no leste, a fronteira dos campos, onde ficam as cabeceiras da maioria dos afluentes dos rios que descem por ela e vão desaguar no Oceano Atlântico. Esta região se caracteriza por uma arborização que, embora vigorosa, não alcança o mesmo desenvolvimento e tamanho observado nas florestas das zonas quentes e baixas. É uma área que corresponde à das *chinchanas*, no extremo oeste.

O brasileiro distingue os *campos fechados* dos *campos abertos*. Os campos

cerrados são ocupados por uma vegetação baixa, que se apresenta em grupos maiores ou menores (carrascos). Nos campos abertos, porém, predomina um capim seco e fino com arbustos esparsos e mirrados. Pequenos *tabuleiros* e *chapadas* maiores estão presentes em todos eles. Ao longo dos rios desenvolve-se, sobre depósitos de húmus de aluvião, uma vegetação arbórea mais forte, - os chamados *capões* - e em áreas mais protegidas, e portanto mais quentes e pouco úmidas, encontramos as *catingas*, que são geralmente matas baixas, cujas árvores todo ano perdem parcialmente as folhas, não chegando, entretanto, a apresentar o aspecto nu dos bosques europeus no inverno.

Estas observações são suficientes para mostrar que a região dos campos não ostenta um caráter uniforme como os *pampas* dos estados do Prata, a região das *serras* do oeste americano, ou as matas da costa brasileira. Os campos também não podem ser, como tem sido muitas vezes, descritos como platôs. Eles formam planaltos, mas são entrecortados por inúmeras pequenas serras que se estendem nas mais variadas direções, e por vales de erosão, estreitos ou largos. Os *tabuleiros* mais extensos da província ocorrem principalmente nas partes norte e nordeste, na bacia do Rio São Francisco. Os mais notáveis são a Chapada de Santa Maria, a Chapada do Uruçua, a Chapada do Rio Verde e, no sudoeste, o Chapadão e a Chapada de Tabatingá, ambos entre os rios Paranaíba e Grande.

## OROGRAFIA <sup>12</sup>

A leste, e também em sua maior extensão a oeste, a província de Minas Gerais é limitada por duas cadeias de montanhas. A do leste, Serra dos Aimorés ou Serra do Mar, estende-se desde o Rio Belmonte, na província da Bahia, até o Rio Macacu, na província do Rio de Janeiro, por mais de 120 léguas, com orientação geral de norte a SSO, sendo interrompida pelos rios Doce, São Mateus e Mucuri. Sua vertente leste pertence em parte à província da Bahia, a maior porção à província do Espírito Santo

---

<sup>12</sup>(Tschudi) Sobre as características geológicas da província de Minas Gerais foram feitas comunicações valiosas por v. Eschwege, Karsten e v. Helmreich, e também, mais recentemente, pelo Dr. Heusser, nas *Geographischen Mittheilungen*, 1859, tomo XI, pags. 447 e seguintes.

e, ao sul, à província do Rio de Janeiro. A vertente oeste pertence quase inteiramente à província de Minas Gerais. A cordilheira no oeste da província estende-se desde a fronteira norte, como prolongamento sul da Serra do Paraná, até bem ao sul, abaixo do 18º grau de latitude Sul, formando o limite entre as províncias de Minas e Goiás, e recebendo, nesse trecho, os nomes de Serra da Taguatinga, Serra dos Cristais, Serra da Pindaíba<sup>13</sup>, Serra da Tiririca<sup>14</sup>, e Serra dos Pilões. Aí ela toma uma orientação leste, por cerca de vinte léguas, reúne-se com a Serra das Almas, que corre ao norte e nordeste, e com a Serra do Andrequicé, voltando-se de novo para o sul, como Serra da Mata da Corda e Serra da Canastra, no Rio Grande. São ramificações orientais dessa cadeia a Serra do Jacu<sup>15</sup>, a Serra da Marcela e a Serra da Saudade. De noroeste para sudeste ela cruza a Serra da Parida.

Entre essas duas cordilheiras de fronteira encontra-se, novamente com orientação geral norte-sul, no terço mais ao leste da província, um complexo montanhoso que foi denominado Serra do Espinhaço, e que forma o divisor de águas dos maiores rios de Minas, o Rio Doce e o Rio São Francisco. Ele se compõe de uma cadeia descontínua de pequenas serras, que desviam da orientação geral, ora para o leste, ora para o oeste, mas que, em seu conjunto, devem ser consideradas como um único sistema.

Como fronteira sul entre as províncias de Minas Gerais e de São Paulo, essa serra se estende de sudoeste a nordeste e recebe, até um pouco ao sul de Barbacena, o nome de Serra da Mantiqueira. Nesse ponto, porém, ela toma a direção norte, primeiramente com o nome de Serra do Sapateiro<sup>16</sup>. Daí parte, rumo ao nordeste, uma cadeia mais extensa, que se prolonga até dentro da província do Espírito Santo, denominada, em sua porção inferior, Serra do Macaco, Serra de São Geraldo, Serra de São Sebastião e Serra do Brigadeiro. Ao norte de Barbacena, o *Espigão Geral das Vertentes*<sup>17</sup>, vindo do oeste, encontra-se com a Serra do Espinhaço, que em sua continuação, como Serra do Ouro Branco, Serra de Vila Rica, Serra do Caraça, Serra da Lapa, e Serra de Santo Antônio, mantém a mesma orientação até as proximidades da cidade do Serro. A partir daí, porém, assume o rumo nor-nordeste, e depois prosse-

<sup>13</sup>(Tschudi) No mapa anexo não consta o nome dessa serra.

<sup>14</sup>(Tschudi) Há uma serra com o mesmo nome na província do Rio de Janeiro, nas vizinhanças de Maricá.

<sup>15</sup>(RBM) Grafada no original como *Serra de Jacó*. Trata-se da Serra do Jacu, situada entre os rios Borrachudo e Abaeté, que é mencionada por Eschwege no *Pluto Brasiliensis* (veja vol. 2, p.296, nota do tradutor nº 446) e por Freireyss, e aparece no *Novo Mapa de Capitania de Minas Gerais*(1821), de Eschwege. Devo estas informações ao Prof. Friedrich Renger.

<sup>16</sup>(Tschudi) No mapa, incorretamente, *Sapoteiro*.

<sup>17</sup>(Tschudi) Com a palavra *espigão*, o brasileiro designa cadeias de montanhas, colinas, ou planaltos que separam dois vales.

gue para o noroeste como Serra do Pinheiro, Serra Negra e Serra do Chifre, até se juntar à Serra dos Aimorés. Inúmeras serras menores, que, ao longo do trajeto descrito, desviam-se da cadeia principal inicialmente para leste e para oeste, e depois para o norte e para o sul, não serão consideradas aqui, bastando citar, por serem o domicílio predileto dos botocudos, as serras Tamanhuec<sup>18</sup> e Map Map Crac, que correm quase paralelas, como ramificações da Serra do Chifre.

Na Serra do Espinhaço, no trecho em que é chamada de Serra de Santo Antônio, fica o Pico do Itambé<sup>19</sup>, a mais alta montanha da província e, aparentemente, de todo o Brasil. As estimativas de sua altitude tem variado entre 5.600 e 7.200 pés acima do nível do mar, mas ela nunca foi medida com precisão<sup>20</sup>. Em geral, os pontos mais altos dessas longas cordilheiras não se elevam a mais de 4 mil pés acima do nível do mar.

A parte norte da província de Minas Gerais é cortada por duas importantes cadeias de montanhas, além das já mencionadas. A do leste, que tem uma orientação sudoeste-nordeste, forma o divisor de águas nordeste do Rio Belmonte, enquanto o prolongamento nordeste da Serra do Espinhaço constitui o divisor de águas sudeste desse rio. Essa cadeia compreende a Serra de Itacambira, a Serra da Tromba, a Serra do Grão Mogol, a Serra Branca e a Serra Nova das Almas. Mais a oeste, mais ou menos no centro da província, estende-se, de sul a norte desde o Rio das Velhas até o Rio Verde, na fronteira, um complexo montanhoso formado pelas serras das Correntes, do Bento Soares e das Contendas. Além desses ramos principais se estendem em todas as direções da rosa dos ventos inúmeras serras menores, que não caberia enumerar aqui em detalhe. Convém, entretanto, descrever em poucas palavras, em linhas gerais, o caráter geológico das montanhas da província<sup>21</sup>.

As serras do sul e do sudeste compõem-se principalmente de granito-gnaisse,

---

<sup>18</sup>(RBM) Não encontrei essa serra em cartas recentes, mas ela pode ser vista, com esse nome, no mapa de Chrockatt de Sá (1895 ou 1896), logo ao norte de Teófilo Otoni, entre os rios Mucuri Pequeno e Todos os Santos.

<sup>19</sup>(Tschudi) Pedra pontuda, de *ita* (pedra) e *aimbé* (ponta).

<sup>20</sup>(RBM) O ponto mais alto hoje conhecido no Brasil é o Pico da Neblina, no estado do Amazonas, com 3.014 metros. O Pico do Itambé da Serra não figura entre os doze pontos mais altos do Brasil, nem entre os seis mais altos de Minas Gerais. Tschudi o situa na faixa de 5.600 a 7.200 pés ingleses (1.700 a 2.200 metros) e, já no século XX, Álvaro da Silveira determinou sua altitude em 2.044 metros.

<sup>21</sup>(Tschudi) Depois das famosas obras de v. Eschwege, as pesquisas geológicas mais detalhadas sobre a província de Minas Gerais foram feitas pelo viajante austríaco v. Helmreichen. Infelizmente, devido ao seu precoce falecimento seus trabalhos nunca foram publicados. A Academia Imperial de Ciências de Viena está de posse dos manuscritos deixados pelo Sr. v. Helmreichen, mas eles não são completos a ponto de permitir sua publicação, sobretudo porque as coleções geológicas a que se refere estão até hoje encaixotadas em diferentes lugares de Minas Gerais, e algumas delas já foram até jogadas fora.

que constitui a formação principal da Serra dos Aimorés e da cadeia litorânea da província do Rio de Janeiro. Seu produto de intemperismo é um barro vermelho que se espalha por grande extensão, em todas as direções desde a capital do Brasil, e pode induzir a conclusões errôneas o geólogo que não tem oportunidade de estudar sua origem mais para o interior.

Na Serra da Mantiqueira ocorrem talco xistos em transições diversas, em geral de pequena espessura, mas em grande extensão na região dos campos do centro e do sudeste de Minas. Muito diferente é a formação geológica da Serra do Espinhaço, da Serra do Ouro Branco para o norte. Aqui predominam xistos cristalinos, principalmente xisto hematítico, quartzo-mica xisto<sup>22</sup>, mica xisto carbonático, *itabirito* (xisto ferruginoso quartzoso), talco-quartzo xisto e anfibólio xisto, todos com transições variadas.

Às vezes os talco-quartzo xistos e *Eisenglimmerschiefer*<sup>23</sup> se apresentam recobertos por uma camada ferruginosa de *tapanhoacanga*<sup>24</sup> de poucos pés de espessura, peculiar dessas formações.

É característico da província de Minas Gerais, especialmente da cadeia montanhosa onde foi observado pela primeira vez, um quartzo arenito xistoso, chamado *itacolomito*<sup>25</sup>, de grande ocorrência não só na Serra do Espinhaço, mas também nas montanhas do norte. Esta formação geológica, bem como uma grande parte dos xis-

<sup>22</sup>(Tschudi) v. Eschwege e vários viajantes posteriores a ele afirmam que nessas serras também ocorre o xisto argiloso primitivo. O Dr. Heusser, no trabalho citado acima, diz nunca ter encontrado na província de Minas o verdadeiro xisto argiloso não cristalino, que funde no maçarico de sopro, e nem o mica xisto. Estas observações coincidem com as de v. Helmreichen. Eu também não encontrei o xisto argiloso em nenhum lugar.

<sup>23</sup>(Renger) Termo introduzido por Eschwege na nomenclatura geológica em 1822, no *Geognostisches Gemälde von Brasilien*, p.21, e posteriormente no *Brasilien, die neue Welt* (1824) e no *Pluto Brasiliensis* (1833), composto por *Eisenglimmer* e quartzo. Deve-se frisar que *Eisenglimmer* não é uma mica, mas um nome antiquado para a hematita especular em finas palhetas, que produz uma aparência semelhante à mica. Na tradução do *Pluto Brasiliensis*, Domício Murta usa o termo *xisto hematítico*, enquanto na do *Brasilien, die neue Welt* traduziu por *xisto especular*. Xisto hematítico me parece mais apropriado, por ser uma definição petrográfica clara, enquanto xisto especular pode deixar dúvidas a respeito da composição. Tratam-se, na realidade, das enormes camadas ferríferas do centro de Minas Gerais, onde está localizada a maioria das grandes jazidas de minério de ferro do estado. O termo formação ferrífera é mais abrangente, pois engloba todos os diferentes tipos e variedades de rochas do mesmo tipo genético.

<sup>24</sup>(Tschudi) Constituída, segundo v. Eschwege, por partículas de xisto hematítico, de hematita, de magnetita e de limonita, agregadas em arranjo caótico por um círco ferruginoso (*Pluto Brasiliensis*, p. 226), e denominado com a palavra indígena *tapanhoacanga* (nome também de uma serra e de um arraial), formada por *tapanhuna* (preto) e *acanga* (cabeça). O Dr. Heusser, com toda razão, considera esta camada como de formação mais recente, formada a partir dos produtos de alteração dos xistos ferruginosos (trabalho citado acima, p. 456). v. Spix e v. Martius consideram-na como uma camada ferruginosa pertencente ao período *Quadersandstein*.

<sup>25</sup>(Tschudi) Assim denominado por v. Eschwege numa alusão ao Pico do Itacolomi, que atinge 5.368 pés acima do nível do mar, e é constituído desta rocha. Segundo v. Eschwege é composto de quartzo com uma textura de granulação média a fina, com partículas de talco e clorita em palhetas finas, de brilho sedoso, untuosas ao tato e de cores variegadas. Segundo v. Spix e v. Martius é um "mica xisto de granulação fina", e de acordo com Pohl um "quartzo xisto". Segundo Burmeister trata-se de um "mica xisto arenoso", que se parece às vezes com um arenito, às vezes com um xisto argiloso e, quando diminui o quartzo, passa pouco a pouco para um xisto argiloso primitivo mole (!) (*Reise nach Brasilien*, p. 339). Segundo o Dr. Heusser (obra citada, p. 443), é um "quartzo arenito friável com textura xistosa".

tos cristalinos mencionados acima, especialmente o *Eisenglimmerschiefer* e o talco-quartzo xisto, contém as tão famosas jazidas de ouro que, no século passado e nas duas primeiras décadas do presente, forneceram cerca de 1.200 *zentner* desse precioso metal<sup>26</sup>.

Em muitos pontos da província as serras de xistos são interrompidas por camadas ou bancos de calcário cristalino, de extensões variadas, que se caracterizam por conter uma grande abundância de grutas<sup>27</sup>. O famoso naturalista dinamarquês Dr. Lund encontrou nas grutas calcárias dos arredores de Lagoa Santa, onde mora, uma grande quantidade de ossos de animais pré-históricos carreados pelas enxurradas, e divulgou uma fauna surpreendentemente interessante de animais extintos do Brasil<sup>28</sup>.

A ação erosiva, desagregadora, constante e contínua das águas, fortemente reforçada pelo clima quente e úmido, exerce enorme influência sobre a configuração geológica da província de Minas Gerais, bem como de grande parte do Brasil. As fortes precipitações noturnas, seguidas de um calor opressivo durante o dia, decompõem em curto espaço de tempo até as rochas mais duras.

Esses aguaceiros que, ano após ano, despejam quase diariamente, durante meses, enormes massas de água, carream os produtos de alteração, expondo continuamente novas áreas à ação corrosiva das intempéries. Quanto mais inclinadas e mais desprovidas de vegetação forem essas superfícies, mais rápidas e mais extensas serão as mudanças do relevo, e às vezes basta uma causa mínima para, num espaço relativamente curto de tempo, criar consideráveis vales de erosão. Nas rochas estratificadas as primeiras camadas a serem levadas são aquelas mais propensas à altera-

<sup>26</sup>**(RBM)** O *centner*, modernamente grafado *zentner*, é uma medida alemã de peso equivalente a 50 quilos. Tschudi faz confusão com as estimativas de Eschwege para a produção de ouro em Minas Gerais. Na página 6 do original afirma que a produção total entre 1700 e 1820 foi de 1.200 *centner*, e à p.22 registra esse mesmo número como referente à produção do período 1600-1820. No *Pluto Brasiliensis*, Eschwege estima a produção mineira no período 1700-1820 como 35.687 arrobas ou, usando 1 arroba = 15 quilos, 535.305 quilos de ouro. Essa quantidade é equivalente a 10.706 *zentner*. A estimativa de Eschwege para o período 1600-1820 se refere à produção de todo o Brasil (no século XVII não existia Minas Gerais) e atinge 63.417 arrobas, ou seja, 19.025 *zentner*. Veja Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, vol. I, pp.197-204 e 222.

<sup>27</sup>**(Tschudi)** Mais ao sul, na província de São Paulo, esse cristal calcáreo ocorre em muito maior quantidade do que em Minas Gerais.

<sup>28</sup>**(RBM)** Peter Wilhelm Lund (1801-1880), naturalista dinamarquês, considerado o fundador da paleontologia brasileira. Em sua primeira estadia no Brasil, de 1825 a 1829, limitou suas excursões de coleta botânica e zoológica à província do Rio de Janeiro. De volta em 1833, viajou pelo Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Minas Gerais, em companhia do botânico Ludwig Riedel, ex-participante da expedição Langsdorff. Em Curvelo, ao examinar alguns fósseis que lhe foram mostrados por Peter Claussen, outro dinamarquês ali residente, decidiu voltar-se inteiramente à paleontologia. Fixou residência em Lagoa Santa, em 1834, e dedicou as décadas seguintes a extensas investigações nas grutas calcáreas da região, coletando centenas de espécies de mamíferos e outros animais pré-históricos, que enviava para instituições na Dinamarca, juntamente com uma volumosa produção científica escrita. Em 1843 encontrou restos fósseis humanos que vieram a ser conhecidos como o *Homem de Lagoa Santa*. Apesar de nunca ter retornado à Europa, Lund ganhou grande notoriedade internacional. Morreu em Lagoa Santa, em 5 de maio de 1880.

<sup>29</sup>**(Tschudi)** Denominam-se geralmente assim os lugares em que um rio flui através de uma camada erodida situada sob outra intacta.

ção. É por isso que em nenhum outro lugar encontramos tantas pontes naturais como aqui; daí o tão recorrente topônimo *sumidouro*<sup>29</sup>.

## HIDROGRAFIA

### RIOS

A província de Minas Gerais, que se distingue pela riqueza de suas águas, dá origem a sete rios, dois dos quais se encontram entre os maiores do continente sul-americano; e, no entanto, não possui uma única via fluvial digna desse nome. Cinco desses rios seguem a direção geral oeste-leste, para desaguar entre os graus 15 e 22 Sul no Oceano Atlântico. Outro corta a província de sul a norte, e só muito ao norte dela descreve uma curva para leste e deságua por dois largos braços no mesmo oceano, abaixo do grau 10 de latitude Sul. O sétimo rio corre de leste para oeste, depois volta-se para o sul, e seguindo essa direção geral, só se junta ao Oceano Atlântico sob o grau 34 de latitude Sul.

O mais meridional desses rios é o Paraíba do Sul (pará, rio, iba, água clara). Suas nascentes pertencem em grande parte à província de São Paulo, que atravessa em inúmeros ziguezagues por um percurso de cerca de 50 a 54 léguas. Ao sul da Serra da Mantiqueira, esse rio forma a fronteira entre a província de Minas Gerais e a do Rio de Janeiro e, mais ao leste, os limites entre esta província e a do Espírito Santo. De Minas Gerais ele recebe o tributo de dois caudais importantes, o Rio Paraibuna e o Rio Pomba.

O curso total do Paraíba do Sul é estimado entre 140 e 145 léguas. É navegável apenas em sua porção leste, entre a Serra de São Fidélis e sua foz, em São João da Barra. Os vapores marítimos do Rio de Janeiro penetram até Campos, mas só podem atravessar a barra na maré alta (lua nova e lua cheia). Entre Campos e a Serra de São Fidélis circulam, durante a época das chuvas, pequenos vapores fluviais de reduzido calado; e mais a oeste o rio só é navegável por canoas e balsas. Na maior parte de seu percurso a corrente é muito rasa, e é interrompida por numerosas corredeiras, penedos e ilhas.

Ao norte da bacia do Paraíba do Sul, separado dela pela ramificação leste da

Serra do Espinhaço, formada pelas serras do Macaco, de São Geraldo, de São Sebastião e do Brigadeiro, fica o vale do Rio Doce. Sua nascente mais extrema é o Rio Xopotó, que corre, com seus afluentes, desde o encontro da Serra do Espinhaço com a Serra do Macaco. Depois de um curto percurso ele se une com o Rio Piranga, vindo do oeste, passando ambos a ter este nome. Após receberem, do oeste, o Ribeirão do Carmo, do sul, o Rio Casca e o Rio Matipó, e do sudeste o Rio Sacramento Grande, tomam o nome de Rio Doce, que continua na direção norte/nor-nordeste, e é reforçado pelos rios Piracicaba, Santo Antônio e Correntes, que fluem desde o sudoeste, oeste e noroeste. No ponto onde o considerável Rio Suaçuí Grande se une a ele, passa a tornar, por influência da Serra de Ibituruna<sup>30</sup>, a direção sudeste, que se torna inteiramente leste, da fronteira entre Minas Gerais e Espírito Santo até sua foz. Nesse percurso ele recebe ainda, além de numerosos riachos menores, um rio bastante considerável, vindo do sul - o Manhuaçu, rio de fronteira da província de Minas.

O vale do Rio Doce é grande mas é geograficamente pouco conhecido. De Cuiabá para oeste, atravessa um território de florestas vírgens, parcialmente habitado por índios selvagens, o que torna perigosas as tentativas de povoamento e navegação. As baixadas da parte leste do percurso são cheias de pantanais extensos e altamente insalubres. Grandes quedas d'água, entre as quais se sobressaem a Cachoeira do Inferno e a Cachoeira das Escadinhas, e numerosas corredeiras e penedos, em especial o Rebojo de João Pinto e o Rebojo da Onça, tornam extraordinariamente difícil a navegação desse rio, que só é feita até agora, muito raramente, por canoas, que muitas vezes têm de ser descarregadas, e as cargas transportadas a pé ao longo das margens. No ano de 1835, a assembléia legislativa outorgou a uma sociedade anglo-brasileira um privilégio para a navegação de vapores nesse rio<sup>31</sup>. Os trabalhos de retificação do curso começaram em 1839 e, em 1841, o primeiro, e até hoje único, vapor o percorreu. Devido a transações excusas, a sociedade se dissolveu e, embora muitas vezes seja trazido de novo à baila, o projeto de navegação do Rio Doce permaneceu irrealizado.

---

<sup>30</sup>(Tschudi) Outra serra de mesmo nome, também na província de Minas Gerais, obriga o Rio das Mortes, a oeste de São João del Rei, a descrever uma grande curva para o sul.

<sup>31</sup>(RBM) Essa sociedade se chamava Anglo-Brazilian Canal, Road, Bridge and Land Improvement Company. Uma publicação da empresa, provavelmente um prospecto de propaganda dirigido a investidores ingleses, datado de 1835, com o título *Remarks upon the Objects and Advantages of the Anglo-Brazilian Canal, Road, Bridge and Land Improvement Company*, aparece listada em P. Lee Phillips, *A List of Books, Magazine Articles and Maps Relating to Brazil, 1800-1900*. Washington: Government Printing Office, 1901, p.7.

Ao norte do vale do Rio Doce segue-se o muito menor vale do Rio Mucuri. Entre os dois, ocupando principalmente território da província do Espírito Santo, fica o do Rio São Mateus que, com diversos pequenos afluentes, nasce em Minas Gerais, mas na maior parte de seu curso pertence à província costeira do leste.

O Rio Mucuri nasce na ramificação nordeste da Serra do Espinhaço. Seu curso continuamente sinuoso segue uma direção geral para leste. Recebe, vindo do norte, o Rio Preto, que nasce na Serra do Chifre, com seus afluentes, o Rio Pampã, vindo do suldeste, e o Rio de Todos os Santos, cujo vale limita-se, ao norte, com a Serra do Tamanguac, e ao sul, com a Serra do Map Map Crac. Na altura de Santa Clara ele abandona a província de Minas Gerais, cortando a Serra dos Aimorés, e se atira no oceano na altura de São José do Porto Alegre. Em seu caminho através de Minas, os rochedos e quedas d'água tornam impossível sua navegação, mas de Santa Clara até sua foz, pode trafegar, com o rio cheio, um vapor bem pequeno. Muitas curvas fechadas em um leito não muito largo dificultam a navegação desse trecho. O Rio Mucuri percorre, em sua maior extensão, uma densa selva, parcialmente habitada por índios selvagens.

Limitadas pelo prolongamento nordeste da Serra do Espinhaço a sudoeste, pelas serras de Itacambira, do Grão Mogol e a Serra Nova das Almas a noroeste, encontram-se, ao norte do vale do Mucuri, as bacias dos rios Jequitinhonha e Pardo.

O Rio Jequitinhonha nasce na Serra Redonda, a oés-sudoeste da cidade do Serro. Segue a princípio uma direção nordeste, e faz depois uma grande curva do norte para sudoeste. Em São Sebastião do Salto Grande, ele corta, por um selvagem desfiladeiro rochoso, a Serra dos Aimorés, e sai de Minas Gerais, recebendo, desse ponto até sua união com o oceano, o nome de Rio Grande ou Rio Belmonte. O Jequitinhonha é navegável apenas em alguns trechos interrompidos e mesmo assim, até hoje, só por cangas e pequenos barcos a vela. A região das nascentes do Jequitinhonha é famosa por seus depósitos de ouro e de diamantes.

Os mais importantes dentre os mais de cem afluentes do Jequitinhonha são: do norte, os rios Itacambiruçu, Vacaria, Salinas, Itinga, e São Francisco; e do sul, o Rio Piauã, o Rio de São João Grande e o Rio Piabanga.

O Rio Pardo nasce na Serra Branca e na Serra Nova das Almas. Só uma pequena parte do seu vale pertence à província de Minas Gerais, que abandona na altura da barra do Mosquito. Nesse ponto toma o nome de Rio Patipê e se lança em um canal natural, o Rio Salsa, que começa no Rio Belmonte, despejando no Oceano Atlântico

oito léguas depois dessa união.

As águas das partes central e norte de Minas Gerais formam a bacia do poderoso Rio São Francisco. Ele nasce na Serra da Canastra, nas proximidades da fazenda Casca d'Anta, e segue a princípio, como um riacho sem importância, a direção leste, voltando-se depois para o norte e mantendo esta direção geral por todo o seu percurso através de Minas. Do lado oeste seus maiores afluentes são os rios Indaiá, Borrachudo e Abaeté, e do leste, os rios Pará, Paraopeba, e o Rio Guaicuí ou Rio das Velhas, que é tão volumoso quanto o próprio São Francisco. A partir desta junção ele passa a ser um caudal de grandes proporções, navegável por mais de 240 léguas. Depois do Rio das Velhas, e até deixar o território de Minas, o São Francisco recebe do leste apenas tributários menores, dos quais só mencionaremos o Rio Jequitá, o Ribeirão de São Lourenço e o Rio Contendas. Bem mais notável do que estes é, no entanto, o Rio Verde Grande, que forma a fronteira entre as províncias de Minas e da Bahia, recebendo todas as águas que correm da encosta oeste do divisor de águas do Jequitinhonha e da encosta leste da Serra das Contendas. Os afluentes ocidentais do São Francisco são, ao contrário, muito consideráveis. O maior deles é o Paracatu, que, depois de sua união com o Rio Preto, originário do norte, recebe do sul os rios Verde, Catinga, Garrote e do Sono; sendo navegável por uma extensão de aproximadamente 55 léguas. Ao norte do Paracatu despejam no São Francisco, além de uma infinidade de pequenos riachos, o Rio Urucuia, navegável por cerca de dez léguas, o Rio Pardo, o Pandeiros, o Peruacu, o Itacarambi, o Japoré e o Carinhanha, que forma a linha divisória oeste entre a província de Minas Gerais e a da Bahia. A extensão da bacia do São Francisco em Minas Gerais é tão grande quanto a superfície de todas as demais bacias hidrográficas dessa província<sup>32</sup>.

A ultima bacia que nos resta mencionar é a do Rio da Prata, do qual descreveremos apenas uma das nascentes mais remotas, a do Rio Grande. Esse rio nasce na Serra da Mantiqueira e, após um pequeno percurso rumo ao norte, se volta para noroeste, passando depois a oeste e mantendo essa direção dentro da província. Acolhe do norte numerosos afluentes, dos quais merecem menção apenas o Rio das Mortes,

<sup>32</sup>(Tschudi) Um importante estudo hidrográfico sobre o Rio São Francisco é: *Atlas e Relatório concernente à exploração do Rio de São Francisco desde a Cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlântico, levantado por ordem do Governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II, pelo Engenheiro Civil Henrique Guilherme Fernando Halfeld, em 1852, 1853 e 1854*, Rio de Janeiro, 1860. É um trabalho magnífico, com mapas muito numerosos, que detalham com grande exatidão o território do Rio São Francisco, acompanhados de um texto explicativo que descreve léguas por léguas.

o Rio Jaçaré e o Rio Pium-í. Do sul, todavia, recolhe o Rio Sapucaí, quase tão grande quanto ele próprio. O Rio Grande forma, a oeste, a fronteira sul da província de Minas com a de São Paulo e recebe, em um ângulo agudo do nordeste, o Rio Paranaíba, que, no oeste, separa as províncias de Minas Gerais e de Goiás. Estes dois rios abarcam uma extensa região de campos que se projeta, como uma cunha, até bem longe no rumo oeste, entre as províncias de São Paulo e Goiás. O afluente mais importante do Paranaíba, vindo de Minas, é o diamantífero Rio das Velhas. Após a junção com o Paranaíba, o Rio Grande toma o nome de Rio Paraná.

Tendo observado mais de perto as diversas bacias, lancemos agora um curto olhar sobre as montanhas que constituem os divisores de águas.

A Serra do Espinhaço forma, com suas ramificações, o divisor de águas de cinco bacias, a saber, as dos rios Paraíba, Doce, Mucuri, e Jequitinhonha, a leste, e a do Rio São Francisco, a oeste. No planalto de Barbacena, em uma extensão de poucas léguas quadradas, encontram-se as cabeceiras de quatro desses rios - o Paraíba, o Doce, o São Francisco e o Paraná.

A Serra das Vertentes constitui em parte o divisor de águas da bacia do Rio Grande ao sul e, a oeste, os limites da do Paracatu. A bacia do São Francisco é limitada a oeste pela serra acima mencionada, e a leste em parte pela Serra do Espinhaço, e em parte por uma cadeia paralela à Serra do Grão Mogol. A bacia do Rio Jequitinhonha é encerrada a oeste por esta última serra, e a sudeste pela ramificação nordeste da Serra do Espinhaço.

A Serra dos Aimorés, que se estende de norte a sul, não constitui um divisor de águas. Todos os caudais que nascem em sua vertente oeste cortam-na e desaguam a leste dela no Oceano Atlântico. A Serra do Espinhaço também não configura rigorosamente um divisor de águas, pois muitas pequenas correntes nascem na sua vertente leste e despejam, no entanto, a oeste, nas bacias dos rios Grande e São Francisco, enquanto, ao contrário, riachos que se originam na vertente oeste desaguam a leste, nas bacias dos rios Paraíba, Doce e Mucuri. O motivo é simplesmente que esta serra, como já mencionamos acima, não constitui uma cadeia ininterrupta no sentido estreito, mas antes compõe-se de uma série de pequenas serras, mais ou menos separadas

umas das outras.

## Lacos

Apesar de sua anormal riqueza em cursos d'água, a província de Minas Gerais possui, curiosamente, poucos lagos. A causa disto deve residir, provavelmente, na natureza geognóstica do terreno, pois a rocha, tão propensa à decomposição, parece tender muito mais à formação de vales de erosão do que à acumulação de águas na forma de lagos. Uma futura investigação mais precisa das formações rochosas na região dos lagos existentes poderá indicar sua natureza geognóstica específica.

A bacia do Paraíba do Sul não apresenta nenhum lago em território mineiro, diferentemente da província vizinha de leste, o Rio de Janeiro, onde se encontram, na parte norte de sua foz, diversas lagoas grandes (como por exemplo, a Lagoa do Campeio, a Lagoa das Pedras, a Lagoa da Onça, etc.).

A bacia do Rio Doce, que possui igualmente numerosos e grandes lagos próximos à sua foz, na província do Espírito Santo (entre os quais se destacam a Lagoa de Linháres, a Lagoa Feia, a Lagoa Jarapunã-açu, a Lagoa Jarapunã-mirim, a Lagoa das Almas, a Lagoa do Limão e várias outras, muitas das quais, no entanto, não passam de lençóis de inundação), apresenta na parte mineira de seu território apenas uns poucos, de reduzido perímetro. Na paróquia de Santana do Alfié, no ribeirão Mombaça, pequeno afluente oeste do Rio Doce, há várias pequenas lagoas, das quais as mais notáveis são a Lagoa Nova; a Lagoa Verde e a Lagoa do Sacramento, além de outras menores, localizadas entre o Mombaça e o Sacramento Pequeno.

No Rio Urupucá, que deságua do leste no Suaçuí Grande, o maior afluente norte do Rio Doce, há um lago de cerca de duas léguas quadradas de superfície; e a leste do mesmo encontra-se uma lagoa de tamanho apreciável, na qual desaguam os rios Mato Cocheiro<sup>33</sup> e Grande, chamada Lagoa da Água Preta, que mais parece ser uma área de inundação do que de um verdadeiro lago.

Não se conhece nenhum lago na bacia do Rio Mucuri. Encontrei, em seu curso superior, diversas lagoas de inundação, que na época da seca desaparecem quase por completo. Existem várias lagoas de pequena extensão na bacia do Rio Jequitinhonha. Na freguesia de São João Batista, no Rio Fanado, um pouco ao sul de Santo An-

---

<sup>33</sup>(RBM) O topônimo Mato Cocheiro parece suspeito. Não consegui identificar esse rio.

tonho do Calhau, ficam diversos lagos pequenos, todos na parte sul do vale do Araçuaí, braço meridional do Rio Jequitinhonha.

A oeste da Serra do Grão Mogol encontram-se dois grupos de lagos. O grupo do sul, compõe-se de dez a doze lagoas, entre as quais se destacam a Lagoa Formosa, a Lagoa da Vargem, à Lagoa dos Porcos, e a Lagoa do Sapê, que dão origem aos afluentes norte do Rio Itacambiruçu. Do grupo norte, composto de oito a dez lagoas, origina-se o Rio Vacaria; sendo ambos afluentes do Rio Jequitinhonha pelo norte. No vale do Rio Piauí, que despeja no Jequitinhonha a noroeste de São Sebastião do Salto Grande, na parte baixa da Serra dos Almorés, encontra-se a Lagoa Encantada ou Lagoa Dourada; que pertence igualmente à classe das lagoas de inundação. Esta seria, presumivelmente, a mesma Lagoa de Vupabuçu, que foi descoberta em 1573 por Sebastião Fernandes Tourinho, e em cujas cercanias Fernão Dias Pais teria encontrado uma grande quantidade de ouro e de esmeraldas. As declarações de Pais são mais do que duvidosas, pois até hoje ainda não se tem nenhuma prova positiva da existência de esmeraldas em Minas, ou no restante do Brasil. Uma lagoa que ainda hoje tem o nome indígena de Vupabuçu está localizada na Serra de São Simão. Nela não há, no entanto, pedras preciosas de nenhum tipo e apenas uma pequena quantidade de ouro.

Na bacia do Rio Pardo há quatro lagoas pequenas, das quais se origina o Rio Lobato, um afluente pouco significativo do Pardo, pelo sul.

A imensa região do Rio São Francisco possui, em Minas, diversas lagoas sem importância. Nas suas cabeceiras, entre ele e o Rio Bambuí, encontram-se algumas delas, das quais as maiores são a Feia e a Verde, conhecidas pela grande quantidade de jacarés que nelas habitam. Nos rios São Miguel, São Domingos e Jacaré, todos eles afluentes desimportantes do caudal principal, encontramos novamente alguns pequenos lagos, entre os quais mais uma Lagoa Feia e outra Lagoa Verde. Todos os que se ocupam do estudo da geografia brasileira deparam-se com uma repetição constante de topônimos. Em cidades e arraiais predominam os nomes de santos, em virtude de uma ordem de Coroa portuguesa que, no século passado, proibia terminantemente o uso de palavras indígenas como topônimos. O nome dos rios provém muitas vezes de sua cor, (daí a constante repetição das denominações *Negro* ou *Preto*, *Pardo*, *Branco* e *Vermelho*) ou são batizados de acordo com os diferentes animais que neles se encontram, (como por exemplo, *Rio das Antas*, *Rio Capivara*, *Rio dos Porcos*, *Rio Jacaré*, *Rio do Peixe*). Rio Grande é também uma denominação tão freqüente que pode dar ori-

gem a grandes equívocos. Muitas vezes chama-se *Rio Grande* a um rio que não faz jus a esse nome, só porque ele é o maior ribeirão do distrito por onde passa. As lagoas são mais freqüentemente denominadas *Feia, Verde e Grande*.

Na margem esquerda do Rio das Velhas, a quatro lèguas da localidade de Santa Luzia, fica a lagoa mais famosa da província. Trata-se de Lagoa Santa, também conhecida nos meios cultos da Europa como a residência de longos anos do famoso naturalista dinamarquês Dr. Lund<sup>34</sup>. É ao seu renome que a lagoa deve a fama de possuir águas medicinais. Um médico italiano de nome Cialli teria analisado essa água e verificado seu teor de enxofre e de ferro. Diz-se que diversas fontes minerais irrompem nela, tornando suas águas curativas. Segundo o Dr. Lund, há 45 espécies de peixes nessa lagoa, na maior parte silurídeos e caracídeos. Oito lèguas adiante, na direção nor-noroeste, ainda na margem esquerda do Rio das Velhas, existem sete lagoas rasas, conhecidas precisamente como Sete Lagoas e, finalmente, no vale do Paracatu, na vertente oeste da Serra de Santa Fé, ficam duas lagoas relativamente grandes, as lagoas de Santa Fé, de onde nasce o riacho do mesmo nome.

Na parte da bacia do Paraná situada na província de Minas Gerais encontramos dois lagos maiores, um na região do Rio Sapucaí, o outro no Rio Grande. O primeiro fica no distrito de Jaguari e leva o nome de Lagoa Grande. Segundo o mapa, dele nascem, a oeste, o Rio Fundo, afluente do Rio Mogi, que pertence à província de São Paulo, e, a leste, um pequeno afluente do Rio Sapucaí. Não me foi possível constatar a exatidão dessa informação. A segunda lagoa fica a seis lèguas da pequena cidade de São José<sup>35</sup>. Seu nome, Lagoa Dourada, provém de uma antiga mina de ouro situada às suas margens, antes muito rica, mas agora completamente esgotada. Ela escoa suas águas no Rio Carandaí, um tributário do Rio das Mortes, que se une ao Rio Grande a

<sup>34</sup>(RBM) A fama mundial de Lagoa Santa deve-se, sem dúvida às descobertas paleontológicas do cientista dinamarquês e à sua residência na localidade. Mas a reputação do poder curativo de suas águas antecede de muito a época de Lund. É de 1749 o opúsculo *Prodigiosa Lagoa descuberta nas Congonhas das Minas do Sabará, que tem curado a várias pessoas dos achaques que nesta Relação se expõem*. Seu autor, João Cardoso de Miranda, era médico e foi à Lagoa Santa em busca de cura para uma doença nos olhos, atraído pela fama que ela já tinha nessa época. É também de 1749, o manuscrito *Relação histórico-médica que no descuberto das águas mineraes da Lagoa Grande oferece à Magestade Del-Rey Fidelissima D. João V, Antônio Cialli, Romano, Mestre em Artes, Dr. em Medicina pela Universidade de Roma*. A primeira capela de Lagoa Santa, dedicada a N.S. da Saúde em virtude dos poderes curativos de suas águas, também data de 1749, e foi feita freguesia em 1823. Segundo Waldemar de Almeida Barbosa era tamanha a fama dessas águas no século XVIII, que grande quantidade dela era exportada em barris para Portugal. Para as referências completas das publicações referidas acima veja Hélio Gravatá, "Bibliografia Mineirana – Período Colonial, I, 1711-1753", Barroco 4. Veja também Caio Bösch, *Fontes Primárias para a História de Minas Gerais em Portugal e a Biblioteca Brasiliiana de Robert Bosch GmbH*, p.182.

<sup>35</sup>(RBM) Trata-se, é claro, de São José del Rei, atual Tiradentes.

<sup>36</sup>(Tschudi) Quando o visitei em Ouro Preto, em janeiro de 1858, o Sr. Friedrich Wagner, um dos autores do mapa anexo, falou-me de uma pequena lagoa existente entre São João del Rei e Oliveira, com dois escoamentos, um seguindo para o Rio Grande e o outro para o Rio São Francisco. O Sr. Wagner mostrou-me essa lagoa no mapa original, mas não a encontrei agora na cópia. Não posso deixar de comentar, porém, que esse espantoso fenômeno não me foi confirmado pelas informações mais precisas de homens cultos daquela região.

oeste de São João del Rei<sup>36</sup>.

#### **FONTES MINERAIS**

Em termas e fontes minerais a província de Minas Gerais é bastante rica, como indicam os freqüentes topônimos *Água Quente*, *Águas Virtuosas* e *Águas Miraculosas*. As mais amplamente conhecidas são as termas sulfurosas de Caldas no sudoeste da província, no distrito de Sapucaí, e as Águas Virtuosas de Caxambu nas vizinhanças da vila de Baepeendi. Que eu saiba, não existe nenhuma análise química precisa de qualquer dessas fontes.

#### **CLIMA**

Vimos acima que a extensão territorial da província de Minas Gerais abrange tanto uma região baixa de florestas como um planalto de campos. Nela ocorrem, consequentemente, quase os extremos do clima brasileiro. Embora o calor nas matas do sul e do leste não chegue a alcançar a temperatura média das províncias do norte do Império, o frio nas montanhas do centro de Minas é quase igual ao das províncias meridionais do país, que se encontram abaixo da zona tropical. Não se dispõe até hoje de observações a longo prazo das temperaturas e temos que nos contentar com informações bastante vagas. A região das matas é, em geral, mais quente do que aquelas de igual altitude na província do Rio de Janeiro, o que se explicaria facilmente por sua posição mais setentrional. São notáveis, ao contrário, as baixas temperaturas observadas em montanhas relativamente pouco elevadas, situadas em um país tropical. A dois mil pés de altitude, a 20 graus de latitude Sul, chega a haver formação de geadas, e temperaturas de apenas 4º C não são excepcionais. Essa situação é ainda mais espantosa pelo fato de não haver em Minas (como de resto, em qualquer ponto do Brasil) altas montanhas nevadas que pudessem causar um rebaixamento geral da temperatura. A distância dos Andes é grande demais para que possa ser atribuída a eles,

como já se fez, qualquer influência sobre essas baixas temperaturas. Mais importante seria a ação dos ventos do sul, que sopram gelados desde a região antártica, através das planícies da República Argentina, da província do Rio Grande do Sul e dos campos gerais do Paraná. Mas, como perdem muito de sua força em São Paulo, e prosseguem cada vez mais mornos através de Minas no rumo norte, esse fenômeno não é suficiente para explicar as baixas temperaturas do centro da província, que permanece como um amplo campo de pesquisa para a meteorologia mais rigorosamente científica.

Em 19 de junho de 1813, nevou (segundo me informou o Sr. Fr. Wagner)<sup>37</sup> em Ouro Preto, em densos flocos. A cidade fica a 3.600 pés acima do nível do mar e a 20° de latitude Sul.

A influência dessa baixa temperatura sobre a vegetação é, como seria de se esperar, muito grande. Na região dos campos, as culturas mais propriamente tropicais, tais como cana-de-açúcar, café, mandioca, bananas, etc, só ocorrem excepcionalmente, em situações mais protegidas. Chamou-me a atenção o fato da província de São Paulo, situada mais ao sul, apresentar plantações de café muito vigorosas em uma altitude que, em Minas Gerais só permitiria a plena maturação dos frutos em hortas bem resguardadas. A formação de gelo no ar é muito freqüente quando sopram os ventos do sul, e a geada não é uma raridade, tanto nos campos como nos lugares mais baixos, tendo ocorrido especialmente amiúde no ano de 1861.

Em Minas Gerais, como na maioria dos climas tropicais, só há duas estações distintas: a seca, ou inverno (de maio a outubro), e o verão, ou tempo das chuvas (de novembro a abril). Pode-se, como costumam fazer os brasileiros, considerar a existência de mais duas estações, uma primavera e um outono, mas elas não são tão definidas como na Europa, e em certos anos absolutamente não ocorrem.

O inverno é, em geral, bastante seco. É raro chover forte por dias seguidos, e tampouco há tempestades; mas costumam cair chuvas esparsas e aguaceiros localizados, e são comuns os dias nublados. A temperatura média na região dos campos nessa época do ano não passa de 14,2° C. Já o verão se caracteriza por chuvas quase diárias<sup>38</sup>, geralmente na forma de tempestades, que às vezes caem pela manhã, às vezes à tarde, e ocasionalmente à noite, não se observando um horário regular, como

<sup>37</sup>(RBM) Sobre Friedrich Wagner, desenhista da província, cartógrafo e co-autor do mapa anexo, veja o ensaio introdutório.

<sup>38</sup>(Tschudi) Durante uma viagem de 117 dias pela província de Minas Gerais, tive 111 dias de chuva.

ocorria antigamente, por exemplo, no Rio de Janeiro, ou como ocorre no norte da América do Sul. Sua duração varia entre três até seis ou oito horas, e as mais longas são as mais frequentes. Quem não conhece as trombas d'água tropicais por experiência própria, dificilmente poderá imaginar a monstruosa massa de água que muitas vezes despenca num intervalo de poucos minutos. A chuva já não cai em gotas, mas literalmente em jatos, podendo-se falar, sem hipérbole, em chuva torrencial.

Infelizmente não existem observações pluviométricas sistemáticas, que forneceriam resultados muito interessantes. Um registro que foi colocado à minha disposição, e de cuja precisão não tenho motivos para duvidar, mostra que, em Ouro Preto, o volume de chuva atingiu 89 polegadas de Paris em 27 dias, ou seja, 3,296 polegadas por dia. Levando-se em consideração que essa precipitação tem lugar durante apenas algumas horas por dia, pode-se ter uma idéia da violência desses temporais. As tempestades mais fortes ocorrem imediatamente após um calor causticante. A temperatura média do verão deve ficar entre 23 e 24 graus centígrados. Não há qualquer informação precisa sobre as direções predominantes dos ventos.

A influência do clima sobre o organismo humano é, em geral, muito benéfica, pois, a julgar pelas informações dos médicos e dos padres, os habitantes de Minas Gerais alcançam elevada média de longevidade. Doenças climáticas propriamente ditas só ocorrem em áreas muito restritas, em terrenos baixos e pantanosos, na forma de febres intermitentes e tifos perigosos, especialmente às margens daqueles rios que sofrem inundações periódicas, como por exemplo, o Paraúna, o Pardo Grande, o Pardo Pequeno e o Jequitinhonha (no município de Diamantina), os rios Gorutuba e Mosquito (no município de Grão Mogol), o São Francisco (nos municípios de Formiga e de Januária), o Rio Doce (no município de Mariana), e o Rio Paraná (no município de Uberaba). Na região dos campos ocorrem, por outro lado, freqüentes enfermidades de caráter predominantemente inflamatório, em geral inflamações dos órgãos respiratórios e do trato digestivo, inflamações da parótida (caxumba), disenterias e coqueluche. Certas oftalmias traumáticas, observadas com freqüência em localidades construídas sobre um solo de xisto micáceo ferruginoso, tem uma causa bem específica, já que o fino pó dessa rocha afeta os órgãos de visão mais do que qualquer outra areia.

A lepra e o bôcio são as duas doenças de maior incidência na província de Minas Gerais. A lepra, ou mal de Lázaro, existe na verdade em todo o Brasil, mas em nenhum lugar é tão disseminada como em São Paulo e em Minas Gerais, onde ocorre

tanto na região das matas como na dos campos. Não quero me alongar a respeito dessa horripilante doença, bastando mencionar que quase toda cidade de maior porte possui o seu leprosário.

O bôcio ocorre principalmente ao longo das regiões central e norte da Serra do Espinhaço, mas em parte alguma é tão frequente como em Rio Manso e em Rio Preto. Nessa última freguesia, que possui, segundo informações oficiais, mais de seis mil habitantes, nem um terço está livre da doença e, no povoado propriamente dito, essa proporção não chega a três por cento<sup>39</sup>. Os papos são de extraordinário volume, e afetam brancos e negros igualmente, mas o cretinismo verdadeiro não ocorre na região.

## OBSERVAÇÕES SOBRE HISTÓRIA NATURAL

### MINERALOGIA

A província de Minas Gerais deve seu nome e a fama mundial de que gozou no passado, à sua riqueza em metais e pedras preciosas. Entre os metais, o ouro e o ferro foram, e ainda são, os mais importantes.

Como já dissemos acima, os depósitos de ouro da província de Minas se encontram principalmente no itacolomito e em rochas xistosas cristalinas, especialmente no xisto ferruginoso decomposto que os mineiros denominam *jacutinga*. A maior parte das minas de ouro foi aberta nas montanhas da Serra do Espinhaço e nas serras

<sup>39</sup>(Tschudi) Não vi um único indivíduo sem bôcio em Rio Preto. Uma mulata sentada à porta de uma casa tinha um papo tão incrivelmente grande que parecia quase impossível que ela pudesse viver sob o seu peso, e, involuntariamente, parei minha mula para examinar melhor esse exemplar tão raro. (RBM) Tschudi se refere a São Gonçalo do Rio Preto, atual município de Felisberto Caldeira, então distrito no município de Diamantina.

<sup>40</sup>(RBM) Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) era engenheiro militar, geólogo, mineralogista, metalurista e cartógrafo. Nasceu em Eschwege, no Hesse e prestou serviços em Portugal de 1803 até 1810, quando foi enviado ao Brasil. Em 1811 veio para Minas Gerais, onde passou dez anos no serviço da capitania. Além de realizar pesquisas geológicas e levantamentos geográficos e cartográficos, Eschwege dirigiu a Real Fábrica de Chumbo do Abaeté, criou a Sociedade Mineralógica da Passagem e a fábrica de ferro Patriótica, ou do Prata. Deixou vários trabalhos sobre Minas Gerais, os mais importantes dos quais são: o *Pluto Brasiliensis* (1833), o *Journal von Brasilien* (1818), o *Brasilien die neue Welt* (1824) e o *Beiträge zur Gebergskunde Brasiliens* (1832). Sua principal contribuição cartográfica, o *Novo Mapa da Capitania de Minas Gerais*, 1821, nunca foi gravada, mas serviu como importante subsídio para a *Karte von Ostbrasiliens* de von Martius, da qual é co-autor. Retornou à Europa em 1821 onde, além de voltar ao serviço da Coroa Portuguesa, desfrutou de considerável prestígio em círculos intelectuais que incluíam nomes como Humboldt, von Martius e Goethe.

vizinhas que lhe são paralelas a oeste. W. L. von Eschwege<sup>40</sup>, que em seu *Pluto Brasiliensis* fornece as informações mais completas sobre a ocorrência e a extração do ouro em Minas Gerais, enumera 61 freguesias onde se exploravam 555 lavras auríferas em 1814. Naquele ano ocupavam-se com a extração do ouro 4.015 homens livres e 8.364 escravos, e a produção alcançou 28.556 1/8 onças<sup>41</sup>. A produção total entre 1600 e 1820 foi estimada por Eschwege em 1.200 *zentner*<sup>42</sup>, o que é pouquíssimo, comparado com as quantidades extraídas na Califórnia e na Nova Holanda. Atualmente nem um quinto daquelas minas está em operação, e as demais estão todas esgotadas e abandonadas, ou porque - tendo sido mal construídas - desabaram, ou porque o ganho já não compensa as despesas, principalmente em razão do preço dos escravos ter se multiplicado por oito ou dez. A única exploração racional e lucrativa de ouro que ainda se faz no Brasil é a de uma companhia inglesa, que adquiriu as lavras do Congo Soco em 1825, e desde então opera com verdadeiro conhecimento profissional de mineração. Sua matriz fica em Morro Velho, nas proximidades de Congonhas do Campo<sup>43</sup>.

Atualmente, a exploração do ferro é comparável à extração de ouro, e no futuro a sobrepujará em muito. É surpreendente que, apesar dos colossais depósitos de minério, a produção de ferro na província só tenha começado no início do corrente século, e que antes se usasse quase exclusivamente ferro transportado com grandes dificuldades da Europa até os pontos mais remotos do Brasil. No ano de 1809 – as gros-

---

<sup>40</sup>(RBM) Eschwege relaciona, em 1814, 563 explorações auríferas (incluindo 6 *faisqueiras*) disseminadas por 44 freguesias. Das 557 lavras apenas 517 estavam em atividade. A própria tabela deixa claro que a listagem é incompleta. A soma correta do número de trabalhadores envolvidos totaliza 6.732 empregados nas lavras (6.535 escravos e 197 livres) e 5.661 faiçadeiros (2.057 escravos e 3.604 livres). Só há informações sobre a produção de 446 das 517 lavras em operação. Elas produziram, naquele ano, 112.405,2 oitavas de ouro que, somadas à produção dos faiçadeiros totalizam 222.080 oitavas, ou 27.760 onças. Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, vol. 2, pp. 20-49. Tschudi cita corretamente os números de Eschwege (exceto o de freguesias), mas estes contêm erros de soma.

<sup>41</sup>(RBM) O número está errado. Tschudi cita Eschwege incorretamente. Veja a nota 26, acima.

<sup>42</sup>(RBM) Tschudi confunde duas diferentes empresas de mineração. A mina do Congo Soco, situada no distrito da capela de N.S. do Socorro, paróquia de São João do Morro Grande, no termo da Vila de Caeté, foi adquirida em 1825 pela Imperial Brazilian Mining Association, que começou suas operações em 1826 e, depois de vários anos de grande sucesso, entrou em declínio, até encerrar suas atividades em 1856. A mina de Morro Velho (em Congonhas do Sabará e não em Congonhas do Campo) pertencia à Saint John d'El Rey Mining Company. A Saint John foi criada em 5/4/1830, em Londres, e começou suas atividades na região de São João del Rei e São José del Rei em agosto desse ano. Fracassando completamente, a companhia decidiu suspender as explorações nessa área em meados de 1832, e procurar outras minas em Minas Gerais. Em fevereiro de 1834 comprou, de um grupo de ex-empregados do Congo Soco (o capitão G.F. Lyon, o tenente John Tom, Frederick Warre e Luiz Morethson) a antiga mina do Padre Freitas, no atual município de Nova Lima, que explorou com sucesso de 1835 até 1960. Veja Marshall C. Eakin, *British Enterprise in Brazil. The St. John d'el Rey Mining Company and the Morro Velho Gold Mine*. Durham e Londres: Duke University Press, 1989.

seiras tentativas anteriores só produziram resultados extremamente medíocres - o Intendente do Distrito Diamantino, Manoel Ferreira da Câmara<sup>44</sup>, por ordem da Coroa Portuguesa, instalou no Morro de Gaspar Soares (Morro do Pilar) uma imensa, formidável e dispendiosa usina siderúrgica, mas a empresa foi tão mal administrada que em sete anos só produziu 2.187 *zentner* de ferro e mesmo assim, segundo conta v. Eschwege, com um prejuízo de 7 2/3 *Rthlr*<sup>45</sup> por arroba (!). Os fornos de fundição foram abandonados e deles só restam hoje algumas ruínas, como triste advertência de que a superestimação da própria capacidade e o desconhecimento técnico não podem dar bons resultados, mesmo na presença das melhores condições possíveis. Os planos de Câmara eram tão ambiciosos que incluíam o projeto de tornar navegáveis o Rio Santo Antônio e o Rio Doce para transportar o ferro da Fábrica Real para o Rio de Janeiro, e até para a Europa. Pretendia também fundir, no próprio estabelecimento, canhões para a artilharia e para a marinha, e enviá-los por via fluvial para a capital. Hoje, meio século depois, as ruínas do Morro de Gaspar Soares mostram que ali esteve outrora instalado um formidável aparato industrial; mas o poderoso Rio Doce ainda não é navegável, os pesados armamentos da marinha brasileira são fundidos na Inglaterra, e os pequenos canhões da artilharia continuam sendo trazidos para o interior, com indizí-

<sup>44</sup>(RBM) Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, naturalista, mineralogista, administrador público e político, nasceu em Santo Antônio de Itacambira, Minas Gerais, em 1764, e faleceu na Bahia, em 1835. Estudou em Coimbra e chefiou a expedição de estudos montanhistas organizada por Martinho de Melo e Castro, em que ele, José Bonifácio de Andrada e Silva e o português Joaquim Pedro Fragoso de Sequeira percorreram, de 1790 a 1798, os principais centros mineradores e escolas de minas da Europa. Além de estudioso e autor de várias memórias científicas, Câmara foi Intendente dos Diamantes do Serro do Frio, de outubro de 1807 a abril de 1822. Iniciou, em abril de 1809, a construção da Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar. Seus planos eram grandiosos, envolvendo três altos fornos e doze fornos de refino, e tinha como meta não só o abastecimento de Minas, como o de outras capitâncias, e até mesmo a exportação. O empreendimento foi marcado desde o início pela má escolha do local (escassez de água), pela construção deficiente e pela incompetência do pessoal. O custo ultrapassou em muito os 18 contos de réis previstos, e a primeira fusão só foi tentada em 1814, com a ajuda do mestre fundidor Schönewolf. Em 1815 Câmara instalou dois fornos suecos, com os quais passou a operar, abandonando o projeto inicial. Segundo Eschwege, crítico e rival de Câmara, entre 1815 e 1821 foram produzidos 6.863 arrobas de ferro, ao custo médio de 6.450 réis por arroba, cujo preço de mercado não ultrapassava 2.000 réis. A empresa se arrastou até 1831, quando foi definitivamente liquidada e teve seus bens vendidos em hasta pública. Depois da independência, Câmara foi deputado constituinte por Minas Gerais, presidiu a Assembleia Constituinte, e foi senador do Império, também por Minas Gerais. Sobre Câmara e a Fábrica do Morro do Pilar veja Eschwege, *Pluto Brasiliensis*; e Marcos Carneiro de Mendonça, *O Intendente Câmara*.

<sup>45</sup>(RBM) O *reichsthaler* era a moeda alemã em curso até 1871.

veis fadigas e despesas, no lombo de burros!!

Ná década passada, no entanto, a produção de ferro em pequena escala teve um aumento considerável<sup>46</sup> e atualmente vem sendo produzido nessas pequenas usinas um volume significativo de ferro forjado, principalmente nos municípios de Pium-í, Diamantina, Conceição e Mariana. Só uma fundição – que é a mais importante do Brasil - localizada entre Santa Bárbara e Itabira do Mato Dentro, tem uma administração racional, e dá grande lucro para os proprietários. Ela pertence a um francês, Antoine de Monlevade,<sup>47</sup> e já tem uns trinta anos de existência.

Os principais minérios usados na província de Minas para a fundição de ferro

<sup>46</sup>(RBM) O desenvolvimento das pequenas fundições de ferro em Minas Gerais é anterior ao período mencionado por Tschudi. O modelo tecnológico e empresarial defendido por Eschwege, de pequenas fábricas com baixos requisitos técnicos, voltadas para o atendimento da demanda local ou regional, prosperou em Minas, e já na última década do período colonial foram estabelecidas pelo menos trinta fundições com capacidade de produzir entre 100 e 400 arrobas/ano. Saint Hilaire, que esteve no Brasil entre 1816 e 1822, afirmou que o fim da proibição colonial tinha produzido uma "feliz revolução" no setor. Essas empresas, protegidas pelos custos de transporte, competiam com sucesso nos mercados regionais e sua produção conjunta atendia a 70 por cento da demanda mineira por ferro. Em 1853, Monlevade relatou ao presidente da província que existiam, na área situada entre Ouro Preto e Itabira do Mato Dentro, "84 oficinas onde se funde o ferro, sem contar as numerosas tendas donde se elabora o ferro comprado nas fábricas, as quais, entre fórras e cátivos, empregam aos menos 2.000 pessoas e produzem anualmente de 145.000 a 150.000 arrobas de ferro, em parte nelas reduzido à obra; o resto é vendido e disseminado por toda a província, principalmente ao Norte e ao Oeste. Ao Sul ela chega até Barbacena, donde se vende em concorrência com o ferro estrangeiro." (Monlevade, *Memória*).

O número de unidades mencionado acima não corresponde ao total da província, pois exclui várias áreas produtoras. Informações manuscritas das câmaras municipais, referentes a 1855, existentes no Arquivo Público Mineiro, permitem o arrolamento (ainda incompleto, pois algumas câmara não responderam e alguns documentos se perderam) de 97 fábricas de ferro, assim distribuídos pelos municípios: Bonfim (1), Caeté (7), Conceição (13), Diamantina (4), Dores de Idaia (1), Itabira (29), Mariana (14), Minas Novas (2), Patrocínio (1), Pium-í (3), Rio Pardo (1), Santa Bárbara (18) e Serra (3). Outro levantamento feito junto aos municípios, em 1864, registrou 110 fábricas em operação, nos termos de Itabira, Araxá, Pium-í, Mariana, Pitangui, Caeté, Conceição, Diamantina, Ubá, São Francisco das Chagas do Campo Grande, Minas Novas, Rio Pardo, Serra e Pará, faltando ainda as respostas de várias câmaras. Em 1873, o presidente da província calculava em "100 a 150" as fábricas de ferro e, em 1881, o engenheiro (e futuro presidente do estado) Joaquim Cândido da Costa Senna, registrou 120 estabelecimentos. A maioria dessas fundições operava em pequena escala, mas algumas eram empreendimentos mais consideráveis como, por exemplo, as forjas do Girau, que empregavam 25 trabalhadores quando foram visitadas por Saint Hilaire, e produziam 100 arrobas por dia quando lá esteve Pohl, ou as forjas do Bonfim, entre Diamantina e São João Batista, que tinham 80 trabalhadores, segundo Saint-Adolphe, e cujo mercado se estendia de Diamantina até Minas Novas, e a própria Fábrica do Prata, ou Patriótica, de Eschwege, que fixou o modelo de pequena siderurgia em Minas, sem falar na fábrica de Monlevade, que era a maior de todas. Essas pequenas fundições, que utilizavam largamente o trabalho escravo, produziam utensílios domésticos, ferramentas para a lavoura e a mineração, cravos, ferraduras e pregos, além de peças maiores, tais como componentes para engenhos de cana, engenhos de serra e cabeças de pilão para as minradoras. Veja Roberto Martins e Octávio Elísio Alves de Brito, *História da Mineração no Brasil*, p.71; e Nilton Baeta, *A Indústria Siderúrgica em Minas Gerais*.

<sup>47</sup>(RBM) Jean Antoine de Monlevade era um jovem engenheiro francês, formado pela Escola Politécnica de Paris quando veio para o Brasil, em 1817. Após uma tentativa mal sucedida de implantar um alto forno, em 1818, em Caeté, estabeleceu-se em uma fazenda próxima a São Miguel do Piracicaba e a Itabira, onde sua fábrica começou a funcionar em 1827, e tornou-se, com o tempo, no maior empreendimento siderúrgico da província e do império. Em 1853 ela empregava 150 escravos "já adestrados na arte do ferro, na fabricação de carvão à moda européia, na manipulação de ferro de todas as formas e tamanhos", além de "ótimos pedreiros, carpinteiros, telheiros, carreiros, arrieiros, etc". A fábrica produzia 30 arrobas de ferro por dia, "quase todo reduzido a obras, principalmente em mãos de pilões as companhias inglesas, e mineiras brasileiras, aguiilhões, bigornas, engenhos de serrar madeira, moendas para espremer a cana-de-açúcar, etc", além de enxadas, foices, machados, facas e outros utensílios. (Monlevade, *Memória*). Após a morte de Monlevade, em 1872, a companhia, embora ainda próspera, começou a declinar, até ser vendida em 1891, para a Companhia Nacional de Forjas e Estaleiros.

são a limonita, a magnetita, a hematita e a especularita, que ocorrem em extraordinária quantidade na Serra do Espinhaço. Ferro puro em lamelas finas e muito flexíveis é encontrado, segundo v. Eschwege, na *tapanhoacanga*, perto de Itabira do Mato Dentro.

Os outros metais ocorrem esparsamente em Minas Gerais. A prata só foi encontrada até hoje em liga com a galena, no sertão do Abaeté, junto ao Ribeirão da Galena e ao Ribeirão do Machado, pequenos afluentes ocidentais do Rio São Francisco. Embora, segundo as experiências de v. Eschwege, um *zentner* do chumbo dessa galena produza meio marco e um dracma de prata, o ganho não chega a compensar as despesas do processamento. A platina ocorre em pequena quantidade no Rio Abaeté; junto a Conceição do Serro do Frio; perto de Ouro Preto, e em alguns outros pontos. Encontrou-se mercúrio em forma de cinábrio na região do Tripuí, nas cercanias de Ouro Preto. Descobriu-se cobre maciço nas proximidades de Catas Altas e do Inficionado; na Serra do Caraça e em São Domingos do Serro do Frio, nas areias dos córregos. Minério de cobre aparece em quantidade desprezível junto a galena mencionada acima, no Rio Abaeté. Foi encontrado estanho perto de Ponte Nova, no Rio Paráopeba, e também se constatou a existência de cobalto e de bismuto. Vale a pena mencionar ainda que existe cromato de chumbo (*crocoita*) em Goiabeiras, junto a Congonhas do Campo.

Os diamantes têm um papel importante na economia brasileira, e as primeiras peças só chegaram a Lisboa no ano de 1728, depois de terem sido usadas durante anos como pedrinhas brilhantes para marcar pontos em jogos. Eles são encontrados principalmente nos municípios de Serro do Frio, Diamantina e Grão Mogol, no sertão do Abaeté (nos rios São Francisco, Santa Fé, do Sono, Santo Antônio, Abaeté, Ataíde, Indaiá, Borrachudo, e da Prata) e em Bagagem, no Rio das Velhas (onde abundam as variedades coloridas). Ocorrem no cascalho dos rios, no anfibólio decomposto, no itacolomito e no itabirito. O maior diamante brasileiro conhecido até hoje é o *Cruzeiro do Sul* (125 quilates)<sup>48</sup>, que foi encontrado há cerca de oito anos perto de Bagagem por

---

<sup>48</sup>(Tschudi) O grande diamante mítico de Portugal, que seria proveniente do Brasil, não pode ser levado em consideração, já que sua própria existência não é confirmada. (Renger) Trata-se do chamado *Bragança*, do tamanho de um ovo de galinha, com 1.680 quilates, e que era exibido por D. João VI em festas de gala, pendurado numa corrente. A pedra está depositada no Banco de Portugal, que não permite que ela seja examinada. Alguns autores suspeitam que seja, na verdade, um topázio ou uma águia marinha. O maior diamante registrado no Brasil até hoje é o *Presidente Vargas*, de 726,6 quilates, encontrado em 13/8/1938, no Rio Santo Antônio do Bonito, entre Coromandel, Patrocínio, e Patos de Minas. Esta pedra foi cortada e lapidada, resultando em 29 brilhantes, o maior dos quais tem 48,26 quilates.

uma negra velha. A afirmação de v. Eschwege, de que só ocorrem diamantes nos córregos e rios da vertente ocidental da Serra do Espinhaço, enquanto aqueles que correm para o Rio Doce pela vertente oriental não os contêm, confirmou-se até agora<sup>49</sup>.

Não existem informações exatas sobre a quantidade de diamantes produzidos anualmente no Brasil. Enquanto todos tinham de ser entregues à Coroa, podia-se obter, através dos livros oficiais de registro<sup>50</sup>, o peso das pedras remetidas, mas desde que o garimpo foi aberto ao público, os registros alfandegários só podem informar quantas dessas pedras preciosas foram declaradas. Mas nenhum dos dois pode dar mais do que uma vaga idéia do peso dos diamantes encontrados, pois é impossível calcular a quantidade de pedras exportadas através do ativo contrabando. Eschwege informa que, de 1730 a 1820, a Coroa recebeu 2.983.691 $\frac{3}{4}$  quilates. Os registros alfandegários atuais variam muito de um ano para o outro. Segundo os números oficiais, o valor dos diamantes exportados (ou seja, declarados) no ano de 1853 a 1854 soma 1.990:800 milréis, de 1854 a 55, 3.737:750; de 1855 a 56, 4.301:175; de 1856 a 57, 4.312:500; de 1857 a 58, 2.308.500 milréis, e de 1858 a 59, 3.049:965 milréis. O valor médio dos cinco anos (1853 a 1858) equivale a 3.330:145 milréis. Considerando-se que a média do ouro exportado no mesmo período não passa de 272:007 milréis, ou seja, que a exportação dos produtos da mineração representou um valor monetário de pouco mais de 10 milhões de francos, enquanto a dos produtos agrícolas, segundo os registros alfandegários, alcançou uma soma de 75.570:645 milréis (aproximadamente 225 milhões de francos), vê-se claramente que a riqueza mineral brasileira, que já foi tão renomada, só tem hoje um significado diminuto. A província de Minas Gerais contribuiu com cerca de seis décimos do valor dos diamantes mencionado acima, e os quatro décimos restantes dividem-se entre as províncias

<sup>49</sup>(Renger) Tschudi citou Eschwege corretamente. Hoje, porém, sabe-se que, na realidade, os diamantes da Serra do Espinhaço ocorrem desde a Serra das Cambotas, perto de Cocais (Correia, 1887), no sul, até Inhaí, no norte, numa extensão de pouco mais de 200 quilômetros, acompanhando aproximadamente o divisor das águas entre as três grandes bacias hidrográficas do leste de Minas, as do São Francisco, do Doce e do Jequitinhonha. Ocorrem com maior abundância no Alto Jequitinhonha e seus afluentes (Ribeirão do Inferno, Pinheiros, Caeté-mirim, Inhaí, etc), enquanto os tributários do Rio das Velhas (rios Pardo Grande e Pardo Pequeno, Ribeirão da Cachoeira ou de Datas e Rio Paraúna) são menos ricos. As nascentes do Rio do Peixe, nas proximidades do Serro e de Conceição do Mato Dentro, tem fornecido alguns diamantes, que também ocorrem na região de Itambé do Mato Dentro, já na bacia do Rio Santo Antônio. Mais ao norte há ocorrências nos rios Itacambiruçu e Macaúbas, bem como em Crato Mogol.

<sup>50</sup>(RBM) Estudos em andamento por Júnia Ferreira Furtado mostram que a quantidade de diamantes extraídos no período colonial deve ter sido muito maior do que se acredita até hoje. Ela localizou documentos no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, que mostram que, no período do contrato de Felisberto Caldeira Brant (Janeiro de 1749 a dezembro de 1752), por exemplo, o contratador utilizava de 1.500 a 2.000 escravos por ano, ao invés dos 600 autorizados pelo contrato. Com base em estimativas da produtividade dos escravos, o Ouvidor do Serro do Frio, José Pinto de Moraes Baceir, chegou à conclusão de que a produção, nesse período, deve ter sido cerca de trinta vezes superior à declarada, Júnia Ferreira Furtado. *O Labirinto da Fortuna*, UFMG, projeto de pesquisa financiado pelo CNPq.

da Bahia, de Goiás e de São Paulo, com maior participação da primeira.

Até hoje não foram encontradas esmeraldas em nenhuma parte da província de Minas Gerais, ou em qualquer outro lugar do Brasil, apesar de terem se espalhado ainda no século XVI, rumores de que pedras de extrema beleza e tamanho excepcional haviam sido descobertas em Minas. O raríssimo euclásio foi descoberto por v. Eschwege no Capão do Lana.

É frequente a ocorrência de pedras semi-preciosas. Topázios amarelos são encontrados em buchos no talco xisto intemperizado no município da capital, no Capão do Lana, no Chiqueiro do Alemão, em Cachoeira do Campo, e perto de Saramenha. Antigamente, quando o topázio era mais valorizado, valia a pena explorar essas lavras, nas quais se obtinha, em média, de 7 a 9 *zentner*, mas hoje elas estão totalmente abandonadas. O crisoberilo e o berilo<sup>51</sup> eram colhidos freqüentemente, no passado, nas nascentes dos Rios São Mateus e Jequitinhonha. Turmalinas de todas as cores e nuances são comercializadas na província de Minas. Ametistas e granadas são muito frequentes e a maioria das primeiras, em belas peças bem cristalizadas, é encontrada no Campo dos Cristais, perto de Diamantina. As mais fulgurantes e belas, que alcançavam altos preços no passado, são achadas, mas só peças fragmentadas, no Ribeirão da Paciência, perto de Itabira, a pouca distância de Catas Altas. O crisoberilo ainda é um artigo corrente no comércio, sendo usado principalmente na fabricação de relógios de bolso, no lugar dos rubis.

Dos demais minerais, só resta mencionar a ocorrência do salitre nas grandes grutas calcárias; a da pedra ume no Rio Jequitinhonha, e a do caulim<sup>52</sup>, junto a São

<sup>51</sup> (Tschudi) v. Eschwege menciona um berilo totalmente puro, quase verde-gramado, que pesava 15 libras. Ele foi presenteado ao rei de Portugal, mas não se sabe o seu paradeiro atual.

<sup>52</sup> (Tschudi) Veja o relatório de Salvetat, químico em Sèvres, sobre esse caulim:

"Análise do caulim do Brasil, que me foi entregue pela Administração da Fábrica de Porcelana de Sèvres, em maio de 1855:

Perda pelo fogo .....	14,40
Sílica com ácido titânico .....	47,30
Óxido de alumínio .....	37,22
Óxido de Ferro .....	traços
Cal .....	—
Magnésio .....	—
Álcalis .....	1,08
	100,00

É caulim. Para confirmação dessa análise foi feita uma peça de porcelana com 70 partes de caulim brasileiro, 21 partes de areia de Saint-Yrieux e 8 partes de greda branca, que foi revestida com esmalte de Sèvres. A peça, cozida no forno C, deu uma boa louça, à qual só faltava um pouco de fusibilidade. Depois, aumentada a quantidade de areia para 30 partes, e reduzida a de caulim para 60, obteve-se maior densidade e branura: era porcelana Salvetat".

Caetano, a três léguas de Mariana.

#### BOTÂNICA

O caráter da vegetação de um país é determinado por dois fatores principais: sua situação geográfica e sua conformação geognóstica. Como vimos acima, a província de Minas, embora situada bem no interior dos trópicos, une, em consequência de uma significativa altitude de sua porção central, o calor tropical a um clima semelhante ao das terras do sul da Europa. As partes mais baixas exibem a vegetação das florestas brasileiras, já tão bem estudada. Os campos situados em maior altitude, por outro lado, desenvolvem em seus diferentes graus de elevação, vidas vegetais peculiares, que, entretanto, se assemelham às de todos os campos do Brasil central com condições semelhantes de solo. As diferenças da vegetação que acompanha as diferentes formações geológicas da província são tão nítidas que se pode, com grande segurança, nomear os componentes do solo pelas plantas que nele crescem. O granito gnáisico esfarelado e decomposto fornece ricos nutrientes à vegetação que nele brota, daí se encontrar nesse solo, assim como nas rochas anfíbolíticas em geral, uma vegetação exuberante. A vegetação do itacolomito e dos quartzo xistos é, no entanto, extremamente pobre e peculiar, e onde dominam essas rochas, não se pode obter sequer o mais mesquinho lucro da agricultura e da pecuária. Antigamente, a ocorrência de ouro nessas rochas, sem dúvida compensava de alguma forma a pobreza da vegetação, e assim nasceram cidades, povoados e arraiais cuja existência era garantida pela mineração. Porém, a partir da decadência dessa exploração, (devida em parte ao esgotamento das minas e em parte ao grande aumento do preço da força de trabalho) nenhuma indústria pôde prosperar, e como o cultivo do solo ingrato não recompensa o esforço nele empregado, essas localidades tornaram-se redutos da pobreza e do atraso.

Já se mencionou acima a vegetação arbórea dos campos, a qual, conforme sua exuberância, agrupamento, localização e tipos, é conhecida pelos nomes de *capão*, *catin-*

ga ou carrasco.

Na fronteira dos campos do sul do Brasil existem grandes bosques de araucárias características dessa região. Em Minas, de certo graças a sua localização mais ao norte, a *Araucaria brasiliensis*<sup>53</sup> já não ocorre na mesma densidade, mas são ainda freqüentes os grupos esparsos. Em compensação, aqui aparecem, especialmente na região norte, as bombacáceas, entre as quais se encontra a barriguda (*Chorisia ventricosa*), cujo tronco, por ser muito inchado a certa distância do solo, apresenta uma forma bastante bizarra. As palmeiras, que nas áreas mais baixas estão representadas por uma grande riqueza de espécies, com múltiplas utilidades, como, por exemplo, o licuri (*Cocos coronata*), a macaúba (*Acrocomia sclerocarpa*), o indaiá (*Attalea compta*), o buriti (*Mauritia vinifera*), e o coco da serra (*Diplothemium campestre*), têm como único representante na região dos campos, os palmitos do campo (*Cocos flexuosa*).

Nos campos propriamente ditos, ou campos abertos, a vegetação arbórea desaparece quase completamente, especialmente no já mencionado quartzo xisto estéril e em locais mais abertos e agrestes. Aqui, dominam os lírios arborescentes, as *canelas de ema* (barbacenas e velosiáceas), algumas cássias, as mimosas, os cactos, as orquídeas e diversas gramíneas. Durante uma parte da estação das chuvas, muitos deles exibem o mais lindo panorama de um jardim maravilhosamente florido mas, poucos meses depois, esses mesmos campos apresentarão a mais desolada cena de aridez, especialmente crua logo após as queimadas anuais, feitas pelos habitantes para destruir o capim ressecado.

A região dos campos é, em geral, bastante rica em frutos, mas, com poucas exceções, eles não têm bom sabor e não podem se comparar com os europeus. A maioria dos que são cultivados, como laranjas, bananas, jaboticabas (*Eugenia caulinflora*),

<sup>53</sup>(RBM) Quase todos os nomes botânicos do texto já foram sinonimizados, isto é, não são mais usados. Permanecem apenas *Eugenia caulinflora*, *Bromelia bracteata*, *Solanum lycocarpum* e *Chorisia ventricosa*. Os demais são relacionados abaixo, seguidos dos nomes atuais:

*Cocos coronata* – *Syagrus coronata* (Mart.) Becc.  
*Acrocomia sclerocarpa* – *Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart.  
*Attalea compta* – *Attalea oleifera* Barb. Rodr.  
*Mauritia vinifera* – *Mauritia flexuosa* L.f.  
*Diplothemium campestre* – *Allagoptera campestris* (Mart.) Kuntze  
*Cocos flexuosa* – *Syagrus flexuosa* (Mart.) Becc.  
*Psidium pomiferum* – *Psidium guajava* L.  
*Anacardium caju* – *Anacardium occidentale* L.  
*Hancornia pubescens* – *Hancornia speciosa* Gom.  
*Araucaria brasiliensis* – *Araucaria angustifolia*  
Devo essas notas à professora doutora Angela Borges Martins, do Departamento de Botânica da UNICAMP.

goiabas (*Psidium pomiferum*), cajus (*Anacardium caju*), jambos, figos, marmões e outros, não é originária da província. Apenas o ananás do campo (*Bromelia bracteata*), a mangaba (*Hancornia pubescens* ol. Gardneri), o araticum (*Anonae* sp.), o caju do campo (*Anacardii* sp.), a gabiroba (*Psidium guabiroba*) e muitas espécies de *Eugenia* são nativas da região. A mucuna, o pequi, o urucu, a guapeba, o acá e o jatobá são tanto comidos crus como usados como temperos e para fins industriais, mas não devem ser considerados frutas no sentido mais estrito. A fruta do lobo (*Solanum lycocarpum*), um estranho *Solanum* arbóreo, dá grandes frutos que só são considerados palatáveis por algumas espécies de aves e pelo lobo brasileiro. Só em hortas muito cuidadas encontro frutas européias, como maçãs, peras, ameixas e pêssegos, mas tinham forma e gosto quase irreconhecíveis.

O número de plantas cultivadas na região dos campos é muito limitado. As originárias dos trópicos quentes, como por exemplo o café, diversas aráceas, e a cana-de-açúcar, só são cultivadas em pequena escala e em lugares muito protegidos. O algodão, o arroz, e o tabaco produzem bem, e até muito bem, na região mais baixa dos campos. Feijões pretos e milho são amplamente cultivados, assim como uma pequena quantidade de batatas; e muito pouco trigo, centeio e cevada. O chá não prospera muito bem, mesmo em clima bastante frio<sup>54</sup>. Hortalícias européias são relativamente pouco cultivadas, com exceção de algumas verduras de folha e cebolas.

## ZOOLOGIA<sup>55</sup>

A província de Minas Gerais oferece ao zoólogo bem menos material original do que ao botânico, e mesmo assim, só no campo dos invertebrados é que alguma coisa interessante e nova ainda se reserva aos futuros pesquisadores. Embora a área de ocorrência de alguns deles, como, por exemplo, os insetos, seja muito extensa, e muitos sejam encontrados não só em todo o Brasil mas também em grande parte da Amé-

<sup>54</sup> [Tschudi] O chá de pedestre (chá de soldado) é uma infusão de folhas de *Lantana pseudothaea*, de gosto agradável.

<sup>55</sup> [RBM] Não foi feita a verificação dos nomes científicos zoológicos, muitos dos quais, a exemplo dos botânicos, já devem ter sido sinonimizados.

rica do Sul, algumas espécies se restringem a localidades muito específicas.

Entre os insetos que tem contato constante e desagradável com os seres humanos estão, além dos mais conhecidos, os carrapatos (*Ixodes* sp., *Ixodes ricinus* e outros). Existem em quantidade inacreditável, não só nas florestas mais densas, mas também nos capões e nos carrascos, e escondem-se principalmente nas costas das folhas. Ao mais leve roçar de um galho, atiram-se sobre homens e animais, cravam fortemente suas tenazes bem fundo na pele, e se alimentam do sangue. São especialmente incômodos nos meses do verão<sup>56</sup>, quando se juntam em bolas, às centenas, e colam-se às folhas, de onde pulam sobre os homens e os animais domésticos e selvagens, espalhando-se rapidamente e levando a vítima ao desespero. Não menos incômodos, e de consequências ainda piores, são os bichos-de-pé (*Pulex penetrans*), cujo ataque ao corpo dos animais já foi muitas vezes descrito. Eles vivem freqüentemente nos lugares onde são mantidos grandes rebanhos suínos.

As baratas (*Blattae* sp.), são desagradáveis, especialmente por destruírem alimentos e roupas, não perdoando nada que sirva para saciar sua fome. Os mosquitos (*Culices*, *Anopheles*, *Simulia*) preferem incomodar os forasteiros, pois os moradores da região quase não lhes sentem a presença. As moscas varejeiras são uma grande praga do gado, em especial a *Trypodermae* sp., que causa vasta destruição nos rebanhos.

O maior inimigo dos mineiros no mundo dos insetos é, no entanto, a formiga saúva ou tanajura<sup>57</sup> (*Atta cephalotes*), disseminada por todo o Brasil. À medida em que a cultura avança pela mata virgem, esta formiga a acompanha e destrói os frutos do esforço humano. É a maior praga rural do Brasil, e o governo do Império já ofereceu, ainda sem sucesso, um prêmio de vinte contos de réis a quem descobrir um meio seguro para exterminá-la. Na proximidade dos arraiais, e sobretudo das plantações em locais ensolarados, vêem-se as longas correções desses incansáveis e agressivos animais, carregando alimentos para suas moradas subterrâneas, e é deveras incalculável o prejuízo que causam nas árvores frutíferas e nas culturas agrícolas. Para mostrar o impacto desses insetos na agricultura, basta a informação, dada por observador da maior confiança, de que, no decorrer de um único dia, viu às formigas levarem de-

<sup>56</sup>(RBM) A ocorrência maior de carrapatos é nos meses secos, de inverno, e não nos meses de verão, que são os meses chuvosos em Minas Gerais.

<sup>57</sup>(RBM) Saúva e tanajura não são a mesma coisa. Saúva é o nome popular das formigas cortadeiras do gênero *Atta*; tanajura é a designação comum da forma alada das fêmeas de diversas formigas (inclusive as do gênero *Atta*), que perdem as asas após o voo nupcial.

zesseis libras de milho de uma grande plantação para seu formigueiro.

Todos os rios da província são regularmente pescosos, e os cursos d'água sem peixes são tão raros que recebem comumente a denominação de *Rio sem Peixe*, enquanto um excesso deles lhes vale em geral o nome de *Rio do Peixe*. Caracídeos e silurídeos são os mais comuns.

Na classe dos anfíbios<sup>58</sup>, a cascavel é característica da província de Minas Gerais, especialmente da região dos campos, embora não seja tão comum como alguns relatos exagerados fazem crer na Europa. Sua freqüência deve ser semelhante à das víboras na Alemanha e, como estas, existem em grande quantidade em certos locais, mas são praticamente desconhecidas em vastas regiões. A cada ano um número considerável de pessoas, principalmente de trabalhadores negros, é vítima da sua picada. Nos rios e lagos da região dos campos, em temperaturas que no inverno caem até 2 ou 3 graus R<sup>59</sup>, encontram-se jacarés.

A ornitologia da província de Minas não traz novidades para o zoólogo. O picapau terrestre (*Picus campestris*)<sup>60</sup> e o barulhento João-de-barro (*Furnarius rufus*)<sup>61</sup> são comuns na região dos campos. A província é rica em aves de rapina, das quais a mais terrível é a harpia (*Harpyia destructor*), bastante encontrada nas montanhas da Serra do Espinhaço. Nos campos de Minas Novas e também no oeste, encontram-se bandos de emas (*Rhea americana*), muitas vezes vistas domesticadas em quintais. Galináceos são freqüentes nos capinzais dos campos.

Os mamíferos da província são, quase sem exceção, os mesmos que ocorrem no restante do Brasil. Os macacos são encontrados nas matas virgens e nas serras cobertas de florestas. Há grande quantidade de morcegos nas ruínas abandonadas, nos espiões esburacados dos telhados e nas grutas calcáreas. Os morcegos vampiros são não só desagradáveis como prejudiciais, enfraquecendo os animais de carga e o gado com suas mordidas noturnas e chegando, em certas regiões, a danificar prósperos rebanhos.

Entre os predadores, merece destaque a onça preta (*suçuarana*). Ela é mais encontrada em toda a província do que a onça pintada; é o mais perigoso predador

<sup>58</sup>(RBM) A tradução confere com o original e, de fato, Tschudi se refere à cascavel, *Crotalus terrificus* (Laur), como um anfíbio. Esse erro é um curioso pois ele era zoólogo e especialista em répteis. Seu primeiro trabalho de fôlego, com o qual obteve o título de doutor em filosofia, foi uma *Monographie der schweizerischen Echsen* (1837).

<sup>59</sup>(RBM) °R significa grau Réaumur, referente à escala termométrica de 80 graus, devida a René-Antoine Ferchault de Réaumur (1683-1757), físico e naturalista francês, que construiu o termômetro a álcool, com essa escala, em 1730.

<sup>60</sup>(Tschudi) Um picapau que vive no solo (*Colaptes rupicola*) também ocorre na região montanhosa da costa oeste da América do Sul.

<sup>61</sup>(Tschudi) O *Furnarius rufus* não é uma espécie típica apenas dos campos. Já o encontrei junto à praia na província do Rio Grande do Sul.

do Brasil, embora não seja tão comum que chegue a causar grandes prejuízos ao gado. Os demais felinos são pequenos - mesmo o chamado leão americano (*Felis Puma*) é menor na região dos campos do que nas florestas da América do Sul e nos estados do Prata. Entre os canídeos, o maior é o chamado lobo (*Canis jubata*), que é relativamente raro, sendo muito mais frequente na região de matas da vizinha província da Bahia. Nos rios, em especial no norte e no oeste de Minas, encontra-se um tipo de lontra, a *ariranha*, que alcança um comprimento de cinco pés<sup>62</sup>. Os marsupiais são muito numerosos, bem como, nas chapadas do norte da província, os tamanduás, que perseguem sem descanso os cupins de têrmitas. A anta não é rara, mas seu habitat mais próprio são as montanhas cobertas de florestas, só aparecendo excepcionalmente nos campos. Entre os roedores basta mencionar a capivara (*Hydrochoerus capivara*) e a paca (*Coelogenys paca*), a primeira devido aos grandes prejuízos que seus constantes assaltos trazem às roças ribeirinhas, e a última por sua excelente carne. Pode ser que os zoólogos ainda encontrem alguma novidade nas diversas classes, mas, como já dissemos, a fauna da província é a mesma que se encontra no Brasil, desde a fronteira meridional do Império até o décimo grau de latitude Sul.

## POPULAÇÃO

Uma grande parte da província de Minas Gerais – toda a região dos campos – era inteiramente desabitada antes dos pioneiros paulistas penetrarem em seu interior, no século XVII. Os autóctones desta parte do Brasil viviam nas serras florestadas e nas baixadas de mata virgem, e, ao que tudo indica, só cruzavam a parte mais fria dos campos periodicamente, em expedições de caça, sem jamais estabelecido ali sua residência. Esta conclusão é sugerida pela total ausência de qualquer vestígio de construção – por mais simples que fosse – dos séculos anteriores.

De baixíssimo nível cultural, sem sequer um culto religioso, sem animais domésticos de qualquer tipo, e sem agricultura, os Índios do Brasil central não sentiam

<sup>62</sup>(Tschudi) Possua um couro de ariranha do Rio Araçuaí que ultrapassa até mesmo essa marca.

a necessidade nem de povoamentos fixos, nem de uma vida nômade organizada. Eram caçadores dos mais rudes, que abatiam os animais para saciar a fome do dia, e nem ao menos utilizavam suas peles para se proteger das inclemências do tempo. Levados apenas pelo instinto de sobrevivência, vagavam em busca de caça em regiões densamente arborizadas, onde viviam em apatia quase animal, em tribos que se moviam dentro de limites definidos. Às vezes, a escassez de caça os forçava a expandir seu campo de ação, invadindo territórios vizinhos. Os ocupantes destes, por seu lado, defendiam seu terreno de caça, e assim se originavam lutas pela sobrevivência, que freqüentemente se alastravam consideravelmente. Como era a fome (seja em consequência de escassez de caça, de condições atmosféricas anormais ou de maior mortalidade dos animais) que gerava essas guerras, as tribos selvagens procuravam suprir as necessidades físicas mais imediatas com o objeto mais à mão - os cadáveres dos inimigos abatidos. Em geral os corpos eram devorados simplesmente para matar a fome, mas, caso houvesse também a motivação da vingança, então só certas partes do corpo do adversário eram servidas como iguarias no banquete da vitória.

Os campos abertos, quase totalmente desprovidos de árvores, provavelmente não ofereciam ao Índio, acostumado a espreitar sua presa na densa mata, proteção suficiente para a consecução de seu objetivo. Além disso, é possível que sua pele, acostumada ao ar quente e úmido da floresta, fosse afetada pela atmosfera fresca e seca dos campos de modo desagradável demais para que ele se sentisse bem ali. Seja como for, o fato é que o Índio nunca os escolhia para moradia. Enquanto esses campos brasileiros relativamente temperados permaneciam desabitados, desenvolvera-se, na mesma latitude, no extremo oeste da América do Sul, na fria região das serras até à fronteira das neves eternas, uma inteligente civilização indígena, cujos maravilhosos monumentos ainda hoje nos causam admiração. Ela incluía um sistema religioso bastante desenvolvido, a criação de rebanhos (lhamas e alpacas) e a prática da agricultura. No norte, junto ao Amazonas e ao Tocantins; no oeste, no planalto boliviano; e no sul, nos pampas dos estados do Prata, por toda parte os invasores europeus encontraram nações indígenas em estágio cultural mais avançado do que as do Brasil central, especialmente que o das tribos que habitavam, e ainda habitam, os extensos territórios situados entre o Rio Doce e o Rio Belmonte.

A única expressão de inteligência mecânica desses Índios reside na preparação de arcos e flechas, tacapes, pequenas cestas de alimentos feitas de fibras de plan-

tas, e de ornamentos desgraciosos de unhas e dentes de porco, penas e frutos. Entretanto, observando com cuidado qualquer uma dessas armas primitivas, não se pode negar que existe nelas uma certa arte, e que foram feitas com discernimento, pois cumprem perfeitamente o seu objetivo, e temos de admitir que quem é capaz de fabricar tais instrumentos está apto a se desenvolver ainda mais. Impõe-se, portanto, naturalmente a pergunta: seria essa capacidade artesanal o remanescente de uma cultura anterior mais complexa, perdida por motivos desconhecidos, ou seria apenas um primeiro estágio de desenvolvimento, o início de uma cultura? Não temos nenhum elemento para afirmar qualquer coisa, com segurança, acerca das lutas seculares desses povos, ou sobre as transformações por que possam ter passado; e temos que nos ater unicamente aos fatos ocorridos durante os poucos séculos de ocupação portuguesa para tirar algumas conclusões.

Quando os portugueses tomaram posse de alguns pontos da costa brasileira cujo interior pertence à província de Minas, ou seja, do território situado entre os rios Belmonte e Doce – constituído pelas antigas capitâncias feudais de Porto Seguro e do Espírito Santo – eles eram habitados por duas grandes nações. A primeira residia nas matas de baixa altitude que vão até o litoral, e a outra nas cabeceiras dos grandes rios, especialmente na vertente leste da Serra dos Aimorés, cadeia que separa o planalto da costa. Essas nações se dividiam em numerosas tribos, algumas das quais falavam línguas bem diversas e, apesar do parentesco, viviam em guerras sangrentas entre si.

Os índios do litoral pertenciam à grande nação *tupi*. Tudo indica que eles empreenderam grandes movimentos migratórios, principalmente do sul e do sudoeste na direção nor-noroeste. Chegaram até um pouco ao norte da faixa costeira que mencionamos, onde nações mais fortes e resistentes se opuseram ao avanço dessa corrente migratória vinda do sul.

Partindo do vale do Rio Paraná, no sul, os tupis migraram para o norte e se disseminaram ao longo da costa, aniquilando seus habitantes ou expulsando-os mais para o norte, ou para as montanhas a oeste. É impossível datar tais acontecimentos, que se desenrolaram lentamente, talvez ao longo de séculos; mas de qualquer forma, parece certo que esse movimento teve lugar muito antes da descoberta da América do Sul.

Quando os portugueses ocuparam o litoral do Brasil os tupis já haviam avançado até o sexto grau de latitude Sul, através dos tupinambás, um dos seus ramos

mais poderosos. Antes dessa invasão, essa parte da costa brasileira era habitada pelos *tapuia*<sup>63</sup>, que era uma tribo forte, selvagem e numerosa, mas que teve de ceder, pelo menos em parte, ao avanço dos índios do sul, concentrando-se mais ao norte, e sendo ao mesmo tempo empurrada para as montanhas do oeste. A partir dessa época pode ter havido longas guerras entre os antigos ocupantes da terra e os invasores, sem que os primeiros conseguissem, contudo, recuperar seu território. Assim como entre as duas grandes nações, também entre as diferentes tribos de uma mesma nação ocorriam conflitos permanentes, e as principais batalhas travadas no litoral provavelmente foram aquelas entre os tupinaus e os tupinambás, ambos pertencentes à nação tupi, que abrangia, segundo o cronista mais antigo, dezesseis diferentes tribos.

Ao descobrir a *Terra de Santa Cruz* (mais tarde capitania de Porto Seguro), Pedro Álvares Cabral encontrou, em suas costas, tupis de tribo dos tupiniquins, cujo caráter amistoso em muito facilitou seu contato com os portugueses. Esses indígenas foram catequizados e ainda hoje representam a maior parte da população do pequeno porto de São José de Porto Alegre, na foz do Rio Mucuri. A Serra dos Aimorés, ao contrário, era dominada por várias tribos dos acuados tapuia (aimorés, abatiras e gue-rêns), além de tribos tupinaus (macunis, malalis<sup>64</sup>, maxacalis<sup>65</sup> e pataxós) que tinham sido vencidas e expulsas pelos tupinambás. Aparentemente, os índios do litoral, semi-civilizados pelos portugueses, tinham perdido um pouco de seu antigo espírito guerreiro e já não ameaçavam os da serra, que ousaram atacar de volta o antigo inimigo que os desalojara. Suas incursões foram coroadas de êxito, pois derrotaram não só os índios da costa, mas também seus aliados portugueses, e destruíram diversas de suas aldeias por volta de 1560, apenas quatro anos depois que a capitania de Porto Seguro foi comprada de seu primeiro donatário pelo Conde de Aveiro. O Governador da Bahia, Mem de Sá<sup>66</sup>, conseguiu expulsá-los de volta para as montanhas, mas isso não restabeleceu a paz. Sua guerra contra os portugueses e seus aliados tupiniquins prolongou-se, intermitentemente, com variados graus de sucesso, por mais de cem anos. Na última metade do século XVII, os aimorés, coligados até mesmo com seus inimigos

<sup>63</sup>(Tschudi) Em várias partes do Brasil Central e Norte, *tapuia* é a denominação geral dos índios, sejam eles selvagens ou semi-civilizados. Em outras regiões do Brasil Central eles são chamados de *caboclos*, e no Sul do Brasil, de *bugres*. Os tapuia foram um povo muito importante, que vivia nas atuais províncias do Maranhão e do Ceará.

<sup>64</sup>(Tschudi) Encontrei remanescentes dessa tribo no Alto Mucuri, próximo a Casimiro Gomes.

<sup>65</sup>(Tschudi) Os maxacalis vivem ainda hoje no Rio Alcobaça e no Rio Pardo, no primeiro junto com os pataxós.

<sup>66</sup>(RBM) Mém de Sá não era governador da Bahia. Foi o terceiro governador geral do Brasil (1557-1572) e se notabilizou pelas guerras contra os índios e pela expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, em 1565.

tapuias e tupinambás, encetaram uma campanha tão bem sucedida no litoral, que conseguiram destruir Porto Seguro, Santo Amaro e Santa Cruz quase por completo. A capitania, apesar do casamento de seu proprietário com uma dama de honra da rainha de Portugal ter-lhe conquistado o título de marquesado, apresentava um triste panorama de selvageria. Não conhecemos os detalhes precisos dessas lutas indígenas, e a história da colonização portuguesa não fornece praticamente nenhuma informação.

Foi na época desses últimos ataques que surgiu a denominação de *botocudos*<sup>67</sup>, com a qual os portugueses batizaram os índios da serra, desaparecendo os nomes anteriores de aimorés, abatiras, e outros. Essa nação, que se mantém em grande medida invicta, é até hoje conhecida e temida com esse nome.

Desde aquele tempo os botocudos permaneceram senhores não só da vertente leste da serra, mas também de toda a mata da planície, e é em grande parte devido a seus constantes ataques às plantações dos colonos, que esse litoral se abriu tão lentamente à civilização e permanece até hoje tão esparsamente habitado.

A maioria dos botocudos é de um tipo forte, com tórax bem desenvolvido e membros esguios. Usam habitualmente grandes rodelas de madeira no lábio inferior e nos lóbulos das orelhas, que alongam esses últimos de tal forma que eles chegam a cair até os ombros. Vivem em bandos subordinados a um chefe, alguns dos quais assimilaram um pouco de civilização, tornaram-se sedentários, e plantam milho e mandioca. A maioria, entretanto, vive apenas da caça e de frutas silvestres, e têm um campo de movimentação definido mas nenhuma residência fixa. Andam totalmente nus, com os corpos pintados de vermelho e azul, e as mulheres enfeitam os pulsos e os tornozelos (ou o pescoço) com cordões em que penduram unhas de porcos ou antas, dentes de capivaras, pacas e onças, penas, frutinhos silvestres duros e muitas outras coisas. Alguns grupos são antropófagos, e devoram os cadáveres de seus inimigos. Seu apetite é extraordinário. Comem tudo o que é minimamente comestível e - quando conseguem obter o suficiente - em quantidades inacreditáveis; mas podem também,

<sup>67</sup>(Tschudi) Alguns autores dão como origem do nome *botocudos* as palavras portuguesas *boto* (rombudo) e *côdeas* (casca, crosta), porque esses índios teriam o costume de cobrir o corpo com uma espécie de verniz. Certamente mais exata do que essa explicação forçada, que não corresponde aos fatos, é a derivação dessa palavra do português *botaque* (rolha), pois o pedaço de madeira que os botocudos usam numa abertura do lábio inferior realmente lembra uma rolha. Em uma dissertação tão interessante quanto instrutiva, *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*, o Sr. Teófilo Benedito Ottoni levanta a hipótese de que os botocudos pertenceriam à nação puri, e que a suposição de todos os autores anteriores que classificam os botocudos como aimorés seria um erro. Verifiquei com todo cuidado essa hipótese, que aliás, parece pelos argumentos de Ottoni muito provável à primeira vista, mas não posso, por razões linguísticas e antropológicas, confirmá-la.

como os animais selvagens, agüentar longos períodos de fome.

Os botocudos vivem em luta constante, tanto entre si como contra os colonos civilizados, e também contra os índios de outras tribos, movidos principalmente pela fome e pela vingança.

Os portugueses do leste da província moveram, durante séculos, uma atroz guerra de extermínio contra todos os índios não convertidos e, em especial, contra os botocudos. Só depois da independência é que surgiram idéias mais humanitárias, mas, mesmo nesses novos tempos, brasileiros supostamente civilizados cometem, contra os indígenas, massacres que chocam qualquer sentimento humano. Em consequência das constantes guerras provocados pelos dois lados, de epidemias de escarlatina e de varíola (causadas da maneira mais indigna pelos portugueses, que deixavam na floresta, para serem apanhados pelos índios, roupas de vítimas dessas doenças), além de sua baixa fertilidade, o número de selvagens em Minas diminuiu tanto que não deve chegar hoje a mais de dez mil. Eles habitam a região leste da província, do Rio Doce até o Belmonte, as duas vertentes da Serra dos Aimorés, o curso médio do Rio Doce, as cabeceiras do Rio São Mateus e do Rio Mucuri e a região leste do Jequitinhonha, numa área de cerca de 750 milhas alemãs.

Através do já mencionado trabalho de Ottoni<sup>68</sup>, os índios do vale do Mucuri e de seu afluente de sudoeste, o Rio de Todos os Santos, puderam ser melhor conhecidos. Além dos botocudos, que são a tribo predominante, encontram-se os remanescentes dos malalis, macunis e maxacalis, que são praticamente insignificantes. Na nascente superior do Mucuri e do Todos os Santos vivem os maquenenuques, constituídos por diversas tribos aliadas entre si. Entre elas se incluem os *americanas da Água Branca*<sup>69</sup>, que tem uma aldeia considerável no Rio Preto, e se espalham até o Rio da Água Branca, já na bacia do Jequitinhonha. Ao sul da Serra de Map Map Crac, que se-

<sup>68</sup>(RBM) Teófilo Benedito Ottoni nasceu no Serro, em 27/11/1807 e faleceu no Rio de Janeiro, em 17/10/1869. Cursou a Academia de Marinha mas, em 1829, já publicista e militante liberal, deu baixa na Marinha e retornou a sua cidade natal, onde fundou o jornal *Sentinela do Serro* e se estabeleceu no comércio. Foi deputado provincial e geral e tornou-se o principal líder da Revolução Liberal de 1842 em Minas. Derrotado na batalha de Santa Luzia, foi preso e depois absolvido e anistiado. Retornou ao Rio, novamente como deputado geral, e se estabeleceu com sucesso no comércio da capital. Em 1847, fundou com seus irmãos a Companhia do Mucuri, para desenvolver um ambicioso programa de colonização, navegação e abertura de estradas no nordeste de Minas Gerais. O projeto não foi bem sucedido, gerou grandes controvérsias e consumiu toda a fortuna de Ottoni. Em 1864, Teófilo Ottoni tornou-se senador do Império por Minas Gerais. Foi, segundo Xavier da Veiga, "o homem mais popular do Brasil, nos últimos dez anos de sua vida". Veja Fundação João Pinheiro, *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*, Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1993.

<sup>69</sup>(RBM) No original *americanas de agua branca*. Nem o nome da tribo, nem o topônimo Ribeirão das Americanas (afluente do Rio Preto, tributário do Mucuri) tem qualquer relação com América ou com o gentílico americano. Trata-se de corrupção da expressão indígena *am-arec-cã*. Veja Eschwege, *Pluto Brasiliensis*, vol. 2, p.287, nota 355.

para os vales do Mucuri e do Doce, no Rio Aranaú, moram os aranaus, que são os inimigos mais ferrenhos dos maquenenuques. Do Rio Pampá, afluente norte do Mucuri, até Santa Clara, espalham-se os bacués; na margem esquerda do Mucuri, a leste de sua junção com o Rio de Todos os Santos, fica a tribo dos poicás; no Rio Urucu, afluente sul do Mucuri, vivem bandos de ji-poróqués, e no Rio das Pedras moram as tribos dos porocum, batatas<sup>70</sup>, e outras. Todas essas são tribos de botocudos, e a esse tronco importante pertence a maioria dos índios de Minas na área mencionada. Os maxacalis tornaram-se sedentários e se estabeleceram na aldeia do Farrancho, na junção do Jequitinhonha com o Ribeirão dos Pratos.

Muitas tribos, como os citados maxacalis, são cristãs, vivem em domicílios fixos e praticam a agricultura, outras mantêm relações cordiais com os moradores civilizados e trabalham por dinheiro nos seus campos. Outras, que não são abertamente agressivas, visitam os povoados para esmolar e roubar; e, finalmente, algumas têm uma posição francamente hostil, constituindo uma vizinhança de alta periculosidade para as povoações mais avançadas. De qualquer modo, a atitude da população civilizada com relação aos índios tem enorme influência sobre o comportamento destes, e a inabilidade dos primeiros já transformou muitas tribos amigas em inimigas ferozes. Um exemplo conclusivo disso é fornecido pelos índios do Mucuri e do Todos os Santos. Durante quatorze anos, o senhor Teófilo Benedito Ottóni, esclarecido fundador da colônia do Mucuri, conseguiu, através de um comportamento humano e perspicaz, manter seus núcleos livres de ameaças, mesmo em meio a numerosas tribos selvagens de botocudos. Entretanto, em 1861, assim que a colônia passou para a propriedade do governo, a antiga amizade ou neutralidade de muitas tribos transformou-se, devido a atitudes tanto inábeis quanto provocativas por parte dos brasileiros, em franca agressividade, e dentro de pouco tempo uma boa quantidade de colonos havia sido assassinada por eles.

O governo imperial brasileiro despende anualmente consideráveis esforços para a civilização e catequese dos índios selvagens, mas, infelizmente, quase sem sucesso. De um lado falta o mínimo sistema ou procedimento racional e, do outro, a distância entre as jurisdições dos responsáveis e as sedes dos governos provinciais é tão grande que impede seu controle e supervisão. Daí acontecer com muita freqüência

---

<sup>70</sup>(RBM) Confere com o original. De fato Tschudi menciona uma tribo denominada *batatas*.

que as somas destinadas a esse fim sejam desviadas de seus verdadeiros objetivos.

Quando comparamos os espantosos resultados alcançados pelos missionários dos séculos passados, especialmente pelos membros da Companhia de Jesus, com aqueles obtidos pelos missionários e diretores de índios do século XIX, vemos que estes envergonham o século das luzes, que tanto se orgulha de seu progresso e de sua civilização.

Não me foi possível obter uma estatística precisa dos aldeamentos indígenas da província de Minas Gerais. No relatório presidencial de 1853 enumeram-se os seguintes: Glória, São Miguel do Jequitinhonha, Cuiaté, Manhuaçu, Mucuri, Barra do Rio Verde, Estrada do Peçanha, Cidade de São Mateus, Surubí e Filadélfia. Esta lista, extraída da Secretaria da Província, é muito incompleta; pois não contém, além do nome do diretor de cada aldeamento e das datas de suas nomeações, nenhuma outra notícia, seja sobre as tribos, seja sobre o número de índios que nelas moram.

No vale do Mucuri listamos os seguintes agrupamentos: Aldeamento de Poton, Aldeamento de Poté, Aldeamento de Cracatá, Aldeamento de Curiuema, Aldeamento do Nortete, Aldeamento de São João, Aldeamento de Água Boa e Aldeamento de Aranau<sup>71</sup>. Cento e quatro indivíduos destes oito aldeamentos foram convertidos ao cristianismo no ano de 1857, entre eles os três caciques Poton, Poté e Cracatá. Algumas dessas tribos fazem plantações de milho, outras vendem couros crus, e a maioria comércia a raiz de ipecacuanha. Além das tribos mencionadas, são conhecidas ainda muitas outras, como, por exemplo, as dos caciques Jiporoque, Mecmec, Potic e Uru-fu. O número de indivíduos de cada uma varia muito, e em muitas delas não passa de algumas centenas. Penso ser errado considerá-la como tribos autônomas: tratam-se na minha opinião, de famílias que se separaram de tribos maiores, e foram aos poucos crescendo e adquirindo um certo grau de importância e autonomia na vida tribal. Muitas guerras foram travadas entre os índios com o propósito de roubar crianças (*curucas*) uns dos outros e vendê-las aos brancos, havendo também botocudos que vendiam suas próprias crianças. Felizmente, esse tráfico infame já se extinguiu quase por completo nos dias de hoje, embora não em consequência de um sentimento crescente de humanidade, ou como resultado de um grau de instrução mais elevado, mas sim porque os índios se tornaram mais desconfiados e arredios, pois esse tráfico de *curucas* provocou muitas invasões de botocudos e represálias bárbaras por parte da po-

<sup>71</sup> (Tschudi) No mapa de Arrowsmith aparece ainda uma *Aldeia do Tomé*, que já deixou de existir há muitos anos.

pulação civilizada (!), resultando com freqüência no extermínio de tribos inteiras.

Passemos agora dos habitantes originais da província aos adventícios. Já vimos que Minas Gerais foi descoberta e colonizada pelos paulistas, e que o principal objetivo do êxodo para esse território do interior foi a busca de ouro e pedras preciosas. Para o pesado trabalho de escavação e lavagem dos tesouros subterrâneos, eles trouxeram um grande número de escravos, que aumentou sem cessar à medida em que a região se tornava cada vez mais dependente da agricultura. Atualmente o número de escravos chega a cerca de 318 mil, que representam cerca de 25 por cento da população total, e um valor monetário de mais de um bilhão de francos. Há trinta anos os escravos constituíam dois terços da população<sup>72</sup>. Nos dois últimos anos, enquanto algumas províncias do norte, principalmente a Bahia, devido à escassez de alimentos, à miséria e à crise financeira, tiveram de vender grande parte de seus escravos para o Rio, os proprietários das províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais se fortaleceram com essa mão de obra<sup>73</sup>.

Uma grande parte da população desta província compõe-se de negros livres, mestiços de negros com brancos e de brancos e negros com índios, envolvendo todos os tipos de mestiçagem dessas três raças entre si. Os brancos puros representam uma fração relativamente pequena da população total.

Não devemos deixar de mencionar aqui os párias do tronco caucasiano, com que, em séculos passados, a metrópole portuguesa presenteou sua colônia - os ciganos. Desde aproximadamente 1760, eles se espalharam por todo o Brasil, mas escolleram sobretudo as províncias de Minas Gerais e de São Paulo para sua errância. Negociam com cavalos, roubam e vagabundeiam como no Velho Mundo. O notável é que qualquer um que tenha conhecido o tipo cigano na Europa reconhece à primeira vista

<sup>72</sup>(RBM) Os dados de Tschudi para a população cativa (318 mil) e sua proporção na população total de Minas (cerca de 25 por cento), me parecem razoáveis para a segunda metade dos anos 50. Eles são bem próximos às minhas próprias estimativas, feitas a partir de documentos municipais e paroquiais manuscritos existentes no Arquivo Público Mineiro, de que a província tinha 317.760 escravos (24,4%) e 984.392 habitantes livres (75,6%) em 1855. Já a afirmativa de que trinta anos antes (por volta de 1830, portanto) os escravos seriam dois terços da população provincial é inteiramente equivocada, pois em nenhum momento do século XIX eles estiveram sequer próximos a essa marca. Em 1821 os cativos seriam cerca de 35 por cento, em 1833-35 representavam algo como 33 porcento e em 1855, como vimos acima, seriam cerca de 25 porcento do total. No censo do Império, realizado em Minas em 1873, os escravos constituíam 18,2 porcento da população total. As fontes desses números são: 1821: W.L. Eschwege, "Notícias e Reflexões Estadísticas da Província de Minas Gerais", p.744; 1833-35: mapas populacionais de 330 distritos de paz (79,6% do total) enviados em resposta ao decreto de 17/7/1832, coletados no Arquivo Público Mineiro e compilados por Maria do Carmo Salazar Martins, "Revisando a Província. Comarcas, Termos, Distritos e População de Minas Gerais em 1833-35"; 1855: Roberto B. Martins, "Minas e o Tráfico de Escravos no século XIX, outra vez", p.101; 1873: Brasil. Direcção geral de Estatística. *Recebimento do Império do Brasil*.

<sup>73</sup>(RBM) Este é mais um importante depoimento contemporâneo revelando que Minas Gerais era importador e não exportador de escravos no período entre o fim do tráfico atlântico e o censo do Império.

essa raça entre os habitantes de cores e mestiçagens tão variadas do Brasil.

O mineiro se distingue favoravelmente dos demais brasileiros por uma maior atividade e diligência. Como morador de uma terra interior de clima mais temperado, e com um solo em geral menos generoso do que o das províncias vizinhas, ele se encontra na contingência, e na necessidade, de trabalhar com mais vigor. A propriedade rural é, em toda a província de Minas, muito menos dominada por grandes complexos familiares do que no resto do império, resultando daí a possibilidade de um maior número de habitantes poder usufruir dos frutos de seu esforço em sua própria terra. Este é também o principal motivo pelo qual a província de Minas Gerais é muito mais povoadas do que qualquer outra do vasto império. As jazidas de ouro e de diamantes, como já vimos, atraíram uma quantidade de pessoas relativamente grande para seu interior e, como o transporte de alimentos de fora era difícil, formou-se, ao lado da população mineradora, e simultaneamente a ela, uma população de agricultores, graças à qual o solo foi mais parcelado. As grandes doações de terras pelo governo não ocorreram na mesma proporção que em outras regiões, em virtude das próprias condições da mineração; e a pequena propriedade pôde assim se desenvolver mais livremente. À medida que a produção de ouro e pedras preciosas foi declinando, fortaleceu-se a agricultura, e Minas Gerais constitui a prova mais patente de como o bem estar dos brasileiros se elevaria com o parcelamento dos enormes complexos latifundiários.

A propriedade livre desenvolve uma autoconfiança e um sentimento de independência que os servos não podem conhecer. Onde as grandes propriedades estão nas mãos de poucas famílias, formar-se-á, necessariamente, uma aristocracia que, conforme o caso, constitui um pilar do regime monárquico ou, ao contrário, se volta contra ele. A pequena propriedade livre propicia o liberalismo: em uma terra com um poder despótico, ela clama pela liberdade; em um estado com instituições liberais, ela é sua proteção e sustentáculo. Assim ocorre com a província de Minas Gerais - sob o despótico domínio português, ela foi a primeira defensora da liberdade, e desde que o Brasil possui uma das mais liberais constituições, ela a protege com zelo inexcusável.

O mineiro também se distingue de seus compatriotas por um caráter mais aberto e confiável; e sua hospitalidade é proverbial. A província conta ainda com alguns dos mais destacados escritores, poetas e estadistas.

Temos tão poucas estatísticas precisas sobre a população de Minas quanto sobre o restante do Império. Nunca se fizeram recenseamentos como os europeus, e no

Brasil eles esbarram em dificuldades quase insuperáveis, como a vastidão e o pouco povoamento do território, além da indolência das autoridades. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, presidente da província nos anos de 1854 a 1856, publicou, em sua prestação de contas, algumas tabelas bastante detalhadas, às quais falta, no entanto, qualquer base de exatidão, pois são feitas a partir de estimativas altamente inseguras. Segundo esses dados, a província de Minas Gerais contava, no ano de 1855, 1.219.272 almas. Segundo dados igualmente imprecisos, ela possuía 394.040 em 1786, 766.000 em 1832, 908.816 em 1847, e 1.015.000 habitantes em 1854. Qualquer estatístico percebe logo a inconsistência desses números. Enquanto o aumento da população, de 1847 a 1854, foi de apenas 100 mil almas, ele teria alcançado 200 mil, de 1854 a 1855, sem que tenha havido uma imigração digna de nota (!). Em todo caso, a cifra de 1.200 mil habitantes para o ano de 1855 é consideravelmente alta, e estaremos mais perto da verdade se estimarmos a população de Minas Gerais, em 1860, em 1.250 mil habitantes<sup>74</sup>.

---

<sup>74</sup>(RBM) Os números apresentados por Tschudi são basicamente as estimativas do major Luiz Maria da Silva Pinto, o incansável batalhador da estatística demográfica da província, publicadas nos relatórios do presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos.

Esses números, e todos os outros publicados entre o meado do século e o censo do império, subestimam grosseiramente a população da província.

A publicação oficial *O Império do Brasil na Exposição Universal de 1867 e o Atlas do Império do Brasil* (1868), de Cândido Mendes de Almeida, por exemplo, calculavam a população de Minas em 1.600 mil habitantes, sendo 1.440 mil livres e 160 mil escravos. O compêndio de geografia do senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil indicava um total de 1.500 mil (1.200 mil livres e 300 mil cativos) para 1869. Henrique Gerber, normalmente bem preciso nas suas *Noções Geográficas e Administrativas da Província de Minas Geraes*, estimou a população total em "quase 1.192.000 almas" em 1861. Poucos anos depois, o recenseamento do Império, realizado em Minas em 1873, revelou que a província tinha 1.720.796 indivíduos livres e 381.893 escravos, perfazendo o total de 2.102.689 habitantes (dados do censo, corrigidos oficialmente pela Directoria Geral de Estatística para incluir 14 freguesias não recenseadas, reproduzidos em Oliveira Vianna, "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários realizados no Brasil"). Todos os números mencionados por Tschudi para o meado do século, inclusive o de Silva Pinto (1.219.272 almas em 1855) e o seu próprio (1.250 mil em 1860) são também subestimações.

Meu próprio cálculo, baseado em fontes arquivísticas do período 1854-1857 (veja a nota 72, acima), é de uma população total de 1.302 mil habitantes em 1855 (318 mil cativos e 984 mil livres) e 1.585 mil em 1860 (336 mil escravos e 1.249 mil livres).

## RAMOS DE INDÚSTRIA

### MINERAÇÃO

Já se mencionou acima que a mineração vem declinando rapidamente em Minas Gerais, já há muitos anos. Só a companhia inglesa explora o ouro de forma racional e competente. A exploração de minas subterrâneas por brasileiros é feita, quase sem exceção, de forma predatória. Na superfície (*trabalho de talho aberto*) continuam sendo trabalhadas algumas jazidas auriferas ainda não esgotadas, sem que o lucro seja, em geral, compensador<sup>75</sup>.

O ganho com as lavras de diamantes é muito precário; sendo considerável em alguns anos e muito pequeno em outros. Parece que os depósitos mais importantes da província já foram descobertos e esgotados.

Uma causa relevante da decadência da mineração em Minas é o preço extraordinariamente alto dos escravos. Os trabalhos nas minas são empreendidos principalmente por companhias ou por proprietários ricos, que podem dispor de um maior número de escravos. Na época em que um escravo custava apenas 200 ou 300 milréis e podia ser alugado por menos de um milréis por semana, até os descobertos de ouro e diamantes mais pobres podiam ser explorados com lucro; mas hoje em dia, o valor dos negros e de seu aluguel é quatro ou cinco vezes mais alto e só as jazidas mais ricas podem ser exploradas em grande escala com sucesso.

Um número considerável de pessoas livres (na maioria, de pele escura), denominados *garimpeiros*, ocupa-se individualmente (ou com outros membros da família, ou com a ajuda de uns poucos escravos), da cata de ouro e diamantes. Freqüentemente possuem sua própria terra, onde plantam seus próprios alimentos, e é comum não

---

<sup>75</sup> (RBM) Entre a independência e a metade do século XIX foram formadas seis companhias inglesas para operar em Minas Gerais: a Imperial Brazilian Mining Association (Gongo Soco) em 1824; a Saint John d'El Rey Mining Company (São João e São José del Rei e depois Morro Velho) em 1830; a General Mining Association (São José del Rei) em 1827; a Brazilian Company (Cata Branca) em 1832; a National Brazilian Mining Association (Cocais) em 1833; e a Serra da Candonga Company (Serra) em 1834. A Companhia da Candonga e a General Mining Association duraram muito pouco, Cata Branca desmoronou e foi abandonada em 1844, e o Gongo Soco encerrou suas operações definitivamente em 1856.

Assim, quando Tschudi visitou Minas Gerais, no primeiro semestre de 1858, havia duas empresas inglesas em atividade nesse setor: a St. John d'El Rey em Congonhas do Sabará e a National Brazilian, que ainda se arrastava, operando as minas de Cuiabá e de Brucutu (Cocais havia ruído em 1846), além de algumas empresas brasileiras de porte médio.

se prenderem à sua gleba, mas irem procurar os tesouros onde as condições exigem menos esforço de seu reduzido pessoal. Um ou outro consegue, ocasionalmente, acumular assim alguma riqueza, mas a regra é se obterem ganhos pouco significativos. Na época da dominação portuguesa, quando a busca de ouro e diamantes era ainda privilégio da Coroa, os garimpeiros só podiam trabalhar clandestinamente, tornando-se, em geral, contrabandistas desses minerais preciosos<sup>76</sup>.

A procura de pedras semipreciosas está paralisada quase por completo, e só alguns poucos indivíduos ainda procuram crisólicas, no Jequitinhonha.

Em várias comarcas de província, especialmente ao longo da Serra do Espinhaço, desenvolveu-se uma apreciável indústria de ferro que, embora seja em geral ainda muito primitiva, é muito importante para esta província central, onde o ferro importado custa muito caro devido às extraordinárias dificuldades de transporte<sup>77</sup>.

Com exceção do grande e bem organizado estabelecimento do Senhor Antoine Monlevade, situado entre São Miguel e Itabira do Mato Dentro, a produção de ferro se restringe a usinas pequenas e por vezes muito pobremente equipadas. Alguns proprietários de fundições são descendentes dos trabalhadores que no início deste século foram contratados para a grande Fábrica Real de Ferro, agora em ruínas. Os fabricantes de ferro produzem um pouco de metal em barras, peças de máquinas para engenhos de açúcar, enxadas, foices, picaretas, ferraduras e cravos de ferradura.

A extração de salitre constitui, em algumas regiões da província, um fraco ramo de indústria.

---

<sup>76</sup>(RBM) A exploração de ouro nunca foi privilégio da Coroa portuguesa. As lavras eram exploradas por particulares e taxadas pela coroa (pelo sistema do quinto, na maior parte do tempo). A mineração de diamantes era monopólio real e sua exploração foi feita através de dois sistemas: por um único concessionário (no regime da contratação, entre 1740 e 1771) ou diretamente pela Coroa (através de uma estatal, a Real Extração, que funcionou de 1772 até 1832). O termo *garimpeiro* se aplicava apenas aos catadores furtivos de diamantes, que desafiavam o monopólio real e eram ferozmente perseguidos. Os mineradores individuais de ouro, que trabalhavam nos depósitos de aluvião, eram chamados *falscadores*, e a *falscagem* não era ilegal nem era reprimida, contanto que o produto fosse apresentado às casas de fundição para ser quintado. Havia falscadores e garimpeiros livres e escravos.

<sup>77</sup>(RBM) Veja as notas 46 e 47, acima.

## Agricultura

Na província de Minas Gerais, como no resto do Brasil, a agricultura não passa de uma atividade predatória, que esgota completamente o solo e o torna, para sempre, imprestável para qualquer tipo de cultura. Derruba-se um pedaço da mata virgem, a madeira mais seca é queimada e as cinzas são espalhadas. Sobre a roça assim obtida, entre tocos de árvores e troncos meio calcinados, as culturas são plantadas com enxada. Quando, depois de repetidas colheitas sem intervalo entre si, o solo está esgotado, ele é posto a descansar por alguns anos, e vai se cobrindo novamente com arbustos e mato (*capoeiras*). Ao chegar a uma determinada altura ou idade, esse mato é novamente derrubado, queimado, e o solo é replantado. O ciclo se repete tantas vezes que por fim a terra já não pode produzir nenhuma colheita, pois todos os nutrientes são retirados e nunca são minimamente repostos. Quando uma fazenda já está completamente esgotada e incapaz de produzir qualquer coisa, ela é abandonada, e o proprietário sai à procura de outras terras onde possa recomeçar o mesmo processo. Em Minas, no entanto, encontram-se menos terras totalmente esgotadas do que nas demais províncias do império, pois, depois de algumas colheitas, (em geral depois da primeira queima de uma capoeira), são formados pastos artificiais. Por meio da circulação do gado, o chão é estercado e assim se retarda o seu esgotamento.

A agricultura de Minas dedica-se principalmente à produção de alimentos. Como já dissemos, os produtos tropicais crescem na região baixa de florestas, mas não nas partes mais altas da província, a não ser quando plantados em locais protegidos e muito bem cuidados. A cultura mais extensa e importante é a do milho<sup>78</sup>. Este é o alimento mais indispensável para todas as camadas da população, a principal ração

<sup>78</sup>(RBM) Além do consumo direto, o principal uso do milho em Minas Gerais era como ração na criação de suínos. As duas atividades eram tão disseminadas que, no final do século XIX, se pretendia resumir (ironizando-a) a economia de Minas dizendo que "o mineiro planta o milho, o porco come o milho e o mineiro come o porco". Todos os dados e comentários sobre as exportações e a economia de Minas no século XIX, nessa nota e nas seguintes, tem como fontes Roberto Martins e Maria do Carmo S. Martins, "As Exportações de Minas Gerais no Século XIX" e Roberto Martins, *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*.

<sup>79</sup>(Tschudi) O milho é posto para amolecer, depois é triturado em pilões, e finalmente torrado no fogô, em uma panela de ferro.

para os cavalos e as mulas, e sua farinha grosseira substitui o pão<sup>79</sup>.

Em segundo lugar em importância está a cana-de-açúcar, que cresce em uma grande parte da província e é cultivada geralmente nas grandes fazendas; enquanto o milho é plantado também pelos pequenos proprietários. Os engenhos de açúcar e as destilarias a eles ligadas são, em geral, ainda muito imperfeitos e a perda na extração do caldo de cana é enorme, chegando a quase o dobro da que ocorre em um estabelecimento bem montado. O caldo de cana ou é simplesmente fervido e todo o melado obtido é transformado em bolos (chamados *rapadura*) - importante alimento para os negros e para a camada mais pobre da população - ou é processado em açúcar mascavo, clareado depois para uso doméstico, ou então é transformado em aguardente (*cachaça, canita, restilo*)<sup>80</sup>.

Em geral o café é cultivado apenas nas baixadas florestadas; mas na região dos campos é plantado em hortas para uso doméstico<sup>81</sup>. Os feijões, especialmente uma variedade preta, que é o prato nacional por excelência, são extensamente cultivados, e o arroz é plantado em todos os lugares onde o clima e o solo o permitem. Dos cereais europeus, encontram-se o trigo, o centeio e a cevada, especialmente na parte norte da província, mas eles não se adaptaram inteiramente e atualmente só são plantados em pequena quantidade. Antigamente o trigo produzia colheitas generosas, mas como foi repetidamente devastado pelas queimadas, passou a ser cada vez menos cultivado. Digna de menção é ainda a plantação de abóboras, que substitui, na re-

---

<sup>79</sup>(RBM) A cana-de-açúcar também era amplamente disseminada em Minas Gerais mas, diferentemente das áreas açucareiras exportadoras, não havia *plantations* especializadas nessa atividade, que era voltada quase integralmente para o mercado interno da província. Havia milhares de pequenos engenhos e engenhocas disseminados por todo o território mineiro, produzindo sobretudo rapadura e aguardente. A província exportava alguma cachaça e rapaduras, mas não exportava nem importava açúcar.

<sup>80</sup>(RBM) No tempo em que Tschudi visitou Minas, o cultivo do café para exportação estava em franca expansão mas ainda era bastante limitado, e rigorosamente restrito a uns poucos municípios da Zona da Mata, na fronteira com o Rio de Janeiro. Nos anos 50 a exportação mineira oscilava entre 10 e 14 mil toneladas/ano, comparada a 28-30 mil de São Paulo e mais de 100 mil do Rio de Janeiro. Entre a metade do século e a década de 70 as exportações mineiras cresceram rapidamente e, com a estagnação da produção fluminense, assumiram o segundo lugar, abaixo de São Paulo. Mas o cultivo para exportação continuou inteiramente circunscrito aos municípios da Mata (bacia do Paraíba) até o final do império.

gião dos campos, as aráceas que ocorrem tão frequentemente nas matas.

Entre os produtos agrícolas não-alimentares da província, o único digno de nota é o algodão<sup>82</sup>. Até cerca de vinte e cinco anos atrás, ele era um importante artigo nas grandes fazendas; ultimamente seu cultivo diminuiu, mas pode vir a prosperar novamente em consequência dos acontecimentos na América do Norte<sup>83</sup>.

## PECUÁRIA

A pecuária é tão importante para a província de Minas quanto a agricultura. O gado é de excelente raça, grande, bem formado, com ótimos ossos, lembrando muito, pelo formato da cabeça, o boi húngaro. Os bois possuem, como este, chifres muito longos. A criação de gado poderia ser muito mais próspera do que é se fosse empreendida de maneira racional, com a administração de ração em estábulos e maior cuidado com os animais. Por falta de atenção adequada, é comum surgirem epidemias que causam extraordinárias perdas, especialmente entre as reses novas. Além disto, todo ano morrem milhares de cabeças, enfraquecidas pela perda de sangue causada pelas mordidas dos morcegos. Esta praga, em conjunção com freqüentes e prolongadas secas ou período muito longos de chuva, prejudica imensamente os rebanhos, que dependem exclusivamente das pastagens.

Minas abastece a capital do império e uma grande parte da província do Rio de Janeiro com gado de corte. A carne dos bois mineiros que se encontra na capital é menos suculenta, e não se compara com a das cidades européias. O motivo disso é que o gado chega ao Rio de Janeiro esgotado por uma longa e difícil viagem, realizada sob um calor opressivo, freqüentemente acompanhado de má alimentação, e é

<sup>82</sup>(RBM) Entre os produtos importantes da agricultura comercial de Minas, Tschudi deixa de mencionar o fumo, que era objeto de grande consumo interno e de volumosa exportação, sobretudo enquanto durou o tráfico atlântico de escravos.

<sup>83</sup>(RBM) O algodão era cultivado em Minas predominantemente por pequenos agricultores. Não havia *plantations* algodoeiras na província, e nas grandes fazendas era cultivado sobretudo para autoconsumo, como parte de um mix variado de produtos. No início do século XIX, favorecida pelo colapso da oferta do Haiti, Minas exportava pouco mais de 1000 toneladas/ano de algodão em rama, proveniente principalmente da região de Minas Novas, mas, a partir dos anos 20 essa exportação praticamente desapareceu, deslocada pela grande produção do sul dos Estados Unidos. A especulação de Tschudi estava correta: a Guerra Civil americana e a consequente *cotton famine* na indústria têxtil inglesa ensejaram um pequeno surto exportador de algodão mineiro que, entretanto, só durou até o início dos anos 70, não resistindo à recuperação da oferta americana. O cultivo de algodão para consumo interno e para exportação sob a forma de pano continuou forte por todo o século, mesmo nos períodos de declínio das exportações em rama.

imediatamente levado ao matadouro e abatido.

Nas fazendas de Minas prepara-se com o leite um queijo pequeno e redondo (*queijo de Minas*), de algumas libras de peso, que representa um importante artigo de exportação, e é muito apreciado pelos brasileiros<sup>84</sup>.

O ambiente de Minas também é muito propício à criação de cavalos, que é largamente empreendida, mas animais são de uma raça muito medíocre, e nada é feito para o seu aperfeiçoamento. Mais compensadora é a criação de muares; que são intensamente usados no transporte de mercadorias, e por isso alcançam altos preços. No entanto, apesar de suas abundantes pastagens, a província tem se mostrado vez mais incapaz de suprir suas necessidades desses animais tão úteis. A cada ano eles são trazidos em maior número dos grandes mercados de Sorocaba, na província de São Paulo, oriundos dos Estados do Prata, da República do Uruguai e das províncias do Rio Grande do Sul e do Paraná.

De maior significação para a província é a criação de suínos, que ali é empreendida com grande êxito, impulsionada essencialmente pelas extensas plantações de milho e pelo clima favorável. As mantas de gordura dos porcos gordos são salgadas e secas ao ar, e constituem um importantíssimo artigo de exportação para a capital do império e para as províncias vizinhas. O toucinho de Minas sempre obtém melhor preço nos mercados do Rio de Janeiro que o de outras províncias<sup>85</sup>. A criação de ovelhas não se disseminou muito, apesar das boas condições locais. A produção de lã é praticamente nula, e os ovinos são criados sobretudo para o consumo de sua carne no Rio de Janeiro.

---

<sup>84</sup>(RBM) O gado em pé e os produtos de origem pecuária foram itens importantes da pauta mineira de exportações durante todo o século XIX. No meado do século a província exportava entre 50 e 70 mil cabeças de gado por ano, principalmente para o mercado do Rio de Janeiro, do qual era o principal fornecedor. Essa exportação cresceu até atingir cerca de 150 mil cabeças/ano no final do império.

Na época da visita de Tschudi, Minas exportava mais de 400 mil queijos por ano, também principalmente para o Rio de Janeiro. Esse número atingiu cerca de 1,5 milhões/ano no final do século.

<sup>85</sup>(RBM) Suínos vivos, toucinho, banha e carne de porco eram dos principais itens da pauta mineira de exportações. Nos anos 50, Minas exportava cerca de 50 mil porcos/ano e mais de 3 mil toneladas/ano de toucinho, banha e carne de porco. Essas exportações permaneceram nesse patamar, com oscilações, até o final do império.

## INDÚSTRIA

A indústria ainda está engatinhando em todo o Brasil, não tanto por falta de talento e habilidade, mas principalmente pela indolência e pela inércia dos habitantes, e também graças ao preconceito, infelizmente ainda muito enraizado, de que o trabalho só compete aos escravos, sendo uma vergonha para o homem livre. Essa infeliz e perniciosa idéia, que encontramos com tanta freqüência em países que mantêm a escravidão, prevalece mais comumente nas parcelas branca e levemente amorenada da população, e quanto mais baixo o grau de educação, mais profunda ela se mostra. Assim, encontramos como trabalhadores manuais quase exclusivamente gente de cor, cativos libertos e seus descendentes. A abolição do tráfico de escravos, entretanto, já provocou uma ligeira mudança, e não deve estar longe a época em que, por todo o Brasil, o valor do trabalho livre do homem livre será devidamente apreciado, e a indústria, como em todos os estados civilizados, se tornará rival e complemento da agricultura, e subjugará a preguiça e a indiferença.

É na província de Minas Gerais que encontramos a maior atividade industrial por parte da população livre, o que se explica facilmente pelos lucros com o ouro e as pedras preciosas, graças aos quais o homem livre se dedicava, em seu próprio proveito, às mesmas ocupações que os escravos exerciam em favor de seus senhores. Já dissemos que o mineiro é mais ativo e empreendedor, e sua visão é mais ampla, razão pela qual seus preconceitos são menores do que os dos demais brasileiros.

Até poucos anos atrás, usava-se uma grande quantidade de algodão para produzir na província um bom tecido, utilizado principalmente na confecção de camisas e de calças para os escravos, do qual se fazia uma exportação considerável para o Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, onde havia sempre grandes fazendeiros interessados em comprá-lo. Atualmente esse ramo da indústria vem decaíndo, por dois motivos: primeiro, o algodão não tem sido mais plantado na mesma extensão de antes, pois o trabalho escravo encareceu e, segundo vários fazendeiros, os algodoeiros degeneraram e não produzem o mesmo que outrora. Em segundo lugar, porque é importado dos Estados Unidos e da Inglaterra por preço muito mais ba-

xo, um tecido semelhante, com o qual o pano mineiro, mais forte mas de custo bem mais alto, não consegue competir<sup>86</sup>.

Não há fabricação propriamente industrial de tecidos - a matéria prima é fiada e tecida ou em pequenas fazendas, ou, mais comumente, nos arraiais, por negras livres. Há alguns outros estabelecimentos cuja produção é parcialmente exportada, como, por exemplo, os curtumes, que preparam couros de boi e de animais selvagens. Esses produtos são depois transformados, pelos inúmeros sapateiros e seleiros, em sapatos e botas altas de montaria, ou em selas e pelegos à moda da terra. As olarias fornecem bons produtos, que, se houvesse melhores comunicações, teriam mais saída e uma exportação digna de nota. As demais indústrias e artesanatos limitam-se unicamente às necessidades locais da população, e há nelas trabalhadores muito habilidosos e capazes, como, por exemplo, entre os ourives de ouro e prata.

Não se pode falar de artes plásticas na província, nem conta ainda o Brasil com qualquer artista famoso lá nascido. Contudo, parece haver em Minas mais talento para a escultura do que para a pintura. Entre os mestres de cantaria há alguns que se elevam acima do nível médio. As imagens religiosas esculpidas em pedra sabão que são fabricadas na província, e que se encontram na maioria das casas abastadas, demonstram mais boa vontade do que talento.

## ESCOLAS<sup>87</sup>

A província de Minas Gerais é dividida em dezessete *círculos literários*, cada um dos quais é subordinado a um diretor. Cada círculo se divide em pequenas circuns-

<sup>86</sup>(RBM) A produção de pano artesanal de algodão era grande e muito disseminada em Minas, tanto para consumo interno, como para exportação, cujo mercado atingia até a região platina. O diagnóstico de Tschudi para o seu declínio (decadência do cultivo do algodão, elevação do preço dos escravos e concorrência do produto importado) não é correto, pois além de ser plantado sobretudo por agricultores livres, o cultivo do algodão para fabrico de pano continuou forte ao longo de todo o século. O declínio das exportações do pano de Minas (que se situavam entre 1,5 e 2,5 milhões de metros/ano desde o início do século) deveu-se, sim, à concorrência do tecido fabril estrangeiro, mas só ocorreu no meado da década de 70, e não nos anos 50, como afirma o suíço.

<sup>87</sup>(RBM) Quando (texto foi finalizado (1861) os dados de Tschudi sobre a organização do ensino público na província já estavam um pouco desatualizados. O relatório do presidente Carlos Carneiro de Campos, datado de 22/4/1860, informa que o Regulamento nº 44, de 21/4/1859 havia estabelecido a seguinte estrutura: três delegacias de ensino, que compreendiam um total de vinte círculos literários, com duas agências literárias subordinadas a cada círculo. As delegacias eram sediadas em Ouro Preto (sete círculos literários), São João del Rei (nove círculos literários) e Diamantina (quatro círculos literários). Em cada uma das sedes havia um Externato Colegial (o de Ouro Preto era o Liceu Mineiro) e em cada uma estava criada uma Escola Normal, mas só a de São João estava provida na data do relatório. *Relatório ... presidente Carlos Carneiro de Campos, 22/4/1860, "Ensino Público"*; pp.21/27.

crições de ensino, supervisionadas por um fiscal. Todo o sistema é encabeçado por um *Diretor Geral da Instrução Pública*, sediado na capital provincial. As regiões central e sul da província são melhor providas de escolas do que o norte e o oeste, pois tem uma população muito mais densa do que as últimas. Em média, há uma escola para cada 3.900 habitantes. As escolas públicas se distribuem em: aulas do 1º grau, aulas do 2º grau e aulas de instrução secundária e intermédia (*ginásios*). Nas primeiras ensina-se a ler, escrever, e calcular (as quatro operações), além de regras de civilidade e catecismo. Nas de segundo grau, além desses, ensinam-se elementos da Língua Portuguesa e Aritmética (proporções). Nos *ginásios*, ou escolas intermediárias, são lecionados: Latim, Francês, Inglês, Português, Filosofia, Retórica, Geografia, História, Elementos da Matemática, Química Médica, Botânica, Farmácia e Matéria Médica. No ano de 1860, havia na província 222 escolas primárias, 56 secundárias, 56 cadeiras em escolas intermediárias, e 51 escolas femininas, nas quais, além das disciplinas das escolas primárias, ensinavam-se ainda trabalhos manuais femininos. Todo ano se criam novas escolas, por decretos presidenciais. Os professores das escolas primárias recebem 400 milréis, os das secundárias, 600 milréis, as professoras das escolas femininas, 500 milréis e, em algumas cidades maiores, os professores recebem um salário maior, de 700 ou 800 milréis.

Embora esses salários não sejam tão baixos, sendo até relativamente superiores à média dos países europeus para professores das mesmas categorias, a concorrência para essas colocações é visivelmente baixa. No ano de 1859, por exemplo, 84 de 385 postos estavam vagos, (ou seja, mais de 27%), e em diversos anos anteriores a situação era ainda pior, embora o governo tente, com concursos semestrais e vantagens especiais, preencher essas lacunas tão nocivas. O motivo desse fenômeno, que jamais ocorreu na Europa, deve ser procurado menos na escassez de indivíduos capacitados do que na indolência e na aversão generalizada dessas pessoas a se dedicarem a uma ocupação séria e fatigante, e também na irregularidade do pagamento. Há, além disso, repetidas queixas com relação ao descaso com que alguns diretores dos círculos se desincumbem de suas obrigações.

A principal escola secular da província é o Liceu Mineiro, em Ouro Preto (fundado a 5 de fevereiro de 1854), o qual, apesar de todos os esforços de diversos presidentes para regularizar seu funcionamento, apresenta deficiências tão grandes que os deputados da Assembléia Provincial já aconselharam várias vezes o seu fechamento. Seu concorrente, o Liceu de Mariana (fundado a 11 de fevereiro de 1835), na cida-

de de Mariana, definhava quase desde sua fundação, e foi fechado em 1858.

As maiores escolas religiosas são dirigidas pelos padres da Congregação da Missão ou de São Vicente de Paula. Há um seminário (*Seminário Maior*) na Serra do Caraça, onde a maioria dos padres-professores é composta de franceses, e junto ao qual funciona também um colégio para alunos leigos. O segundo seminário (*Seminário Menor, ou Episcopala*) fica no Bispado de Mariana. Além desses dois seminários, os padres dessa ordem dirigem ainda os colégios de Campo Belo e de Uberaba; e antiga-mente mantinham também um colégio em Congonhas, hoje fechado. Mariana possui ainda um colégio de moças, sob a direção das Irmãs de Caridade, que além dele comandam o Orfanato e a Santa Casa.

É, entretanto, um triste sinal o fato de que, dos quatorze colégios particulares existentes na província em 1858, só oito ainda estivessem em funcionamento em 1859; tendo os demais acabado por falta de alunos e de recursos, sem ter como se manter mesmo em cidades como Diamantina, Serro e Itabira. Os colégios particulares existentes no início de 1860 eram : 1) Colégio Duval, em São João del Rei, o melhor e mais procurado de toda a província; 2) Colégio Roussin, em Mariana; 3) Colégio Aiuruocano, em Aiuruoca; 4) Colégio Ubaense, em Ubá; 5) Colégio Baependiano, em Baependi; 6) Colégio Dalle, em São Gonçalo da Campanha; 7) Colégio São Luiz Gonzaga, em Santa Bárbara (fundado em 1859) e 8) Emulação Sabarense, em Sabará.

Dos seis institutos de moças da província, três se encontram na cidade de São João del Rei: o Colégio de Dona Policena, o Colégio de Dona Margarida e o Colégio de Dona Carolina. Além desses, há o Recolhimento de Macaúbas, a já mencionada Casa das Irmãs de Caridade ou Casa da Providência, em Mariana, e o Colégio Moura, em Sabará.

A soma destinada pela Assembléia Provincial para o ensino público importava em 153.274 milréis no ano administrativo de 1855 a 1856. Para o ano de 1858 a 1859, soma 190.600 milréis e deve continuar a subir na mesma progressão no futuro. De todos os presidentes da província de Minas Gerais, o ex-professor de direito da Universidade de São Paulo, Senador Conselheiro Carlos Carneiro de Campos, foi o que governou com maior sucesso e de forma mais racional<sup>88</sup>

---

<sup>88</sup>(RBM) Não havia uma universidade em São Paulo nessa época, mas tão somente a faculdade de direito. É claro que a avaliação de Tschudi sobre a administração do Conselheiro Carlos Carneiro de Campos é totalmente gratuita.

## INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

A província de Minas Gerais tem muito poucas instituições públicas e, como todo o Brasil (com exceção da capital do Império), é muito pobre em entidades voltadas para a formação cultural e o entretenimento.

Há apenas duas bibliotecas públicas em Minas, uma na capital da província, e a outra na cidade de São João del Rei, estando ambas em situação muito precária até 1858. Por instância do já citado presidente Carneiro de Campos, a Assembléia Provincial determinou a reorganização dessas instituições e um aumento dos subsídios a elas destinados, o que permitiu ao presidente, através de novas aquisições bem planejadas, dar uma situação mais respeitável às duas coleções. Nas vizinhanças de Ouro Preto se encontra um jardim botânico muito médioocre. O mesmo se pode dizer do único teatro da província, que fica também em Ouro Preto. Lá está situada ainda a *Tipografia Provincial*, onde é impresso o jornal do governo, o *Correio Oficial*.

Muito mais numerosas são as instituições de caridade. Em termos da quantidade dessas entidades, o Brasil pode se comparar a qualquer país europeu, chegando mesmo a superar alguns deles. A virtude da caridade é usualmente mais desenvolvida nos povos do sul do que nos nórdicos, e os brasileiros em geral se destacam honrosamente por possuí-la. Em Minas Gerais, o número de hospitais é muito grande, tendo sido a maioria deles fundada e dotada por iniciativa particular, mas só raramente em nível suficiente para conseguir se manter sem subsídios do Estado. Mesmo quando as localidades se encontram em um estado muito decadente, o que é comum, o cuidado com os doentes é meticuloso e a higiene é adequada. Uma lei provincial de 1836, e outra de 10 de abril de 1845 autorizaram a presidência a construir um sanatório para leprosos, cuja criação era extremamente urgente. Os recursos a ele destinados eram, porém, tão reduzidos, que até 1860 não tinha sido possível edificá-lo.

Resta mencionar apenas mais duas instituições públicas da província: uma fi-

## ESTATÍSTICA CRIMINAL

Da prestação de contas que os presidentes têm de apresentar anualmente à Assembléia Provincial, ou a seu sucessor, quando deixam o cargo, consta normalmente uma tabela estatística dos crimes ocorridos no decurso do ano administrativo. Essas tabelas são de grande interesse psicológico, pois delineiam os principais traços do caráter da nação de forma muito mais aguda que qualquer descrição, por mais detalhada que seja. As observações que aqui faço sobre esse assunto, referentes à província de Minas Gerais, são válidas, grosso modo, para todo o Brasil. Os dados estatísticos do mencionado relatório talvez não sejam muito exatos, mas mesmo assim fornecem uma base firme para a avaliação da situação.

Os crimes mais freqüentes, em assustadora predominância, são os assassinatos, tentativas de assassinato e ferimentos graves. O assalto e o roubo são, em comparação com os países europeus, extraordinariamente raros, mas são bastante comuns, por outro lado, alguns ataques à liberdade individual que só podem ocorrer no Brasil, tais como a escravização de pessoas livres e o roubo de cativos para revenda em regiões distantes. No ano de 1858, por exemplo, formou-se, em um distrito de Minas, uma sociedade de doze pessoas que roubava crianças livres para vendê-las como escravos longe dali. O estupro é freqüente, graças a uma legislação extremamente branda para esse crime, e é mais praticado por portugueses do que por brasileiros. Embora em nenhum lugar do mundo se produzam mais atestados falsos e falsos testemunhos, o perjúrio figura de maneira muito reduzida nas tabelas criminais, o mesmo ocorrendo com as falsificações, as fraudes e a malversação de documentos e certidões. A cunhagem de moedas falsas, e especialmente a falsificação de notas bancárias, são bastante raras, e seu foco principal é em Portugal, de onde esses belos produtos são exportados sistematicamente para o Brasil. Alguns portugueses embaronados devem sua riqueza e seu título exclusivamente à falsificação de dinheiro.

A análise cuidadosa desse rico material me permitiu concluir que os assassinatos consumados ou tentados, junto com os ferimentos graves, constituem 76 por cento; o roubo 5 porcento; e os demais delitos 19 porcento do total de crimes. Já chegaram a ocorrer duzentos homicídios em um só ano na província, o que significa um

assassinato para cada 5 mil habitantes. Essa proporção absolutamente não inclui os frequentes assassinatos (ou maus tratos que levam à morte) de escravos por seus senhores. Sabe-se que a maioria dos casos desse crime sequer chega ao conhecimento das autoridades, ou é por elas ignorada, a menos que haja motivos muito importantes para que procedam de outro modo.

O presidente Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos declarou, muito corretamente, na reunião da Assembléia Provincial em 1856, que: *"Não uma, mas uma série de causas se unem para incentivar e aumentar os criminosos entre nós, e só quando, por meio de uma legislação mais adequada a nossas condições, essas causas forem abolidas, e só quando a educação for estendida a todos, poderemos alcançar os grandes resultados pretendidos por nossas sábias instituições, para dirigir nossa jovem terra mais seguramente pelos caminhos da civilização."*

Podemos expor, em poucas palavras, as causas da grande freqüência de homicídios. Em primeiro lugar, lembremos a vingança em consequência de divergências políticas, disputas de limites e heranças, disputas amorosas, ou jogo. São comuns os assassinatos de delegados e sub-delegados de polícia por indivíduos facinorosos, e de fazendeiros por seus escravos. O assassinato seguido de roubo é relativamente raro. A maior parte desses homicídios é premeditada e executada da forma mais covarde, com armas de fogo e pelas costas, muitos deles por *capangas*, e um número surpreendentemente grande desses crimes é acompanhado de atrocidades hediondas.

Pode-se dizer que o Brasil é inteiramente dividido entre dois grandes grupos políticos - os conservadores e os liberais. Por ocasião das eleições quadriennais de deputados gerais ou provinciais, as paixões meridianas explodem como em quase nenhum outro país, e nessas épocas as campanhas eleitorais são a causa de dois terços dos crimes praticados. O fato de ocorrerem crimes capitais em tal monta no Brasil deve-se principalmente à impunidade dos criminosos. Mesmo quando as autoridades policiais cumprem com sua obrigação de capturar os culpados e metê-los na prisão, uma boa parte deles consegue fugir, pois a maioria dos prédios das cadeias está em estado lastimável, ou os guardas descuram de sua tarefa. Dos criminosos levados a julgamento, metade, ou até três quartos, são considerados inocentes. Em nenhum lugar do mundo existem jurados que menos conheçam e cumpram o seu dever e que sejam tão subornáveis e influenciáveis quanto os brasileiros. Não exagero quando digo que esses júris têm um efeito altamente desmoralizante sobre a população. Os legislado-

res do jovem império desejavam dotá-lo de todas as belas instituições existentes nas mais adiantadas nações européias, sem levar em conta os tristes elementos de que o país, em grande parte, se compõe. A consequência disso foram inúmeros equívocos, dos quais o pior foi a introdução do júri popular. Só daqui a décadas, quando a educação de todos e um maior grau de civilização tiverem fortalecido a moralidade em todas as camadas da sociedade, é que será oportuno apelar para o sentimento de justiça, honra, dever e consciência e para as virtudes civis da população no julgamento de criminosos, principalmente se, ao lado disso, ocorrer uma significativa mudança moral, orgânica e material do sistema judiciário vigente. Atualmente, os tribunais de júri são para o Brasil uma instituição prematura, que traz mais prejuízos do que benefícios, e fomenta o crime, principalmente o perjúrio, de forma revoltante.

## MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Se o estado das estradas é um bom critério para se julgar o grau de civilização de um país, Minas não deve receber uma avaliação muito lisonjeira. Esse julgamento, no entanto, pode ser um pouco atenuado se considerarmos algumas circunstâncias, pois a província apresenta uma situação das mais desfavoráveis para a construção e manutenção de estradas. Já vimos acima que justamente a parte mais povoada do território é muito montanhosa, formada por rochas que geralmente se decompõem com extraordinária rapidez, e que as precipitações atmosféricas, durante quase seis meses do ano, são de uma violência incomum, sendo capazes de afetar a superfície do solo de modo raramente observável em outras terras. Acrescentemos a isso a escassa população, de cerca de 80 pessoas por légua quadrada, o que significa um pequeno número de contribuintes, e dos quais, na verdade, só se pode considerar uma pequena parte. Assim, é fácil ver que a exigência com relação às estradas deve ser muito mais moderada do que em um país densamente povoado, no qual a necessidade de boas e numerosas vias de trânsito é muito maior. Com toda razão se pode, entretanto, fazer aos mineiros a acusação de que suas estradas não são cuidadas à altura das verbas nelas empregadas, ou melhor, a elas destinadas pela Assembléia Provincial, mas aqui

não é o lugar para se examinar em detalhe os motivos dessa situação – um fato pouco honroso que se repetiu por todo o Brasil.

É quase inacreditável que num território tão extenso, que inclui sete grandes bacias fluviais, a navegação permaneça no estado primitivo em que ainda se encontra, e que até hoje nenhum de seus esplêndidos rios jamais tenha sido percorrido por um vapor.

## VIAS FLUVIAIS

Na bacia do Rio Paraíba não há, dentro da província de Minas, qualquer via fluvial, pois esse rio só se torna navegável a partir de São Fidélis. Seu afluente mais importante, o Rio Pomba, tem tantas corredeiras, que mesmo uma viagem de canoa por ele é impossível. Do mesmo modo, a bacia do Rio Doce carece de uma via fluvial. Foram feitas repetidas tentativas de estabelecer uma navegação regular nesse grande rio, mas todas foram mal sucedidas, a mais lamentável tendo sido certamente a da Sociedade Anglo-Brasileira de Navegação a Vapor. Ela obteve, no ano de 1835, do corpo legislativo do Rio de Janeiro, o privilégio exclusivo de navegação no Rio Doce e seus afluentes, e obrigou-se a navegar o rio com vapores, desde sua foz até Mariana, a acabar com as dificuldades do curso, e a fundar ao longo das margens, de distância em distância, novas localidades, para o que a administração das terras públicas lhe reservou duas léguas quadradas de terreno para cada arraial que fundasse. A sociedade começou seus trabalhos no ano de 1839 e em 1841 um primeiro e único vapor percorreu suas águas. Como a companhia tinha corrigido o rio de modo muito incompleto, o vapor não conseguiu superar as dificuldades do percurso; as despesas subiram a uma enorme quantia, os acionistas desapareceram e a companhia acabou por dissolver-se. Com capital, inteligência e honestidade, poder-se-ia estabelecer uma via fluvial nesse poderoso caudal, de modo a trazer grande prosperidade às províncias de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Nem o Mucuri nem qualquer de seus afluentes são navegáveis na província. Só próximo a Santa Clara, na fronteira entre Minas e Bahia, ele o é, mas apenas para ca-

noas e vapores muito pequenos, de calado bastante reduzido, e nem mesmo estes encontram, no período da seca, água suficiente para transitar sem problemas. No Jequitinhonha pratica-se alguma navegação, dificultada, no entanto, por muitas corredeiras. Com algum sacrifício, poderia ser instalada nele; bem como no Rio Pardo, uma importante via de comércio fluvial. O Rio Grande e o Rio Paranaíba, ambos pertencentes à bacia do Paraná, são navegáveis em Minas Gerais quase desde suas nascentes, ou poderiam sê-lo por um custo relativamente baixo, mas ambas essas esplêndidas vias fluviais praticamente não são utilizadas, em razão do interior quase despovoado, embora altamente fértil. Estranho é, porém, que na província, mesmo naqueles trechos que permitem uma navegação totalmente livre, se dê preferência à estradas ruins, em lugar de boas vias fluviais.

Na bacia do Rio São Francisco, não só o caudal principal como também muitos de seus tributários oferecem uma navegação livre em grandes distâncias. Das 247 léguas navegáveis que o São Francisco oferece, da barra de Pirapora até a cachoeira de Sobradinho, ou Santana, na província da Bahia, mesmo para embarcações de dimensões bastante consideráveis (por exemplo, de mais de 70 pés de comprimento por 12 pés de largura) durante o tempo da cheia, 72 1/4 léguas ficam em Minas Gerais, como se vê abaixo:

#### LÉGUAS

Da barra de Pirapora até a Barra do Rio das Velhas .....	5
Daí ao Rio Paracatu .....	8
Daí à Vila de São Romão .....	6
Daí à barra do Rio Urucuia .....	6
Daí ao arraial das Pedras dos Ângicos .....	6
Daí ao arraial do Salgado .....	3
Daí ao arraial de Morrinhos .....	17 1/4
Daí ao arraial da Manga do Armador .....	2
Daí à barra do Rio Verde (fronteira entre Minas e Bahia na margem direita do São Francisco) .....	4
Daí até o Quartel do Registro da barra do Rio Carinhanha (fronteira entre	

Minas e Bahia na margem esquerda do São Francisco).....	5
	72 1/4

São navegáveis os seguintes afluentes do São Francisco:

#### LÉGUAS

O Rio Jequitaí até a fazenda do mesmo nome.....	8
O grande Rio Paracatu, com três afluentes .....	104
a saber: do próprio Rio Paracatu .....	64
do Rio da Prata .....	20
do Rio Preto .....	10
do Rio do Sono .....	10
do Rio Urucuia .....	35
do Rio Pardo .....	12
do Rio Pandeiros .....	6
do Rio Verde Grande .....	30
do Rio Carinhanha .....	16
	211

Somando-se a essas 211 léguas as 72 1/4 do rio principal, temos a soma bem considerável de 283 léguas de rios navegáveis. Mas, como seria de se esperar, com uma população tão extraordinariamente rarefeita, o trânsito por água é mínimo. Muito ainda teria que ser feito para regularizar e estimular a navegação, porém a falta de fundos e de espírito empreendedor, por um lado, e a indolência, por outro, continuarião impedindo o desenvolvimento adequado desses projetos. É inconcebível que o importante Rio das Velhas, por exemplo, permaneça sem navegação no trecho entre Sa-

bará e a barra de Pirapora, quando, por um custo relativamente baixo para cada uma das localidades, poderia ser estabelecida uma comunicação em grande escala.

#### ESTRADAS

Já foi feita acima uma avaliação pouco favorável das estradas da província. Só existe uma que faz jus a esse nome, pois pode ser percorrida por carros, todos os demais caminhos servindo apenas para animais de montaria ou de carga ou, no máximo, para carros de bois construídos de forma muito primitiva. A estrada de rodagem, ou *grande estrada de Minas*<sup>89</sup>, começa na fronteira com a província do Rio de Janeiro, mais exatamente no Rio Paraibuna. Daí ela leva, passando por Simão Pereira, Duque e Matias Barbosa, à Cidade de Paraibuna (Juiz de Fora) e, em condições bem piores, a seu ponto extremo em Barbacena, passando por Chapeú d'Uvas e pela Serra da Mantiqueira.

Na origem dessa estrada está uma grande idéia: ligar a capital do Império à província da Bahia, cortando Minas Gerais em toda a sua extensão. De Barbacena ela deve levar à capital provincial, Ouro Preto; e de lá, por Sabará, ao longo do Rio das Velhas, até sua junção com o São Francisco. Da barra do Rio das Velhas a ligação com a Bahia seria feita por barcos a vapor sobre o Rio São Francisco. Uma companhia de capital aberto, chamada União e Indústria, liderada por um mineiro, Mariano Procópio Ferreira Lage, construiu, com consideráveis subsídios do governo, o trecho até hoje executado. Ele começa em Petrópolis, na província do Rio, e sobre, até Juiz de Fora, cerca de 144 quilômetros (ou 24 léguas), dos quais cerca de 46 quilômetros (ou 7 3/4 léguas) ficam em Minas Gerais<sup>90</sup>. A estrada é excelentemente construída e pode rivalizar com as melhores da Europa. A partir de Petrópolis ela segue o leito do Rio Piauá, banha até sua junção com o Rio Paraíba, que atravessa sobre uma magnífica ponte de

<sup>89</sup>(RBM) Tschudi não viu a União e Indústria concluída em toda a extensão Petrópolis-Juiz de Fora, pois viajou por ela nos últimos dias de 1857 e nos primeiros de 1858. A construção dessa estrada começou em 12 de abril de 1856 e sua inauguração só ocorreu em 23 de julho de 1861, embora vários trechos já estivessem abertos ao tráfego antes dessa data. Sua extensão total era de 144 quilômetros, sendo 96 na província do Rio de Janeiro e 48 em Minas Gerais. Ela entrou rapidamente em declínio em virtude da construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, que só começou a operar em território mineiro em 27 de junho de 1869, mas já competia por fretes com a União e Indústria desde 1864.

<sup>90</sup>(RBM) Há aqui um erro de impressão no original. 24 léguas equivalem a 144 quilômetros (com 1 léguas = 6 quilômetros), e não a 114, como está impresso.

ferro, depois segue o vale do Paraibuna, sobre o qual outra ótima ponte de ferro, de 94 metros de comprimento, leva ao norte. A pista é cuidadosamente macadamizada, e as pontes são umas de madeira, e outras de ferro, geralmente construídas pelo sistema norte-americano.

Sua administração, que é feita pela própria companhia, deixa pouco a desejar. As mercadorias - na maior parte café para exportação e manufaturas europeias como importação - são transportadas em carros solidamente construídos. O trânsito de passageiros é feito por ônibus do tipo norte-americano, puxados por robustas mulas, que em geral, no entanto, trafegam com um excesso considerável de peso. A viagem se dá a bom passo, e deixa-se para trás, em média, um quilômetro a cada cinco minutos (ou uma légua em trinta minutos).

O custo de construção dessa estrada chegava, até 1º de janeiro de 1861, incluindo o material de transporte, os prédios das estações, e os juros, à enorme soma de 9.995.222 milréis (mais de 28 milhões de francos); ou seja, cerca de um milhão de francos por légua<sup>91</sup>. Só nos resta desejar que ela seja mantida e cuidada com o mesmo zelo com que foi construída.

O trecho entre Juiz de Fora e Barbacena não se compara ao anterior. É uma estrada que só pode ser regularmente percorrida por veículos durante o tempo seco, sendo intransitável em alguns lugares durante o período das chuvas. As dificuldades do terreno são, entretanto, significativamente maiores, especialmente a transposição da Serra da Mantiqueira. Ainda não se pode vislumbrar o dia em que se empreenderá o prosseguimento dessa estrada para o norte.

## COLONIZAÇÃO

Existem colônias de imigrantes europeus em dois lugares da província de Minas Gerais: uma fica no sul, e a outra no distante nordeste, na fronteira com a Bahia. Am-

<sup>91</sup>(RBM) A taxa de câmbio implícita aqui é de 357 réis por franco, ligeiramente diferente da taxa de 360 réis por franco registrada algumas páginas adiante. À taxa de 360 réis por franco, o custo total das 24 léguas construídas seria de 27,7 milhões de francos, ou cerca de 1,15 milhões de francos por légua.

bas foram fundadas por sociedades particulares, e tinham o mesmo propósito, ou seja, fixar junto a estradas importantes uma população ativa de agricultores e trabalhadores.

A colônia do sul foi fundada em 1858 e deveria, acima de tudo, fornecer trabalhadores baratos para a construção da grande estrada. No primeiro ano teve de lutar com grandes dificuldades, pois, como em todo empreendimento desse tipo no Brasil, não se tomaram as providências adequadas, nem se operou com base em um sistema racional. A miséria e a doença foram o destino inicial dos colonos, dando origem à insatisfação, fomentada, além disso, por uma administração pouco elogável. Aos poucos as condições foram melhorando, os colonos passaram a cultivar sua própria terra, ou a receber um salário adequado como operários na estrada. Também foram introduzidas melhorias na organização do núcleo, de modo que, se hoje ainda não podemos chamá-la de "florescente", também não podemos negar que segue uma trilha favorável, figurando entre as melhores colônias do Brasil. O clima é excelente, e o solo, se não é de uma qualidade exemplar, propicia, ainda assim, um resultado compensador; e parece também prevalecer na direção da companhia a vontade de superar do melhor modo possível os problemas que ainda persistem.

Em 1º de janeiro de 1861, a colônia contava com 1.144 pessoas, sendo 636 homens e 508 mulheres, 641 católicos e 503 protestantes. Todos são alemães ou filhos de alemães nascidos no Brasil. Dividem-se da seguinte forma, segundo sua procedência:

do grão-ducado do Hessen .....	335
tiroleses .....	227
do Holstein .....	155
prussianos .....	147
de Baden .....	85
de outros estados alemães .....	90
nascidos durante a viagem .....	7
nascidos no Brasil .....	98

Dessas 1.144 pessoas, 139 estavam ausentes na data mencionada (16 em Petrópolis, 25 nas minas de Morro Velho, uma em Ouro Preto, e 57 refugiadas por motivo de dívidas, com paradeiro ignorado). A dívida total dos colonos para com a Com-

panhia alcançava, em 31 de dezembro de 1860, uma soma ainda muito significativa, a saber: por despesas de viagem da Alemanha até a colônia, 125.968.796 réis (da soma original de 158.323.856 réis os colonos já haviam pago 32.355.060), para a compra e medição de terrenos, 81.042.000; por alimentos e mercadorias recebidos, etc., 63.795.859. Isso perfaz uma soma total de 270.806.655 réis (acima de 700 mil francos), o que dá mais de 236 mil réis, ou 655 francos, por cabeça, ao câmbio de 360 réis = 1 franco. É, portanto, uma quantia ainda bem pesada, que entretanto, em condições razoáveis, poderia ser amortizada em dois ou três anos. A colônia já dispõe, há alguns meses, de um pastor protestante, que exerce suas funções também em Petrópolis.

A segunda colônia situa-se parte no Mucuri, parte no seu afluente, o Rio de Todos os Santos, e foi fundada pelo diretor da Sociedade do Mucuri, Senhor Teófilo Benedito Ottoni<sup>92</sup>. O objetivo dessa companhia era ligar a parte norte da província de Minas Gerais, especialmente a extensa comarca do Jequitinhonha, à capital do Império por um caminho muito mais curto e melhor do que o atual, por meio de vapores marítimos que viriam do Rio de Janeiro até São José do Porto Alegre, na foz do rio Mucuri. Daí até Santa Clara, na fronteira de Minas, (ou seja, até o ponto em que o rio permite a navegação livre) a ligação se faria por pequenos vapores fluviais. Finalmente, de Santa Clara até Minas Novas, seria por terra, parte pelo vale do Alto Mucuri, parte pelo vale do Todos os Santos, através da serra. Para tornar a comunicação por terra mais segura e mais fácil, deveriam ser estabelecidas colônias em vários pontos, onde se cultivaria o excelente solo. Depois de Ottoni ter explorado, com parentes e amigos, e com grandes dificuldades, o extenso território, então habitado quase exclusivamente pelo botocudos, e da sociedade ter iniciado suas atividades, o vale do Rio de Todos os Santos foi escolhido como ponto central do projeto. Em 1853, foi fundada, junto às suas margens, a povoação de Filadélfia, cuja função original era ser um empório para o trânsito de mercadorias entre o Rio de Janeiro e o Jequitinhonha. Em 1856 chegaram à Filadélfia os primeiros colonos suíços e alemães, que foram assentados, parte na vizinhança imediata da povoação, parte nos vales laterais do Rio de Todos os Santos. O governo imperial brasileiro, por seu lado, fundou ao mesmo tempo, mais a oeste, no vale do Rio Urucu, um afluente sul do Mucuri, uma colônia militar, com um pequeno destacamento de soldados e portugueses da Ilha da Madeira. A tarefa dos sol-

<sup>92</sup>(RBM) A Companhia do Mucuri foi fundada pelos irmãos Teófilo e Honório Ottoni em 1847, para empreender projetos de colonização, abertura de estradas e navegação no Vale do Mucuri. No segundo volume das *Reisen durch Südamerika* (cap. 4), Tschudi faz uma descrição relativamente extensa desse empreendimento, de sua situação em 1858 e de sua evolução até o início da década de 60. Veja também Fundação João Pinheiro, *A Colonização Alemã no Vale do Mucuri*.

dados era proteger a colônia da companhia contra ataques dos botocudos. O solo sobre o qual as colônias foram estabelecidas é extremamente fértil e o clima é muito favorável. Mais a oeste, no entanto, torna-se bastante insalubre, principalmente na região de Santa Clara e ao longo das margens do Baixo Mucuri, em especial nos lugares em que o rio, durante o período de chuvas, transborda e forma pântanos, que produzem miasmas nocivos no tempo do calor. No ano de 1858, as colônias contavam com mais de mil habitantes, entre os quais havia, porém, um certo número de maus elementos, mais exatamente, ex-presidiários de Potsdam. Por essa época, a Associação Central de Colonização enviou do Rio de Janeiro mais três centenas de maus colonos para o Mucuri, que tiveram de ser assentados nas cercanias de Santa Clara. Expectativas frustradas, descontentamento, alimentos ruins, agentes descuidados, e uma falta de higiene inominável entre os colonos, uniram-se para produzir uma preocupante epidemia de tifo. O Sr. Dr. Robert Avé Lallemant, de Lübeck, que fora médico prático no Rio de Janeiro durante anos, e que, depois de ser obrigado a participar como subalterno de uma expedição da fragata austríaca *Novara* (que acabou tendo de abandonar, na volta ao Brasil) havia visitado alguns distritos coloniais com uma subvenção bastante substancial do governo imperial brasileiro, foi a Filadélfia e a Santa Clara, durante essa epidemia. Por todo o caminho, incitou (segundo declarações oficiais dos envolvidos) a revolta dos colonos contra a administração, prometeu tirá-los dali e encaminhá-los às províncias do Sul, onde montanhas de ouro os esperavam. Por iniciativa sua, um navio de guerra do Império brasileiro levou uma parte deles para o Rio. O produto dessa viagem do Senhor Dr. Robert Avé Lallemant foi um livreto intitulado *No Mucuri, uma história da selva do Brasil, etc.*, que foi muito comentado e citado na imprensa diária alemã. Que fique bem claro aqui que essa brochura é a expressão da

<sup>93</sup>(RBM) Robert Christian Berthold Avé-Lallemant nasceu em Lubeck em 1812 e faleceu na mesma cidade em 1884. Estudou em Berlim, Paris e Kiel, onde se doutorou em medicina em 1837. Mudou-se para o Rio de Janeiro por volta de 1838 e aí clinicou por cerca de dezessete anos, até 1855. De volta à Europa engajou-se na fragata *Novara* em 1857, mas abandonou essa expedição e retornou ao Rio. De fevereiro a outubro de 1858 excursionou pelo sul do Brasil e pelo Uruguai, passando pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Em novembro desse mesmo ano partiu para a Bahia e, de janeiro a março de 1859, visitou toda a região do Mucuri, indo até Filadélfia. Ainda em 1859 visitou as províncias de Alagoas, Sergipe, Pernambuco, Pará e Amazonas e retornou à Alemanha. Segundo Oscar Canstatt, suas duas publicações sobre a colonização do Mucuri – *Am Mucury. Eine Waldgeschichte zur Erklärung, Warnung und Strafe für alle die es angeht* (Hamburgo, 1859) e *Berichte betreffend die Mucury-Kolonie, u.s.w.* (Hamburgo, 1859), foram os principais responsáveis pela promulgação do Edito de Heydt, que restringiu a emigração alemã para o Brasil. Avé-Lallemant publicou outras obras sobre o Brasil, das quais as mais importantes são *Reise durch Südbrasiliien im Jahre 1858* (2 vols., Leipzig, 1859) e *Reise durch Nordbrasiliien* (2 vols., Leipzig, 1860), ambos traduzidos para o português. Veja Oscar Canstatt, *Repertório Crítico da Literatura Teuto-Brasileira*, pp.85-87. Tschudi, que visitou Filadélfia e o projeto Mucuri em fevereiro de 1858, chocou-se frontalmente com Avé-Lallemant, a quem acusava de sensacionalista, caluniador e até de impostor. Suas opiniões sobre a colonização do Mucuri e sobre Teófilo Ottoni podem ser encontradas no capítulo 4 do segundo volume de suas *Reisen durch Südamerika* e no relatório *Bericht des schweizerischen ausserordentlichen Gesandten* (Rio de Janeiro, 1860).

mais odiosa parcialidade, que enxovalha um homem honrado como é o Senhor Teófilo Benedito Ottoni, da maneira mais revoltante<sup>93</sup>.

A partir dessa época, a colônia entrou em decadência e a imigração estancou. Muitos colonos, que se encontravam em boas condições no Rio de Todos os Santos, acreditaram nas promessas inescrupulosas e abandonaram a colônia para irem morrer de febre amarela ou se tornarem mendigos no Rio de Janeiro.

Em 1861, o governo brasileiro assumiu o controle da colônia da Companhia do Mucuri e atualmente ela está sob a direção de um alemão muito capaz; mas seu principal objetivo se perdeu: a estrada para Minas foi deixada de lado, e a navegação de vapores no Mucuri é quase nula.

Durante sete anos, enquanto Ottoni foi diretor da colônia, os botocudos não fizeram um único ataque realmente agressivo aos colonos; mantendo relações de amizade com eles, ou, pelo menos, abstendo-se de qualquer hostilidade. Quando porém, em consequência do ocorrido em 1859, a colônia foi-se despovoando cada vez mais e Ottoni foi afastado da direção, mudou a atitude de uma parte considerável dos índios, que passou a ser decididamente hostil. No ano de 1861, chegou-se a confrontos: um grande número de colonos e outras pessoas (entre as quais uma família portuguesa de nove membros) foi assassinado, e a segurança de toda a colônia ficou extremamente ameaçada.

Sob a direção de Ottoni, os comerciantes de Minas Novas podiam receber suas mercadorias do Rio de Janeiro num prazo de 26 a 30 dias, enquanto, por terra, eram necessários até 130 dias. Agora os tropeiros já quase não ousam atravessar com suas mulas o caminho inseguro das matas. Antes, uma grande parte da comarca do Jequitinhonha se abastecia de sal em Filadélfia, onde a companhia mantinha um depósito, que agora também não existe mais. O tráfego de mercadorias está bloqueado e as colônias do Mucuri estão praticamente isoladas no interior. Os colonos podiam, então, vender o excedente de sua produção aos tropeiros e, com o dinheiro recebido, custear outras necessidades. Hoje a maioria deles produz um excesso de alimentos, mas não tem nenhuma possibilidade de comercializá-los.

Não há como negar que a situação anterior das colônias padecia de diversos problemas, mas esses seriam serenamente resolvidos se elas não tivessem sido atacadas de modo perfido e inescrupuloso. De qualquer modo, reerguer esses núcleos será uma tarefa muito difícil para o governo imperial, que só lhes poderá oferecer perspec-

tivas favoráveis quando, com pequenas modificações, tentar executar o programa da extinta Companhia do Mucuri.

## DIVISÃO POLÍTICA

A província de Minas Gerais se divide, por efeito da *Lei Mineira nº 719*, em 18 comarcas e 52 municípios, com mais de 200 freguesias<sup>94</sup>. O número destas últimas se altera quase todos os anos, à medida em que novas paróquias são criadas pela Assembleia Provincial. Cada comarca é subordinada a um *juiz de direito* e tem um *promotor público*. O juiz de direito deve sempre ser um advogado formado, portador de um diploma de doutor. Os municípios têm como autoridade superior um *juiz municipal*, que em geral ocupa também o posto de *juiz dos órfãos*, e um *delegado de polícia*. As freguesias têm quatro *juízes de paz* e um *subdelegado de polícia*, apoiado por um número correspondente de *inspetores de quarteirão*. Os delegados e subdelegados são subordinados ao *Chefe de Polícia*, que tem seu assento na capital e é subordinado ao Presidente da Província.

As cidades têm uma *câmara municipal* composta de nove vereadores e igual número de suplentes. A câmara das vilas conta com apenas sete vereadores e sete suplentes. Cidades grandes são divididas em diversas circunscrições judiciais (varas).

A sede de uma comarca tem, para sua própria administração e para as funções policial e civil, os seguintes funcionários: um conselho com nove membros e nove suplentes, e um fiscal com um suplente para cada distrito de seu território. Além destes, ela tem um *juiz de direito* (cujo suplente é normalmente o *juiz municipal*); um *promotor público*; um *juiz municipal* e um *juiz de órfãos*, cada um com seis suplentes; um *delegado* com seis suplentes; um *subdelegado* com seis suplentes, quatro *juízes de paz* com os secretários correspondentes; e um *inspetor* para cada quarteirão. Essa or-

<sup>94</sup>(RBM) Tschudi lista corretamente as comarcas e termos constantes da lei nº 719, de 16 de maio de 1855. Quando o texto foi publicado, entretanto, essa divisão já estava superada pela lei nº 946, de 6 de junho de 1858, que criou as novas comarcas do Rio Pomba (com os municípios de Pomba, Leopoldina, e Mar de Espanha) e do Rio Pardo (com os municípios de Rio Pardo e Grão Mogol), e transferiu municípios entre comarcas. Sua listagem de comarcas e termos contém os 52 municípios da lei 719 e, mais adiante, ao registrar as localidades mais destacadas da província, lista 53 municípios (acrescenta Rio Preto, elevada a vila em 11/7/1857 mas, apesar de mencionar Bagagem já como vila, deixa de incluí-la como tal na listagem). Os dois arrolamentos são incompletos, pois deixam de registrar as vilas de Santa Luzia, Ponte Nova, Vila Formosa e Guaicu, existentes à época da publicação do texto.

ganização é a mesma em todo o Brasil.

Segue-se a enumeração das dezoito comarcas da província de Minas Gerais com os respectivos *municípios*, listados por ordem de população<sup>95</sup>, já que não existem, até o momento, dados sobre as suas áreas:

COMARCAS E MUNICÍPIOS	HABITANTES
I. Comarca do Jequitinhonha .....	108.000
1. Minas Novas .....	72.000
2. Rio Pardo .....	17.000
3. Grão Mogol .....	19.000
II. Comarca do Piracicaba .....	105.000
1. Mariana .....	50.000
2. Santa Bárbara .....	24.000
3. Itabira .....	31.000
III. Comarca do Serro do Frio .....	99.000
1. Serro .....	41.000
2. Conceição .....	34.000
3. Diamantina .....	24.000
IV. Comarca do Rio das Velhas .....	92.000
1. Sabará .....	50.000
2. Caeté .....	15.000
3. Curvelo .....	27.000
V. Comarca do Muriaé .....	88.000
1. Leopoldina .....	23.000
2. Mar de Espanha .....	19.000
3. São Januário de Ubá .....	32.000

<sup>95</sup>(Tschudi) Com relação a esses dados, me baseei no Relatório já citado do Presidente Vasconcelos, levando em conta o que já foi comentado acima sobre os mesmos. Embora não possam ter nenhuma pretensão à precisão, eles oferecem uma imagem aproximada da situação populacional das diversas partes da província. Preferi arredondar o número de habitantes para não induzir a erro pelo detalhe excessivo.

4. Muriaé .....	14.000
<b>VI. Comarca de Ouro Preto .....</b>	<b>81.000</b>
1. Ouro Preto .....	34.000
2. Queluz .....	24.000
3. Piranga .....	23.000
<b>VII. Comarca do Rio das Mortes .....</b>	<b>69.000</b>
1. São João del Rei .....	26.000
2. São José .....	16.500
3. Oliveira .....	26.500
<b>VIII. Comarca do Sapucaí .....</b>	<b>65.000</b>
1. Passos .....	19.000
2. Jacuí .....	14.000
3. Caldas .....	32.000
<b>IX. Comarca de Jaguari .....</b>	<b>65.000</b>
1. Jaguari .....	12.000
2. Pouso Alegre .....	37.500
3. Itajubá .....	15.500
<b>X. Comarca de Baependi .....</b>	<b>60.000</b>
1. Baependi .....	29.500
2. Aiuruoca .....	19.500
3. Cristina .....	11.000
<b>XI. Comarca do Rio Verde .....</b>	<b>59.000</b>
1. Campanha .....	27.000
2. Três Pontas .....	18.500
3. Lavras .....	13.500
<b>XII. Comarca do Paraibuna .....</b>	<b>58.500</b>
1. Barbacena .....	18.500
2. Pomba .....	21.500
3. Santo Antonio do Paraibuna .....	18.500

XIII. Comarca do Indaiá .....	57,000
1. Bonfim .....	19.000
2. Pitangui .....	28.000
3. Dores .....	10.000
XIV. Comarca do São Francisco .....	54.000
1. Montes Claros das Formigas .....	32,000
2. Januária .....	14.000
3. São Romão .....	8.000
XV. Comarca do Rio Grande .....	52,000
1. Tamanduá .....	25.000
2. Formiga .....	15.000
3. Pium-ÍI .....	2.000
XVI. Comarca do Paranaíba .....	50.000
1. Araxá .....	16.000
2. Patrocínio .....	34.000
XVII. Comarca do Paracatu .....	37,000
Paracatu .....	37.000
XVIII. Comarca do Paraná .....	29.000
1. Desemboque .....	8.000
2. Uberaba .....	13.000
3. Prata .....	8.000

## DIVISÃO ECLESIÁSTICA

Nada menos de sete dioceses dividem entre si as freguesias da província de Minas Gerais: o arcebispado da Bahia, e os bispados de Pernambuco, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Mariana e Diamantina. Duas dessas dioceses, o velho bispado de Mariana e a recente diocese de Diamantina, compõem-se exclusivamente de paróquias da província. Embora esta última diocese já tenha sido criada por decreto há

seis anos, já esteja demarcada, e tenha um titular já nomeado, até hoje não se tornou realidade; pois seu bispo ainda mora no Rio de Janeiro, sem ter assumido suas funções, estando os assuntos diocesanos a cargo do bispo de Mariana. Essa estranha situação provavelmente se deve à questão, ainda não resolvida, de quem deverá arcar com as despesas da nova sede episcopal da cidade de Diamantina.

À arquidiocese da Bahia pertencem 23 freguesias do norte de Minas, muitas das quais foram transferidas para o bispado de Diamantina. À de Pernambuco estão subordinadas cinco freguesias dos municípios de Dores do Indaiá, São Romão, Januária e Paracatu. Ao bispado de São Paulo são atribuídas 22 paróquias dos municípios de Pouso Alegre, Itajubá, Jaguari, Campanha, Jacuí, Caldas e Passos. A diocese do Rio de Janeiro conta com oito paróquias do município de Mar de Espanha, e a de Goiás com onze freguesias dos municípios de Araxá, Uberaba, Patrocínio e Desemboque.

## DIVISÃO ELEITORAL

A província de Minas Gerais elege, de acordo com a Lei Eleitoral de 1855, trinta membros para a *Assembléia Geral do Império*, o maior número de representantes de todas as províncias do país. A segunda província em número de representantes é a Bahia, que tem apenas vinte e um. Desses trinta, dez são senadores e vinte são deputados para a câmara baixa. Para cada senador, os eleitores votam apenas uma lista tríplice, da qual o imperador escolhe a pessoa que mais lhe agrada. Os deputados são eleitos por delegados escolhidos pelo eleitorado. Para a *Assembléia Legislativa Provincial* a província elege quarenta representantes, que formam uma única câmara.

Antes a província era dividida em vinte zonas eleitorais. Na décima legislatura, preocupado com a possibilidade de cair, o ministério Ferraz impôs a uma dócil Assembléia Geral uma nova legislação eleitoral, que divergia das anteriores (de 19 de agosto de 1846, e de 9 de setembro de 1855) em pontos essenciais. Apesar disto esse ministério foi derrubado antes mesmo da abertura das sessões, pois, a despeito de todas as suas maquinações, as novas eleições não lhe foram favoráveis. A nova legislação, de 18 de agosto de 1860, dividiu as províncias em nove zonas eleitorais, cuja inu-

sitada demarcação não se deve a um critério racional, mas tão somente a conchavos.

Minas Gerais, que antes se compunha de vinte distritos eleitorais, foi, através do Decreto nº 2.636, de 5 de setembro de 1860, dividida em sete distritos. O primeiro tem sede na capital provincial, Ouro Preto, o segundo na cidade de Sabará, o terceiro na cidade de Barbacena, o quarto na cidade de São João del Rei, o quinto na cidade de Campanha, o sexto na cidade do Serro, e o sétimo na cidade de Montes Claros das Formigas. Cada um dos seis primeiros distritos elege três deputados para a câmara baixa da Assembléia Imperial, e seis deputados para a Assembléia Provincial. O sétimo elege dois deputados para a geral, e quatro para a provincial.

## FORÇA MILITAR

Além da *Guarda Nacional*, à qual todo cidadão entre 18 e 60 anos, que possua uma renda de, no mínimo, 100 milréis, tem de servir, Minas Gerais tem também um grande número de militares regulares. As forças regulares se compõem de uma guarnição fixa de 300 a 400 homens, e três companhias de infantaria, ou pedestres, que, se completas, devem contar com 82 homens cada uma, embora os efetivos estejam sempre notadamente abaixo desse número.

O policiamento está a cargo do *Corpo Policial*. De acordo com a Lei Provincial de 8 de junho de 1858, essa corporação deve compor-se de 601 homens, mas também aqui os efetivos são bem inferiores ao estabelecido (em 1860 o Corpo Policial contava com 459 homens, um quarto dos quais montados).

## FINANÇAS

Para o ano financeiro de 1860 a 1861, o orçamento da receita montou a 976.910.000 réis e o da despesa a 1.163.314.672 réis; apresentando portanto, um déficit de 186.404.672 réis. A maior receita da província vem de sua parte sul e consiste no imposto sobre a exportação de café, que somou 158.130.354 réis no ano de 1858 a 1859. Além do café, são também taxadas em 3 e 6 por cento as exportações de artigos industriais<sup>96</sup>. Afora esses impostos, os seguintes tributos contribuem significativamente para a receita da província: impostos sobre vendas, engenhos, escravos, pedágios de rios, taxas de venda de escravos, empréstimos, pedágios de estradas, reposição de direitos, taxa de 5 por cento sobre os salários dos funcionários públicos da província, emolumentos das Secretárias, da Assembléia Provincial e da Coletoria; novos e velhos direitos, impostos sobre a mineração e 5 milréis de imposto sobre a importação de cada besta nova.

O empréstimo mineiro montou, no decurso do ano financeiro de 1858 a 1859, a 548.000.000 réis. Foi paga até essa época, em juros, amortização, comissão de agentes, selos e títulos de câmbio, a soma de 1.249.564.245 réis.

A dívida ativa da província atingia, no mesmo período, 270.051.783 réis, dos quais 71.930.079 réis (portanto cerca de um quarto) considerados irrecuperáveis:

---

<sup>96</sup>(RBM) A principal fonte de receita da província era o imposto sobre exportação, cuja estrutura foi fixada pela lei nº 154, de 9 de abril de 1839, e sofreu apenas alterações marginais até o final do império. Essa lei estabeleceu duas grandes categorias de produtos: os *gêneros manufaturados*, que eram taxados em 3 porcento do valor fixado por uma pauta oficial, e os *gêneros de produção e criação*, taxados em 6 porcento. Na época relatada por Tschudi, o café constituiu uma categoria especial, taxada em 4 porcento até o exercício de 1859-60, e em 3,5 porcento no exercício de 1860-61.

## AS LOCALIDADES MAIS DESTACADAS DA PROVÍNCIA

Resta-nos apenas dar algumas informações gerais sobre as localidades. As comarcas aparecem na ordem em que são comumente enumeradas nos documentos oficiais da província<sup>97</sup>.

### I. COMARCA DE OURO PRETO

**1. Município de Ouro Preto.** Nas cabeceiras do Rio das Velhas, na Serra do Espinhaço. É uma região montanhosa, bastante fria no inverno, com pouca agricultura e pecuária. Em tempos passados, tinha minas muito importantes.

#### *Centro principal:*

• **Ouro Preto**, capital da província. Situa-se a 20° 24'6" lat. S. e 0°16' 54" long. O. do Pão de Açúcar na Baía do Rio de Janeiro (Halfeld), ou a 45° 51' 37" long. O. de Paris. Ouro Preto foi fundada por mineradores de ouro, por volta de 1699, e teve esse nome até 1711, ano em que o arraial foi elevado a vila, com a denominação de Vila Rica. Dom Pedro I outorgou-lhe, em 1822, o título e as prerrogativas de cidade, que nessa ocasião recobrou o nome original de Ouro Preto. Como as primeiras casas foram construídas junto às minas, em morros muito íngremes, e as outras foram sendo paulatinamente acrescentadas a elas, formou-se uma povoação das mais irregulares, com ruas muito mal calçadas, de quebrar o pescoço. Das dezoito igrejas e capelas da cidade, as mais notáveis são as de Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Carmo e São Francisco de Assis. O palácio do governo é um prédio simples e pesado, à feição de um castelo. Sua altitude é estimada em 3.710 pés acima do nível do mar. Muito mais bonita é a Casa da Câmara, situada na mesma praça (Largo do Palácio); e há chafarizes públicos em bom número (dos quais o mais belo fica nesse mesmo largo), que fornecem água de boa qualidade para a ci-

<sup>97</sup> (RBM) As informações de Tschudi sobre os municípios da província contêm muitos erros (sobre as datas de criação, denominações, etc.) devidos a uma evidente falta de informação sobre o final dos anos 50 e o início dos anos 60 e, sobretudo, à intensa utilização do *Dictionnaire de Milliet de Saint-Adolphe* como fonte. Vários dos equívocos de Tschudi são reproduções de erros que só se encontram em Saint-Adolphe. Não fiz uma verificação sistemática da listagem e das informações referentes às freguesias, mas um exame superficial indica que Tschudi comete alguns erros também nesse aspecto. A correspondência entre os topônimos do texto e as denominações atuais pode ser encontrada, por exemplo, em Waldemar de Almeida Barbosa, *Dicionário Histórico - Geográfico de Minas Gerais*.

dade. As escolas deixam muito a desejar, assim como o hospital. O teatro, um prédio sem qualquer atrativo, fica às vezes fechado o ano inteiro por falta de empresários e de atores. Por uma lei provincial de 1833 foi estabelecido, a uma distância de quase meia hora de Ouro Preto, um Jardim Botânico, no qual se cultiva principalmente o chá e pratica-se a apicultura. Em 1860, havia nele 24 escravos adultos e 12 crianças. Ao sul da cidade fica o Itacolomi, cuja altura é calculada em 5.368 pés franceses. A população da cidade de Ouro Preto é de 6 mil almas.

#### ***Freguesias:***

- **São Bartolomeu**, a cerca de duas léguas a nordeste de Ouro Preto, com aproximadamente 2 mil habitantes.
- **Casa Branca**, a três léguas a nordeste de Ouro Preto, a 3.400 pés acima do nível do mar (v. Eschwege), com cerca de mil habitantes.
- **Cachoeira do Campo**, a quatro léguas a oeste de Ouro Preto. A ela pertenciam antigamente as duas freguesias acima. O Rei D. João VI queria erigir aqui uma escola de agronomia, em uma propriedade rural pertencente ao governo e usada pelos primeiros governadores. Dom Pedro I tentou levar adiante esse plano, mas, sem sucesso, voltou sua atenção para uma coudelaria, para a qual chegou a enviar garanhões nobres importados da Europa. Por inércia e má administração foi-se tudo por água abaixo. Tem cerca de 4 mil habitantes.
- **Itabira do Campo**<sup>98</sup>, a sete léguas a nordeste da capital, elevada a vila por decreto de 1838. Tem 3.500 habitantes e algumas minas de ouro pouco significativas.
- **Congonhas do Campo**, no vale do Rio Paraopeba; com 4 mil habitantes e algumas fábricas de ferro.
- **Ouro Branco**, a cinco léguas de Ouro Preto, ao pé da serra do mesmo nome. Tem 2 mil habitantes; muito bôcio; e minas de ouro irrelevantes.
- **Antônio Pereira**, a nor-nordeste da capital; com oitocentos a mil habitantes. No passado tinha minas de ouro importantes, de onde ainda hoje se obtém algum metal. Tem algumas fábricas de ferro.
- **Rio das Pedras**, a noroeste de Ouro Preto; com mil habitantes e minas sem

---

<sup>98</sup>(RBM) Itabira do Campo, atual Itabirito, só foi elevada a município em 1923. Esse é um erro de Saint-Adolphe repetido por Tschudi.

importância.

- **Piedade do Paraopeba**, a quatorze léguas a noroeste de Ouro Preto; com aproximadamente 3 mil habitantes.

**2. Município de Queluz**, no vale do Rio Paraopeba. É uma região de campos, é tem pecuária, alguma agricultura e mineração.

***Centro principal:***

- **Vila de Queluz**, fundada em 1700, elevada em 1709 a freguesia e, em 1791, a vila. Conta com três igrejas (Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora do Carmo, e Santo Antônio). A freguesia, tem cerca de 6 mil habitantes e fica a 3.180 pés acima do nível do mar (v. Eschwege).

***Freguesias:***

- **Itaverava**, a três léguas a leste de Queluz; fundada em 1797 por mineradores. Tem 5 mil habitantes; mineração e agricultura.
- **Catas Altas da Noruega**, a cinco léguas a leste de Queluz. Tem 4.200 habitantes; e alguma mineração.
- **Brumado**, a seis léguas a oeste-sudoeste de Queluz; com aproximadamente 3 mil habitantes.
- **Suaçuí**, a quatro léguas a oeste de Queluz; com 2.800 habitantes.

**3. Município de Piranga**, no vale do Rio Piranga, o afluente mais a sudoeste do Rio Doce; na passagem da zona dos campos à região das matas. Agricultura de alimentos para consumo local e tabaco para exportação.

***Centro principal:***

- **Vila de Guarapiranga**, elevada a vila em 1841; tem cerca de 4 mil habitantes.

*Freguesias:*

- **Barra do Bacalhau**, a nordeste de Piranga, no Rio Piranga, com cerca 4 mil habitantes.
- **Espera**, no ribeirão do mesmo nome, a sudoeste de Piranga; com 3.600 habitantes.
- **Dores do Turvo**, na mesma direção de Espera com relação a Piranga, mas duas léguas mais distante; com 4.500 habitantes.
- **São José do Xopotó**, ao sul de Piranga, na nascente do rio de mesmo nome, um dos mais longínquos afluentes do Rio Doce. A localidade era denominada antigamente Porto das Canoas; e tem 4.600 habitantes.

**II. COMARCA DO PIRACICABA**

- 1. Município de Mariana**, na cabeceira do Rio Piracicaba, às margens do Ribeirão do Carmo. É formado em parte por montanhas, em parte por campos, passando a matas. Tem mineração, pecuária e agricultura.

*Centro principal:*

- **Cidade de Mariana**, fundada nos primeiros anos do século XVIII por paulistas em busca de ouro, elevada a vila em 1711, com o nome de Vila Real do Ribeirão do Carmo, e a cidade em 1745, por decreto de D. João V, razão pela qual recebeu o nome de sua esposa. No mesmo ano foi criada ali uma diocese para a província de Minas e uma parte das províncias vizinhas. Duas léguas distante da capital da província, menor, mas mais regularmente construída do que aquela, tem numerosas igrejas, o Palácio do Bispo, um seminário de padres, um pensionato religioso para moças, e um hospital. Conta 5 mil habitantes.

*Freguesias:*

- **Sumidouro**, a duas léguas a leste-sudeste de Mariana; tem alguma mineração e 2 mil habitantes.

- **Cachoeira do Brumado**, a cinco léguas a leste-sudeste de Mariana. Tem 5.800 habitantes; criação de gado bovino e eqüino, e fabricação de louça bastante fina.
- **São Caetano**, a três léguas a nordeste de Mariana; tem minas esgotadas; pecuária; e tropeiros.
- **São Sebastião**, a légua e meia a leste-nordeste de Mariana; com mineração sem importância; preparação de capim para estofamento de albardas; e mil habitantes.
- **Infacionado**, a quatro léguas e meia de Mariana; tem mineração insignificante; agricultura; alguma cana de açúcar e 2 mil habitantes.
- **Camargos**, a duas léguas e meia de Mariana. No passado, havia minas muito ricas, agora não mais compensadoras. Tem cultivo de chá; alguma fabricação de ferro e 1.100 habitantes.
- **Paulo Moreira**, uma das freguesias mais distantes, a nordeste de Mariana. Tinha plantação de café lucrativa, abandonada devido à dificuldade de transporte; hoje tem apicultura; selaria e 4 mil habitantes.
- **Saúde**, a nordeste de Mariana; com agricultura e 3 mil habitantes.
- **Furquim**, a cinco léguas a leste de Mariana, no Ribeirão do Carmo. Tem mineração, agricultura; e 3 mil habitantes.
- **Barra Longa**, a sete léguas e meia a leste-nordeste de Mariana. É uma freguesia considerável, com 6 mil habitantes que se dedicam quase na totalidade à agricultura.
- **Ponte Nova**<sup>99</sup>, a nove léguas a leste-sudeste de Mariana. Tem agricultura (café, chá, anil); exportação de madeira e 3.800 habitantes.
- **Pedra do Anta**, freguesia considerável a sudeste de Mariana; com agricultura, pecuária e 6.500 habitantes.
- **Abre Campo**, no Rio Santana, vinte léguas a leste de Mariana. Tem cana-de-açúcar; criação de suínos e exporta anualmente cerca de 2 mil zentner de toucinho.

**2. Município de Santa Bárbara**, ao norte do município acima. É uma região de montanhas bastante accidentada, com vales férteis. Tem mineração, agricul-

---

<sup>99</sup>(RBM) Tschudi erra ao listar Ponte Nova como freguesia, pois já havia sido elevada a vila desde 11/7/1857.

tura e pecuária.

***Centro principal:***

- **Vila de Santa Bárbara**, fundada no início do século passado. Tinha outra importantes lavagens de ouro, agora praticamente esgotadas. Tem cinco igrejas; fabricação de velas e 4.700 habitantes.

***Freguesias:***

- **São Gonçalo do Rio Abaixo**, a três léguas a nordeste de Santa Bárbara. Tem agricultura e pecuária, e 3.500 habitantes.

- **São João Batista do Morro Grande**, a duas léguas a oeste de Santa Bárbara. No passado havia muita mineração e uma guarnição militar, ambas abandonadas agora. Tem agricultura; e 6.800 habitantes.

- **São Miguel do Piracicaba**, freguesia muito importante, a três léguas e meia de Santa Bárbara, na margem esquerda do Rio Piracicaba. Tem agricultura significativa e 3.500 habitantes.

- **Catas Altas do Mato Dentro**, a duas léguas de Santa Bárbara. Tem mineração de ferro e ouro; pecuária e 2.800 habitantes.

- **São Domingos do Prata**, a leste-nordeste de Santa Bárbara, no Rio da Prata. Tem pecuária e 3.500 habitantes.

**3. Município de Itabira**, grande município às margens do Rio Piracicaba e do Rio Doce, com solo fértil de matas; ouro, ferro e agricultura.

***Centro principal:***

- **Itabira do Mato Dentro**, fundada em 1720. É uma localidade bastante grande, cujos habitantes se dedicam em parte ao comércio, em parte à mineração de ferro e ouro, ou se ocupam da agricultura. A cidade tem cerca de 4 mil moradores e a freguesia entre 14 e 15 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Santana dos Ferros**, a nove léguas a nor-nordeste de Itabira. Tem fabricação de ferro e 3.500 habitantes.
- **Joanésia**, a nordeste de Itabira, como a anterior, situada às margens do Rio Santo Antônio, afluente importante do Rio Doce. Tem 2 mil habitantes.
- **Antônio Dias Abaixo**, a oito léguas a leste de Itabira. Suas lavagens de ouro antes eram importantes, hoje estão esgotadas. Tem pecuária; agricultura e 2 mil habitantes.
- **Santana do Alfiê**, a sudeste de Itabira, entre o Rio Piracicaba e o Rio Doce, antes pertencia à anterior. Tem agricultura; e 4 mil habitantes.
- **São José da Lagoa**, a sudeste de Itabira; com agricultura e 3 mil habitantes.
- **Cuieté**, pequena freguesia, distante cerca de trinta léguas de Itabira, nas matas do Rio Doce, à beira da estrada que vai do Espírito Santo a Minas Gerais. Tem 5 mil habitantes, na maioria índios.

**III. COMARCA DO RIO DAS VELHAS**

1. **Município de Sabará**, no Rio das Velhas; com montanhas, campos e matas. Tem mineração, pecuária, agricultura e indústria (tecido grosseiro de algodão).

***Centro principal:***

- **Sabará**, fundada no ano de 1700 pelo bandeirante Manoel Borba Gato, foi elevada a vila com o nome de Vila Real de Sabará em 1711, e a cidade em 1843, com o predicado de "fidelíssima". Fica a 2.156 pés acima do nível do mar e divide-se em duas partes, a Vila Velha e a Vila Nova da Barra. Tem cinco igrejas; três pontes e prédios municipais sem atrativos. Há um bom colégio particular para meninos (Emulação Sabarense), que recebe um subsídio anual da província de um conto de réis; e um hospital. Tem agricultura; mineração de ouro; e alguma indústria: tecidos de algodão, cur-

tume, e selaria. Conta 6 mil habitantes.

**Freguesias:**

- **Lapa**, a três léguas a este-nordeste de Sabará. Tem mil habitantes.
- **Santo Antonio do Rio Acima**, antes pertencente a Raposos, a quatro léguas ao sul de Sabará. No passado tinha mineração significativa, hoje a população é totalmente miserável.
- **Raposos**, a uma léguas e meia ao sul de Sabará. Produz milho, feijão e cana-de-acúcar, da qual se faz aguardente.
- **Congonhas do Sabará**, a duas léguas ao sul de Sabará, conhecida pelas importantes minas de ouro que uma companhia inglesa explora no vizinho Morro Velho. Tem 1.700 habitantes,
- **Santa Luzia**<sup>100</sup>, a três léguas a nor-nordeste de Sabará, na margem direita do Rio Cuaicuí ou Rio das Velhas. Tem agricultura; pecuária e um pouco de mineração. Compreende de 4 a 5 mil habitantes, dos quais 1.600 na vila. É conhecida em todo o Brasil graças aos combates entre o Partido Liberal e as tropas do governo, no ano de 1842, que culminaram com a derrota do primeiro. Por causa dessa localidade os liberais são denominados Luzias no Brasil.
- **Curral del Rei**, a duas léguas e meia a oeste de Sabará; com 4 mil habitantes.
- **Contagem**, antes pertencente à freguesia anterior; tem cerca de 2 mil habitantes.
- **Betim**<sup>101</sup>, como a anterior, antes pertencente ao Curral del Rei. Tem pecuária; e 5.500 habitantes.
- **Matozinhos**, a nor-noroeste de Sabará, é uma freguesia considerável, de cerca de 8 mil habitantes. Tem pecuária e agricultura.
- **Lagoa Santa**, a quatro léguas ao norte de Sabará, às margens da lagoa de mesmo nome. Em suas cercanias há cavernas de calcário em que foram encontrados ossos de animais fósseis altamente interessantes. É a residência do famoso naturalista dinamarquês Dr. Lund; e tem 3.800 habitantes.
- **Santa Quitéria**, a nove léguas a oes-noroeste de Sabará; tem pecuária e

<sup>100</sup>(RBM) Santa Luzia foi elevada a vila em 1847, suprimida em 1850 e restaurada em 30/4/1856. Apesar de falar em vila no corpo do verbete, Tschudi a lista como freguesia no município de Sabará.

<sup>101</sup>(Tschudi) No mapa aparece com o nome de *Capela Nova*.

agricultura.

- **Sete Lagoas**, a onze lèguas a noroeste de Sabará, antes pertencente a Santa Quitéria. Tem alguma agricultura, e cerca de 3.200 habitantes.

- 3. **Município de Caeté**, compõem-se de matas em terreno montanhoso, na vertente oeste da Serra do Espinhaço. Tem mineração e pecuária.

*Centro principal:*

- **Vila de Caeté**, fundada no ano de 1701 pelo paulista Leonardo Nardez, recebeu em 1714 o título de Vila Nova da Rainha. É uma vila de traçado regular com três igrejas, e um hospital. No século passado havia ricas lavagens de ouro, que hoje estão quase esgotadas. Tem 6 mil habitantes.

*Freguesias:*

- **Roças Novas**, a três lèguas ao norte de Caeté, com 3.500 habitantes.
- **Taquaraçu**, a quatro lèguas e meia ao norte de Caeté, com 5 mil habitantes.

- 3. **Município de Curvelo**, grande município no Rio das Velhas. Tem solo muito fértil; agricultura, especialmente cana-de-açúcar; e pecuária.

*Centro principal:*

- **Vila de Curvelo**, batizada com o nome de um dos primeiros habitantes, Antônio José da Silva Curvelo. O povoado em si tem cerca de 2 mil moradores e a freguesia tem mais de 13 mil habitantes.

*Freguesias:*

- **Tabuleiro Grande**, a cerca de dez lèguas ao sul de Curvelo; leva também o

nome de Tabacão, e tem mais de 6 mil habitantes.

• **Traíras**, na margem direita do Rio das Velhas, a aproximadamente nove léguas a sudeste de Curvelo. Tem 3.500 habitantes. A este município pertence ainda a metade da freguesia de Nossa Senhora da Barra do Rio das Velhas<sup>102</sup>.

#### IV. COMARCA DO SERRO DO FRIO

**1. Município do Serro**, na vertente leste da Serra do Espinhaço, no vale do Rio Suaçuí Grande. Compõem-se de montanhas íngremes, região de campos, e, a leste, férteis baixadas cobertas de florestas. Tem diamantes, ouro, ferro; agricultura (cana-de-açúcar, milho, feijão, algodão), e pecuária.

##### *Centro principal:*

• **Cidade do Serro**, fundada em princípios do século passado, foi elevada a vila em 1714, com o nome de Vila do Príncipe, e recebeu, no ano de 1839, o título e os privilégios de cidade, passando a se chamar Cidade do Serro. Tem ruas de traçado irregular, seis igrejas, e um hospital. No passado havia ricas lavras de ouro, que hoje só fornecem uma produção mínima. Há diamantes em sua vizinhança e os terrenos são férteis. Berço da família Ottóni. A cidade mal conta com 5 mil habitantes, e a freguesia tem quatro vezes esse número.

##### *Freguesias:*

• **São Sebastião de Correntes**, a leste do Serro, no rio de mesmo nome, um afluente norte do Rio Doce. Tem terrenos férteis, e 6 mil habitantes.

• **Rio Vermelho**, cerca de doze léguas a nordeste do Serro. Tem solo muito fértil; muita agricultura; bom tabaco e 4 mil habitantes.

• **São José do Jacuri**, a dezoito léguas a leste-nordeste do Serro, no rio de mesmo nome, um afluente noroeste do Rio Suaçuí Grande. Tem agricultura, e 3 mil habi-

---

<sup>102</sup>(RBM) O nome dessa freguesia era Nossa Senhora do Bonsucesso e Almas da Barra do Rio das Velhas.

tantes.

• **Santo Antonio do Peçanha**, a vinte léguas a leste do Serro. Em tempos passados era moradia de diversas tribos de índios selvagens que, há algumas décadas, se extinguiram ou abandonaram a localidade, em consequência de epidemias de varíola. O arraial tem cerca de mil moradores, e a freguesia tem mais de 4 mil habitantes.

**2. Município de Conceição**, ao sul do município acima, é composto de montanhas, campos e vales de florestas. Tem mineração, especialmente de ferro, curtumes, tecidos de algodão, agricultura e pecuária.

*Centro principal:*

• **Conceição do Mato Dentro**, antes tinha ricas minas de ouro, hoje muito decadentes. Tem alguma indústria de ferro. Esta localidade triste, meio deserta, não merece o nome de cidade com que foi honrada recentemente. Tem 2 mil moradores, e a freguesia tem 8 mil habitantes.

*Freguesias:*

• **Morro do Pilar ou de Gaspar Soares**, à cinco léguas ao sul de Conceição. É uma localidade em ruínas, com uma excelente usina siderúrgica que, há tempos, foi administrada de modo insensato por funcionários do governo, com grande prejuízo para o Estado.

• **São Miguel de Correntes**, a leste-nordeste de Conceição; com solo bastante fértil, e 6.800 habitantes.

**3. Município de Diamantina**, na cabeceira do Rio Jequitinhonha. Tem montanhas, campos e vales férteis; com famosas lavras de diamante, ouro, ferro e pecuária.

*Centro principal:*

• **Diamantina**<sup>103</sup>. Fundada na segunda década do século passado, era deno-

---

<sup>103</sup>(RBM) Outro erro decorrente da utilização de Saint-Adolphe: o Tejucó foi elevado a vila em 1831 e a cidade, com o nome de Diamantina, em 1838.

minada Tejuco. Foi elevada a cidade em 1832, com o nome de Diamantina; e tem traçado em anfiteatro, com ótimas casas, nove igrejas, e um hospital muito decadente. Fica a 4.026 pés acima do nível do mar e conta 12 mil habitantes. Tem comércio considerável; uma exportação média de diamantes de 1.500 a 1.700 contos de réis, hábeis ourives; alguma fabricação de produtos de couro; e alguma exportação de salitre.

***Freguesias:***

- **Gouveia**, a seis léguas a sudoeste de Diamantina; com 4 mil habitantes.
- **Rio Manso**, a cinco léguas de Diamantina. Nas cercanias há lavras de diamantes e de ouro. Tem muitíssimo bôcio, e 3.500 habitantes.
- **Rio Preto**, a sete léguas a nordeste de Diamantina. É uma região fértil; com muito bôcio, e 6 mil habitantes.
- **Curimataí**, a dez léguas a noroeste de Diamantina. Tem pecuária e agricultura.
- **Nossa Senhora da Penha**, a treze léguas a nordeste de Diamantina. É uma saudável localidade em uma região fértil, com agricultura forte e alguma indústria de ferro. Incluindo o arraial de Araçuaí<sup>104</sup>, essa freguesia conta com 6 mil habitantes.

**v. COMARCA DO JEQUITINHONHA**

**1. Município de Minas Novas**, situado em sua maior parte no vale do Rio Araçuaí, é principalmente uma região de campos, mas inclui também montanhas e vales com matas. Tem lavagens de diamantes e de ouro; pecuária, agricultura e indústria de algodão.

***Centro principal:***

- **Minas Novas**, fundada no ano de 1727 pelo paulista Sebastião Leme do Prado, era chamada a princípio de São Pedro do Fanado, nome do rio às margens do qual está situada. Em 1730 foi elevada a vila, com o nome de Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado e, em 1840, recebeu título e foros de cidade, com a denominação de Cidade de Minas Novas. Antes havia lavagens de ouro importantes, que hoje estão quase completamente esgotadas. A localidade possui nove igre-

---

<sup>104</sup>(RBM) Trata-se da antiga localidade de N.S. das Mercês do Araçuaí, no município de Diamantina, que já era freguesia desde 1843 e constitui, desde 1962, o município de Senador Modestino Gonçalves.

jas e capelas, um hospital e diversas escolas. O número de habitantes da paróquia é estimado em 15 mil, e o da cidade em um quinto desse número. Produz excelente algodão, que antigamente era exportado em grande quantidade, mas hoje a exportação é reduzida; sendo a maior parte tecida lá mesmo e exportada para a província do Rio de Janeiro.

***Freguesias:***

- **São João Batista**, grande paróquia quase a meio caminho entre Diamantina e Minas Novas. Tem solo pouco fértil e, consequentemente, mais pecuária que agricultura. Tem 10 mil habitantes.
- **Piedade**, a cinco léguas a sudoeste de Minas Novas. É uma região fértil, que produz cana-de-açúcar, milho, um pouco de trigo e bom algodão. Tem mais de 8 mil habitantes; mas a localidade propriamente dita não possui nem a metade.
- **Santa Cruz da Chapada**, a duas léguas a nordeste de Minas Novas. Havia, no passado, lavagens de ouro significativas, hoje esgotadas. Tem mais de 10 mil habitantes, mas a povoação em si conta com menos de 2 mil moradores.
- **Conceição da Água Suja**, cerca de seis léguas a nordeste de Minas Novas. É uma localidade importante; com lavagens de ouro, fino tecido de algodão, agricultura florescente, e 8 mil habitantes.
- **São Domingos**, a onze léguas a nordeste de Minas Novas. Tem uma forte agricultura com um clima favorável, e 9 a 10 mil habitantes.
- **Santo Antonio do Itinga**, a cerca de quinze léguas a nordeste de Minas Novas, na margem esquerda do Rio Jequitinhonha. Tem agricultura, pesca, e 4 mil habitantes.
- **São Miguel do Salto Grande**, a trinta e cinco léguas a nordeste de Minas Novas, na margem direita do Rio Jequitinhonha, era antigamente uma guarnição contra os índios selvagens. Tem terrenos férteis, agricultura; e 2 mil habitantes, na maior parte índios cristãos.
- **Santo Antonio do Calhau**, no riacho do mesmo nome, próximo à sua foz no Rio Araçuaí, poucas milhas acima da união desse rio com o Jequitinhonha. Tem agricultura; alguma lavagem de ouro e pedras preciosas, especialmente crisólicas; algum comércio, e 9 mil habitantes.
- **Capelinha de Nossa Senhora da Graça**, ao sul de Minas Novas, no cami-

nho dessa cidade para as colônias do Mucuri, graças às quais teve extraordinário desenvolvimento. Foi elevada a freguesia em 1858, e tem 12 mil habitantes.

**2. Município de Grão Mogol**, distrito serrano no vale do Rio Itacambiruçu, afluente do Jequitinhonha, junto ao Rio Gorutuba, tributário do São Francisco. Tem diamantes, ouro, pecuária e pouca agricultura.

*Centro principal:*

- **Vila de Grão Mogol**, que antigamente se chamava Extrema<sup>105</sup>, e é vila desde 1840. Tem comércio de diamantes e pecuária. A freguesia tem 1.2 mil habitantes, e a vila em si tem 1.600 moradores.

*Freguesias:*

- **São José do Gurituba ou Gorutuba**, situada junto ao rio aurífero do mesmo nome, que, sobretudo antigamente, fornecia uma rica produção de ouro de aluvião. Fica a quinze léguas a noroeste de Grão Mogol, e tem 7 mil habitantes

**3. Município de Rio Pardo**, distrito bastante extenso, formado principalmente por campos abertos, situado parte no vale do Alto Rio Pardo, parte no do Rio Jequitinhonha. Tem agricultura (cereais, um pouco de cana-de-açúcar, algodão); pecuária, e alguma indústria (couros, selaria).

*Centro principal:*

- **Vila de Rio Pardo**, fundada no fim do século XVII, foi elevada a vila em 1831, e teve durante um período o nome de Januária<sup>106</sup>. Faz bastante exportação de gado, cavalos e algodão para a Bahia; e tem 12 mil habitantes, cuja maior parte é de

---

<sup>105</sup>(RBM) Tschudi repete outro erro de Saint-Adolphe ao registrar a denominação de Extrema. Segundo Waldemar da Almeida Barbosa, a denominação primitiva de Grão Mogol era Serrinha, passando a Serra, e a Serra do Grão Mogol ou Grão Mogor.

<sup>106</sup>(RBM) Rio Pardo nunca teve a denominação de Januária. Esse erro só ocorre em Saint-Adolphe e é, mais uma vez, repetido por Tschudi.

origem indígena.

***Freguesias:***

- **Santo Antonio das Salinas**, a cerca de dezoito léguas ao sul de Rio Pardo. Do solo salino obtém-se algum sal para exportação para o interior. Tem 4 mil habitantes.

## **VI. COMARCA DO RIO SÃO FRANCISCO**

1. **Município de Formigas**, município muito extenso às margens do Rio São Francisco; com montanhas, campos, e muita pecuária,

***Centro principal:***

- **Vila de Formigas**,<sup>107</sup> elevada a vila em 1831, com o nome de Formigas de Montes Claros. Exporta cavalos, gado, e couros crus e curtidos para a Bahia, e tem 6 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Contendas**, comumente denominada Morrinhos. Fica ao norte de Formigas; e tem 6 mil habitantes.
- **Santíssimo Coração de Jesus**, ao norte de Formigas; com solo fértil, muita agricultura; e 6 mil habitantes
- **Barra do Rio das Velhas**<sup>108</sup>, a sudoeste de Formigas, nas proximidades do encontro do Rio das Velhas com o São Francisco. Tem 3 mil habitantes.
- **Bonfim de Macaúbas**, no Ribeirão de Macaúbas; com boa terra, agricultura; e 6 mil habitantes.
- **Itacambira**, a leste de Formigas, em região montanhosa na cabeceira do Rio Itacambiruçu, afluente do Jequitinhonha. Tem 5 mil habitantes.

---

<sup>107</sup>(RBM) O decreto de 13/10/1831, que promoveu a elevação a vila, menciona apenas o nome Formigas; mas segundo *Feu de Carvalho, Comarcas e Termos*, p.130, em 1850 já se encontra a denominação Montes Claros de Formigas em documentos oficiais. Quando Tschudi visitou Minas a localidade já era cidade, elevada em 1857, com o nome de Montes Claros.

<sup>108</sup>(RBM) Barra do Rio das Velhas já era vila desde 16/10/1861, com o nome de Guaicuú.

**2. Município de Januária**, no vale norte do Rio São Francisco; com várzeas e campos. Tem solo salitroso; agricultura (cana-de-açúcar, algodão); e pecuária.

*Centro principal:*

• **Vila de Januária ou Salgado**, cercada de pântanos, a uma légua do Rio São Francisco. A freguesia tem 10 mil habitantes, em parte indígenas, dos quais 4 mil na vila.

*Freguesias:*

• **Morrinhos**, na margem direita do Rio São Francisco. Tem alguma agricultura e pecuária, muito prejudicadas, em parte pelas secas constantes, em parte pela imensa quantidade de insetos durante a estação quente. Conta 4 mil habitantes.

**3. Município de São Romão ou Manga<sup>109</sup>**, na margem esquerda do Rio São Francisco; entre os rios Paracatu e Urucuia. Tem várzeas com agricultura (arroz, milho e cana-de-açúcar, esta última em geral usada na produção de aguardente).

*Centro principal:*

• **São Romão**, em um vale pantanoso e insalubre; é vila desde 1831. É um entreposto para mercadorias europeias; sal, tecidos de algodão nativos e demais produtos do interior, que são exportados rio abaixo para a Bahia. Conta 6 mil habitantes.

## VII. COMARCA DO PARACATU

**1. Município de Paracatu**, muito extenso, pouco povoado, situado no vale do Rio Paracatu. É em parte montanhoso, em parte coberto de matas, com clima muito quente.

---

<sup>109</sup>(RBM) O nome do município era São Romão. A freguesia se chamava Santo Antônio da Manga de São Romão, mas o município nunca foi conhecido, mesmo informalmente, como Manga, e não deve ser confundido com o atual município de Manga (antiga Manga do Arnador). Sua sede era na Vila Risonha de São Romão, criada em 13/10/1831.

Tem mineração, agricultura; pecuária; madeiras nobres; e plantas medicinais.

***Centro principal:***

- **Cidade de Paracatu**<sup>110</sup>, fundada em meados do século passado, elevada a vila em 1798, como Vila do Paracatu do Príncipe, e a cidade em 1850. Antigamente era famosa por suas lavras de ouro, hoje insignificantes. Tem considerável criação de gado bovino e eqüino; curtumes; excelente cana-de-açúcar e esplêndido café. É via comercial entre as províncias de Goiás e da Bahia. A cidade tem de 10 a 12 mil moradores e a freguesia tem 20 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Nossa Senhora da Penha do Buriti**, a cerca de vinte e cinco léguas a nordeste de Paracatu, na cabeceira do Rio Urucuia. Tem gado bovino e eqüino; curtumes; e 8 mil habitantes.
- **Santana dos Alegres**, a sudeste de Paracatu. Tem pecuária; curtumes; agricultura, alguma mineração de diamantes; e 7.500 habitantes.

## **VIII. COMARCA DO PARANAÍBA**

**1. Município de Araxá**, na cabeceira do Rio das Velhas, afluente sul do Rio Paranaíba. Tem terrenos férteis, muita agricultura (cana-de-açúcar, algodão, tabaco); e pecuária.

***Centro principal:***

- **Vila de Araxá**, fundada em fins do século passado. A extensa freguesia exporta tabaco, tecido grosseiro de algodão e queijo; e nela se encontram algumas fontes sulfurosas. Tem 12 a 14 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **São Francisco das Chagas do Campo Grande**, com alguma pecuária, fabricação de queijos, e 2 mil habitantes.

<sup>110</sup> (RBM) Segundo Waldemar Almeida Barbosa, Paracatu foi elevada a cidade em 1840.

**2. Município de Patrocínio**, entre as nascentes do Rio Paranaíba e do Rio das Velhas; formado sobretudo por campos. Tem pecuária; alguma agricultura e garimpos de diamantes.

*Centro principal:*

- **Vila de Patrocínio**, fundada no início do século XIX, e elevada a vila em 1840. Tem boas pastagens em solo levemente salitroso, e 10 mil habitantes.

*Freguesias:*

- **Santo Antonio dos Patos**, a doze léguas a nor-nordeste de Patrocínio; com cerca de 7 mil habitantes
- **Santana da Barra do Rio das Velhas**, a cerca de dezesseis léguas a oeste de Patrocínio. Paróquia extensa entre o Rio Paranaíba, o Ribeirão da Bagagem e o Rio das Velhas. Tem agricultura; e 6 mil habitantes.
- **Bagagem**<sup>111</sup>, a cerca de quinze léguas a noroeste de Patrocínio, no ribeirão do mesmo nome. Tem importantes garimpos de diamantes; onde são encontrados principalmente diamantes coloridos. Foi elevada a vila em 1856, e tem 10 mil habitantes.

## IX. COMARCA DO PARANÁ

**1. Município de Desemboque**, município insignificante na cabeceira do Rio das Velhas, a oeste da Serra da Canastra. É quase todo composto de baixadas florestadas; com agricultura.

*Centro principal:*

- **Vila de Desemboque**<sup>112</sup>, fundada na segunda metade do século passado em

---

<sup>111</sup>(RBM) Apesar de mencionar sua elevação a vila, Tschudi lista Bagagem como freguesia do município de Patrocínio. Na verdade, quando o artigo foi publicado, a localidade já tinha fôro de cidade. A partir da descoberta do diamante *Estrela do Sul*, em 2/5/1852, o garimpo da Bagagem viveu um intenso *rush minerador* e passou por uma evolução raríssima na história administrativa de Minas: o distrito de paz foi criado em 4/5/1852, a paróquia em 27/4/1854, a vila em 30/5/1856 e a cidade em 19/9/1861. Só algumas localidades situadas na fronteira da expansão cafeeira tiveram uma evolução administrativa comparável a esta.

<sup>112</sup>(RBM) Tschudi deixa de mencionar a freguesia do Santíssimo Sacramento, criada desde 3/7/1857.

fértil região de matas, e elevada a vila em 1831. Os moradores dessa extensa freguesia ocupam-se da pecuária, da agricultura e da indústria; exportam gado, cavalos, ovelhas e cabras, e tecem finos tecidos de lã e panos mais grosseiros de algodão. Tem 8 mil habitantes.

**2. Município de Uberaba**, extenso distrito na margem norte do Rio Grande, na fronteira com a província de São Paulo. Tem vales de matas muito férteis; navegação; agricultura; algum diamante; e criação de bovinos e suínos.

***Centro Principal:***

- **Vila de Uberaba**, fundada na metade do século passado, e elevada a vila em 1835. Fica próxima à grande estrada de São Paulo a Goiás; e tem uma população de 6 mil habitantes, parte das quais são índios.

***Freguesias:***

- **Campo Formoso**, extensa, mas pouco povoada freguesia, com 2.500 habitantes. Missão de São Francisco de Sales, antiga missão próxima ao Rio Grande, com população indígena. Tem agricultura, pesca; e 3 mil habitantes.

**3. Município de Prata**, ao norte do anterior, entre os rios das Velhas e da Prata. Tem terrenos férteis; mas é pouco povoado, e quase sem agricultura e indústria.

***Centro principal:***

- **Vila de Prata**, no Ribeirão Piracanjuba, sem importância, com apenas 1.100 habitantes.

***Freguesias:***

- **Monte Alegre de São Francisco das Chagas**, a oito léguas ao norte de

Prata, com 2.500 habitantes.

- **Carmo de Morrinhos**<sup>113</sup>, ao norte de Prata; com alguma agricultura; e 3.500 habitantes.

## x. COMARCA DO SAPUCAÍ

1. **Município de Passos**, na margem sul do Rio Grande; com campos e vales de florestas. Tem agricultura; e criação de gado bovino, ovinº e suíno.

### *Centro principal:*

- **Vila de Bom Jesus dos Passos**; com 6 mil habitantes.

### *Freguesias:*

- **São Sebastião da Ventania**, a três léguas ao sul de Passos; com 3 mil habitantes.

- **Dores do Aterrado**, a noroeste de Passos, na fronteira da província de São Paulo, entre o Rio dos Porcos e o Rio das Canoas. Tem 4 mil habitantes.

2. **Município de Jacuí**, a cinco léguas do município anterior, na fronteira da província de São Paulo. Tem pecuária e alguma agricultura.

### *Centro principal:*

- **Vila de São Carlos do Jacuí**, no Ribeirão de São Pedro, fundada no início do século passado, e elevada a vila em 1814. A freguesia tem 10 mil habitantes e a vila menos de um quinto desse número.

### *Freguesias:*

- **São Sebastião do Paraíso**, a nor-noroeste de Jacuí, muito insignificante.

---

<sup>113</sup>(RBM) Nossa Senhora do Carmo de Morrinhos, ou apenas Carmo de Morrinhos, era a denominação da freguesia da própria Vila de Prata antes de sua elevação a vila, e não uma freguesia distinta.

com um máximo de 700 habitantes.

**3. Município de Caldas**, entre a margem oeste do Rio Sapucaí e a província de São Paulo. Tem montanhas e vales férteis de matas; lavagens de ouro; pecuária e agricultura.

***Centro principal:***

- **Vila de Caldas**, antes Ouro Fino<sup>114</sup>, elevada a vila no ano de 1839. Tem renomadas termas sulfurosas e alguma lavagem de ouro. A freguesia conta 14 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Cabo Verde**, a nor-noroeste de Caldas. Tem pecuária, curtumes, exportação de couros para o Rio de Janeiro; e 8.500 habitantes.
- **Dores de Alfenas**<sup>115</sup>, a nor-nordeste de Caldas. É uma extensa freguesia com pecuária, agricultura; e 9 mil habitantes.
- **Campestre**, a quatro léguas a nor-nordeste de Caldas, com 4 mil habitantes.

## **XI. COMARCA DO JAGUARI**

**1. Município de Jaguari**, é o município mais meridional da província, na fronteira com São Paulo, na cabeceira do Rio Jaguari. Pratica agricultura (exportação de algodão para o Rio de Janeiro).

***Centro principal:***

- **Vila de Jaguari**, antes Camanducaia. Foi elevada a vila em 1840, e tem 4 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **São José de Toledo**, a noroeste de Jaguari, bem na fronteira com São Paulo.

---

<sup>114</sup>(RBM) Outro erro de Saint-Adolphe repetido por Tschudi: Caldas nunca se chamou Ouro Fino.

<sup>115</sup>(RBM) A freguesia de São José e Dores de Alfenas já tinha sido elevada a vila, com o nome de Vila Formosa, desde 7/10/1860.

Cambuí, a nor-nordeste de Jaguari; com 4 mil habitantes.

**2. Município de Pouso Alegre**, na cabeceira do Rio Sapucaí, formado na maior parte por vales férteis; tem também campos com boas pastagens. Tem pecuária, agricultura, e lavagens de ouro.

***Centro principal:***

- **Cidade de Pouso Alegre**, que faz exportação de tabaco e gado bovino; e tem 9 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **São José de Formigas**, com 4 mil habitantes.
- **Ouro Fino**, a oeste de Pouso Alegre. Tinha no passado importantes lavras, com ouro de alto quilate. Tem 7 mil habitantes.
- **Campo Místico**, a noroeste de Pouso Alegre, com 4 mil habitantes.
- **Santana do Sapucaí**, grande freguesia a nordeste de Pouso Alegre; com 8 mil habitantes.

**3. Município de Itajubá**, a sudeste do município anterior, entre a Serra da Mantiqueira e a província de São Paulo. É composto em parte por campos, em parte por vales com florestas. Tem agricultura e criação de suínos.

***Centro principal:***

- **Vila da Boa Vista de Itajubá**, com cerca de 7 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Soledade de Itajubá**, a sul-sudeste da localidade principal, na Serra da Mantiqueira, com 2.500 habitantes.
- **São Caetano de Vargem Grande**, a oeste de Itajubá; com 5 mil habitantes.

## XII. COMARCA DO RIO VERDE

1. **Município de Campanha**, entre o Rio Verde e o alto Rio Sapucaí; com vales e campos férteis; agricultura e pecuária.

### *Centro principal:*

- **Cidade de Campanha**, fundada no fim da segunda década do século passado, elevada a vila em 1798, com o título de Vila da Campanha da Princesa da Beira, e a cidade em 1839. É construída em terreno montanhoso; tem cinco igrejas, um hospital; e termas em suas cercanias. Conta 6 mil habitantes.

### *Freguesias:*

- **Três Corações de Jesus**, Maria e José, fica a quatro léguas a nordeste de Campanha; e tem 6 mil habitantes.
- **São Gonçalo**, a quatro léguas a sudoeste de Campanha, com 3 mil habitantes.
- **Nossa Senhora do Carmo da Escaramuça**, a noroeste de Campanha, com 2 mil habitantes.
- **Douradinho**, como Escaramuça, fica na margem esquerda do Rio Sapucaí, a oeste de Campanha; e tem 2 mil habitantes.
- **Santa Catarina**, a sul-sudoeste de Campanha, com 3 mil habitantes.
- **Lambari**, a sul-sudeste de Campanha; com 2.500 habitantes.

2. **Município de Três Pontas**, entre o Rio Verde e o Rio Grande. Tem montanhas e vales com florestas; agricultura e alguma lavoura de ouro.

### *Centro principal:*

- **Vila de Três Pontas**, elevada a vila em 1841; é uma localidade sem importância, mas a extensa freguesia tem 9 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Boa Esperança**, ao sul de Três Pontas; com 5 mil habitantes.
- **Espírito Santo da Varginha**, a três léguas ao sul de Três Pontas; com 5 mil habitantes.

**3. Município de Lavras do Funil**, a leste do município anterior, também localizado entre os dois rios citados acima. Tem terrenos férteis, campos e vales. Pratica agricultura (algodão, milho, arroz e, há mais tempo, boa produção de trigo) e pecuária extensiva (bovinos, eqüinos, ovinos e suínos).

***Centro principal:***

- **Vila das Lavras do Funil**, fundada no ano de 1720 e elevada a vila em 1831. Tem moradores muito diligentes e industriosos; e faz exportação de tecidos de algodão. Conta 9 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **São João Nepomuceno**, a oes-sudoeste de Lavras, com 3 mil habitantes.
- **Espírito Santo dos Coqueiros**, freguesia irrelevante a oeste de Lavras; com 1.100 habitantes.

**XIII. COMARCA DE BAEPENDI**

**1. Município de Baependi**, situado bem na nascente do Rio Verde, na fronteira com a província de São Paulo. Tem terrenos na maior parte férteis; e agricultura (milho), à qual se liga uma significativa criação de suínos.

***Centro principal:***

- **Vila de Baependi**, elevada a vila em 1814, sob o nome de Santa Maria de Baependi<sup>116</sup>. Faz comércio de toucinho salgado para o Rio de Janeiro e São Paulo.

---

<sup>116</sup>(RBM) Erro de Saint-Adolphe, repetido por Tschudi: o nome da freguesia, elevada a vila em 1814, era Nossa Senhora do Monte Serrate, e não Santa Maria.

***Freguesias:***

- **Conceição do Rio Verde**, a noroeste de Baependi, com 4 mil habitantes.
- **Pouso Alto**, ao sul de Baependi, com 5.500 habitantes.
- **Capivari**, freguesia situada mais ao sul do município, na vertente norte da Serra da Mantiqueira; com cerca de 7 mil habitantes.
- **São Tomé das Letras**, ao norte de Baependi, na serra do mesmo nome; com 5.500 habitantes.

**2. Município de Aiuruoca**, ao norte da Serra da Mantiqueira. Tem montanhas e vales férteis; agricultura e criação de suínos.

***Centro principal:***

- **Vila de Aiuruoca**, era, no século passado uma aldeia de índios, e teve durante algum tempo rica extração de ouro de aluvião. Elevada a vila em 1834, tem 5 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Alagoa de Aiuruoca**, à beira da lagoa do mesmo nome, na Serra da Mantiqueira, nas nascentes do Rio Grande. Tem 1.600 habitantes.
- **Serranos**, a poucas léguas ao norte de Aiuruoca. Tem forte criação de suínos; e 5 mil habitantes.
- **Livramento**, a cinco léguas a nordeste de Aiuruoca; com 1.500 habitantes.
- **Conceição do Porto do Turvo**, no Rio Turvo, ao norte de Aiuruoca; com 5 mil habitantes.

**3. Município de Cristina**, na nascente do Rio Verde, ao norte da Serra da Mantiqueira. Tem agricultura e pecuária.

*Centro principal:*

- **Vila de Cristina**, antiga Cumquibus Espírito Santo<sup>117</sup>. É uma vila sem importância, com algumas centenas de moradores; e a freguesia tem 4 mil habitantes.

*Freguesias:*

- **Carmo do Rio Verde**, a três léguas de Cristina, no Rio Verde; com 4.200 habitantes.
- **São Sebastião do Capituba**, a oeste de Cristina, entre a Serra do Castelhano e a Serra do Assobio; com 2.500 habitantes.

#### XIV. COMARCA DO RIO DAS MORTES

**1. Município de São João del Rei**, entre o Rio das Mortes e o Rio Grande; composto por campos e vales de florestas. Tem solo fértil; excelente agricultura (cana-de-açúcar, café, algodão, milho, arroz, outrora também trigo e centeio); pecuária (queijo muito procurado), mineração, (no passado tinha lavras de ouro muito ricas); e comércio importante.

*Centro principal:*

- **Cidade de São João del Rei**<sup>118</sup>, fundada por Tomé Portes del Rei no início do século XVIII em uma região aurífera, foi elevada a vila em 1713, e a cidade em 1843. É dividida pelos ribeirões do Barreiro e do Tejuco em duas partes, que são ligados por duas sólidas pontes de pedra. Tem nove igrejas, hospital, colégio, e uma biblioteca pública. Têm um comércio ativo, (é entreposto de produtos europeus e nacionais), mineração; e vida social proveitosa. Conta cerca de 10 mil habitantes.

---

<sup>117</sup>(RB) O nome primitivo de Cristina era Espírito Santo dos Cumquibus.

<sup>118</sup>(RB) Erro de Saint-Adolphe, repetido por Tschudi; São João del Rei foi elevada a cidade em 1838, e não em 1843.

***Freguesias:***

- **Cajuru**, a quatro léguas a sul-sudoeste de São João del Rei, no Rio das Mortes Pequeno; tem 5 mil habitantes.
- **Conceição da Barra**, a oes-noroeste de São João del Rei, na junção do Rio das Mortes com o Rio das Mortes Pequeno; com 2.500 habitantes.
- **Nossa Senhora de Nazaré**, a oes-sudoeste de São João del Rei; com 5 mil habitantes.
- **Carrancas**, na vertente oeste da Serra das Carrancas, tem pecuária; e mil habitantes.

**2. Município de São José**, a leste do município anterior, no alto Rio das Mortes. Pratica agricultura (especialmente alimentos), e criação de bovinos e suínos. A exportação de toucinho salgado para o Rio de Janeiro, é pouco ativa, e está em decadência.

***Centro principal:***

- **São José**<sup>119</sup>, fundada ao mesmo tempo que São João del Rei, da qual dista apenas três léguas. Foi elevada a vila em 1718; tem três igrejas; e 3 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Santa Rita do Rio Abaixo**, a noroeste de São José, é uma pequena freguesia de 1.500 habitantes.
- **Laje**, menos de uma légua distante de Santa Rita; com 2.500 habitantes.
- **São Tiago**, a sete léguas a noroeste de São José, com 2.600 habitantes.
- **Prados**, a cerca de três léguas a nordeste de São José. Faz exportação de queijo para o Rio de Janeiro.
- **Lagoa Dourada**, a nor-nordeste de São José, às margens da lagoa do mesmo nome, em cuja vizinhança se extraiu outrora uma quantidade considerável de ouro. Tem 2.500 habitantes.

---

<sup>119</sup>(RBM) São José del Rei (atual Tiradentes) foi elevada a cidade em 7/10/1860.

**3. Município de Oliveira**, ao norte do município anterior, situado na maior parte entre o Rio Jacaré e o Rio das Mortes. Tem agricultura, pecuária e alguma mineração.

***Centro principal:***

- **Vila de Oliveira**<sup>120</sup>, entre o Rio Jacaré e o Espigão das Vertentes. Foi elevada a vila em 1839. A freguesia tem perto de 10 mil habitantes, sendo 1.800 na vila.

***Freguesias:***

- **Passa Tempo**, a leste de Oliveira, nas nascentes do Rio Pará, afluente do Rio São Francisco; com 5 mil habitantes.
- **Santo Antônio do Amparo**, ao sul de Oliveira; com 2 mil habitantes.
- **Bom Jesus dos Perdões**, a sudoeste de Oliveira, com 5 mil habitantes.
- **Bom Sucesso**, na vertente oeste da Serra de Ibituruna.

## xv. COMARCA DO RIO GRANDE

**1. Município de Tamanduá**, entre o Rio Grande e o Rio Pará. Tem uma agricultura que não progride (algodão, de que é feito um tecido grosso), criação de suínos; e alguma lavagem de ouro (de 500 a 600 oitavas por ano).

***Centro principal:***

- **Vila de Tamanduá**<sup>121</sup>, fundada no início do século XVIII, e elevada a vila em 1719; tinha outrora ricas lavagens de ouro. A freguesia tem 9.500 habitantes.

***Freguesias:***

- **Santo Antônio do Monte**, ao norte de Tamanduá, com 4.500 habitantes. Campo Belo, extensa freguesia ao sul da Serra dos Três Irmãos. Tem pecuária importante; e 7 mil habitantes.

---

<sup>120</sup>(RBM) Oliveira foi elevada a cidade em 19/9/1861.

<sup>121</sup>(RBM) A Vila de São Bento de Tamanduá foi criada em 1789, e não em 1719. Foi elevada a cidade em 4/10/1862.

- **Espírito Santo de Itapecerica**, a nor-nordeste de Tamanduá.

**2. Município de Formiga**, a oeste do município anterior, na cabeceira do Rio São Francisco. É pouco povoado, apesar das esplêndidas terras; e tem agricultura, pecuária, e alguma indústria de algodão.

***Centro principal:***

- **Vila da Formiga**<sup>122</sup>, nas proximidades do ribeirão de mesmo nome, foi elevada a vila em 1832, com o nome de Vila Nova da Formiga. Tem 2.200 moradores e sua freguesia tem cerca de 9 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Santana do Bambuí**, a noroeste de Formiga, no rio de mesmo nome; com 6 mil habitantes.

**3. Município de Pium-Í**, a oeste do anterior, entre o Rio Pium-Í e o Rio São Francisco. É pouco povoado, e tem solo excelente para cana-de-açúcar, café, e algodão. Tem criação de eqüinos, muares e principalmente suínos; e produz ótimo ferro, que é manufaturado em diversas fundições. Com bons meios de comunicação teria grande progresso.

***Centro principal:***

- **Vila de Pium-Í**, vila desde 1841, tem cerca de 3 mil moradores, e sua freguesia tem 12 mil habitantes.

**XVI. COMARCA DO INDAIÁ**

**1. Município de Bonfim**, entre o alto curso do Rio Paraopeba e o Rio Pará; é extenso, mas pouco povoado. Tem pastagens e vales férteis; agricultura e pecuária.

---

<sup>122</sup>(RBM) Os dados sobre Formiga estão errados: a freguesia foi elevada a vila em 16/3/1839 e a cidade em 6/6/1858.

***Centro principal:***

- **Vila do Bonfim**<sup>123</sup>, vila desde 1839. Tem algum comércio; e 5.400 habitantes.

***Freguesias:***

- **Piedade dos Gerais**, a sul-sudeste de Bomfim; com 3.800 habitantes.
- **Rio do Peixe**, a sudoeste de Bonfim; com 3.500 habitantes.
- **Mateus Leme**, a noroeste de Bonfim; com 4 mil habitantes.

**2. Município de Pitangui**, a nor-noroeste do anterior, entre os mesmos rios e com as mesmas características. Tem agricultura, especialmente cana-de-açúcar (famosa e excelente cachaça), milho, e algodão; cria bovinos, eqüinos e ovinos.

***Centro principal:***

• **Vila de Pitangui**<sup>124</sup>, fundada no início do século XVIII, é vila desde 1714. Tem três igrejas, e um hospital. Fica a 1.980 pés acima do nível do mar; e tem comércio muito considerável. A freguesia tem 16.500 habitantes e a vila nem a quarta parte desse número.

***Freguesias:***

- **Santana do Rio de São João Acima**, a sudeste de Pitangui; com 3.500 habitantes.
- **Bom Despacho**, entre o Rio São Francisco e o Rio Pará; com 5 mil habitantes.
- **São Gonçalo do Pará**, a sul-sudeste de Pitangui, na margem direita do Rio Pará; com 3 mil habitantes.
- **Patafúlio**, a sudeste de Pitangui; com 2 mil habitantes.

**3. Município de Indaiá**, entre o Rio São Francisco e o Rio Indaiá. É muito extenso mas pouco povoado. Tem campos e vales; com agricultura (cana-de-açúcar, algodão), e uma pecuária irrelevante.

---

<sup>123</sup>(RBMI) Bonfim já tinha sido elevada a cidade desde 7/10/1860

<sup>124</sup>(RBMI) Pitangui já tinha sido elevada a cidade desde 16/5/1855;

***Centro principal:***

- **Vila de Dores do Indaiá**, vila pouco importante, entre o Rio São Francisco e a Serra da Saudade. A vila tem 1.500 moradores e a freguesia conta 7 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Morada Nova**, a cerca de quinze léguas a nordeste de Indaiá, na margem direita do Rio Indaiá; com 1.600 habitantes.

## **XVII. COMARCA DO PARAIBUNA**

1. **Município de Barbacena**, na vertente oeste da Serra da Mantiqueira, na cabeceira do Rio das Mortes; formada na maior parte por campos. Tem agricultura, pecuária, e alguma mineração.

***Centro principal:***

- **Cidade de Barbacena**<sup>125</sup>. Fundada na primeira metade do século passado, recebeu em 1823 o título de *Nobre e Leal Vila de Barbacena*, e foi elevada a cidade em 1840. Tem quatro igrejas, hospital; e um comércio bastante considerável para o Rio de Janeiro e para o interior. Fica a 3.530 pés acima do nível do mar. A cidade tem cerca de 4 mil moradores e a freguesia conta 12 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Santa Rita de Ibitipoca**, a sudoeste de Barbacena, na vertente oeste da Serra de Ibitipoca; com 1.500 habitantes.
- **Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca**, ao sul da anterior, junto à mesma serra.

2. **Município de Rio Preto**, na fronteira com a província do Rio de Janeiro, nas ca-

---

<sup>125</sup>(RBM) Barbacena já era vila desde 14/4/1791, Em 1823 apenas recebeu o título de *nobre e muito leal*.

beceiras do Rio do Peixe e do Rio Preto. Tem terrenos férteis, e belos vales de florestas. Produz café, açúcar, milho, bovinos, eqüinos, muares e suínos.

***Centro principal:***

- **Vila de Nossa Senhora dos Passos do Rio Preto**, na margem esquerda do rio de mesmo nome, que separa a província de Minas Gerais da província do Rio de Janeiro. Tem 4 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **São José do Rio Preto**, mais ao leste, na mesma margem do Rio Preto; com 3 mil habitantes.

**3. Município de Paraibuna**, nas cabeceiras do Rio Paraibuna; formada na maior parte por vales férteis de matas. Tem agricultura e comércio de trânsito.

***Centro principal:***

- **Cidade de Santo Antônio do Paraibuna (Juiz de Fora)**<sup>126</sup>, às margens do pequeno Rio Barrões. A cidadezinha, mais conhecida pelo nome de Juiz de Fora, é o ponto de partida da grande estrada União e Indústria, e tem tido enorme progresso desde o término da construção dessa estrada. É entreposto de café e sal; e fica a 2.250 pés acima do nível do mar. Em suas proximidades há uma colônia de alemães com cerca de 1.200 colonos. A freguesia conta 6 a 7 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Simão Pereira**, ao sul de Paraibuna, à beira da estrada União e Indústria. Era outrora um posto de alfândega; e tem 3.200 habitantes.
- **Engenho do Mato**, a nor-noroeste de Paraibuna, conhecido pelo nome de Chapéu d'Uvas. Tem cerca de 3 mil habitantes.

---

<sup>126</sup>**(RBM)** A vila, criada em 1850, se chamou Santo Antônio do Paraibuna. Foi elevada a cidade em 1856 com a denominação de Cidade de Paraibuna. Em 1865 o nome foi mudado para Juiz de Fora.

**4. Município de Pomba**, na nascente do Rio Pomba, a nordeste do anterior e a leste do município de Barbacena. Pratica agricultura em vales férteis de florestas; e faz significativa criação de suínos.

*Centro principal:*

- **Vila da Pomba**<sup>127</sup>, no rio de mesmo nome. No fim do século passado, era uma aldeia dos índios coroados, que foi depois ampliada com a chegada de colonos portugueses, e elevada a vila em 1831. A freguesia conta 12.500 habitantes.

*Freguesias:*

- **Mercês do Pomba**, a noroeste de Pomba, com cerca de 6 mil habitantes.

## XVIII. COMARCA DO MURIAÉ

**1. Município de Leopoldina**, no curso médio do Rio Pomba e, no sul, até a margem esquerda do Rio Paraíba. Tem terrenos férteis, vales de florestas em parte extremamente quentes; e agricultura (café, açúcar).

*Centro principal:*

- **Vila de Leopoldina**<sup>128</sup> (**São Sebastião do Feijão Cru**), ao norte da Serra do Feijão Cru. A vila é insignificante e a freguesia tem perto de 3 mil habitantes.

*Freguesias:*

- **São José do Paraíba**, a sul-sudoeste de Leopoldina, na margem esquerda do Rio Paraíba; com cerca de 3 mil habitantes.

---

<sup>127</sup>(RBM) Pomba já tinha sido elevada a cidade desde 6/6/1858.

<sup>128</sup>(RBM) Aparentemente Tschudi não teve informação adequada e não percebeu a extraordinária expansão do café (e do povoamento) que ocorria na Zona da Mata, exatamente na época de sua visita e de seus escritos sobre Minas. Assim, se refere a diversas vilas da fronteira cafeeira (que em muitos casos já haviam sido promovidas a cidade) como *insignificante, sem importância, ou pouco importante*, sem se dar conta do grande dinamismo que apresentavam. Leopoldina é um exemplo dessa desinformação do autor: a freguesia e a vila foram criadas na mesma data (27/4/1854) e a elevação a cidade ocorreu em 16/10/1861.

- **Meia Pataca**, a cerca de duas léguas ao norte de Leopoldina, na margem esquerda do Rio Pomba; com 5 mil habitantes.

O município compreende ainda alguns curatos, como Boa Vista, Piedade, Rio Pardo, e Madre de Deus, que contam juntos cerca de 14 mil habitantes.

2. **Município de Mar de Espanha**, na margem esquerda do Rio Paraíba. É limítrofe com a província do Rio de Janeiro e tem vales férteis de florestas, agricultura (cana-de-açúcar), e considerável exportação de café.

*Centro principal:*

- **Vila de Mar de Espanha**<sup>129</sup> (**Mercês do Cágado**). É uma vila sem importância, com cerca de mil moradores. Sua freguesia tem 4.450 habitantes.

*Freguesias:*

- **Rio Novo**, ao norte de Mar de Espanha, no rio de mesmo nome. É uma grande paróquia com 10 mil habitantes, além de dois curatos, Aventureiro e Espírito Santo, com cerca de 6 mil habitantes.

3. **Município de Ubá**, município bastante extenso, nas duas vertentes da serra que se estende desde Barbacena na direção nordeste, especialmente a Serra de São Geraldo e a Serra de São Sebastião. Tem férteis vales com florestas; agricultura considerável (café, cana-de-açúcar, tabaco, mandioca) e criação de suínos.

*Centro principal:*

- **Vila de São Januário de Ubá**<sup>130</sup>, no rio de mesmo nome. Fundada nas propriedades de João Rodrigues Pereira de Almeida, que foi feito Barão de Ubá por Dom João VI; tornou-se vila recentemente; e sua freguesia tem 6 mil habitantes.

---

<sup>129</sup>(RBM) Mar de Espanha é outro exemplo da rápida expansão do café e do povoamento na Mata nesse período: a vila foi criada em 10/9/1851, antes da criação da paróquia, que só aconteceu em 5/10/1851. A elevação a cidade veio em 27/6/1859.

<sup>130</sup>(RBM) Aplicam-se a Ubá os mesmos comentários das notas anteriores: a elevação a vila ocorreu em 17/6/1853 e a promoção a cidade em 3/7/1857.

***Freguesias:***

- **São João Batista do Presídio**<sup>131</sup>, a nordeste de Ubá, nas proximidades do Rio do Presídio. É uma grande freguesia, com 10 mil habitantes.
- **Santa Rita do Turvo**, ao norte de Ubá, do lado norte da serra, no vale do Rio Doce; com 6 mil habitantes.
- **São Sebastião dos Aflitos (Arrepiados)** a nordeste de Ubá, também no vale do Rio Doce, às margens do Rio Casca; e com 11 mil habitantes.

**4. Município de Muriaé**, nas cabeceiras do Rio Muriaé. É um município extenso, pouco povoado mas fértil; formado na maior parte por vales de florestas. Tem agricultura (café, cana-de-açúcar), e alguma criação de suínos.

***Centro principal:***

- **Vila de São Paulo do Muriaé**<sup>132</sup>, na margem direita do Rio Muriaé. É pouco importante, com oitocentos a mil moradores. Sua freguesia tem 6 mil habitantes.

***Freguesias:***

- **Nossa Senhora do Glória**, ao norte de São Paulo do Muriaé; com 4 mil habitantes.
- **Nossa Senhora da Conceição dos Tombos**, ao sul da vila de São Paulo do Muriaé; com 4 mil habitantes.

---

Resta-me apenas acrescentar algumas palavras sobre o mapa anexo. Ele é o resultado de longos anos de trabalho do engenheiro civil Sr. Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld, de Juiz de Fora, e do geógrafo da província de Minas Gerais, Sr. Friedrich Wagner, que faleceu no ano passado em sua residência em Ouro Preto. Embora não satisfaça às exigências que se fazem a uma carta geográfica precisa, é, no entanto, a melhor dis-

---

<sup>131</sup>(RBM) São João Batista do Presídio, atual Visconde do Rio Branco, já fora vila em 1839, mas perdeu essa condição em 1853, ficando subordinada a Ubá.

<sup>132</sup>(RBM) A freguesia de São Paulo do Muriaé foi criada em definitivo em 1852, a elevação a vila veio em 1855, a vila foi suprimida em 1859, restabelecida em 1860, e elevada a cidade em 1865.

ponível sobre a província de Minas Gerais, e até mesmo a melhor sobre qualquer das províncias do Império. O auxílio pecuniário que foi colocado à disposição dos engenheiros por parte do governo provincial foi insuficiente para cobrir as despesas de medição do território, que tem mais de 16 mil milhas quadradas, e que apresenta tantas dificuldades topográficas. Ainda assim, esse mapa será de grande importância e valia para a futura elaboração de uma carta apoiada em medições trigonométricas, pela qual, porém, teremos certamente de esperar ainda durante muitas décadas.

## SOBRE O AUTOR DO ENSAIO CRÍTICO

Roberto Borges Martins é professor adjunto no Departamento de Economia da UFMC, onde foi admitido, por concurso público, em 1971.

É *Bacharel em Ciências Econômicas* (UFMC, 1970) e *M.A in Economics* (Vanderbilt University, 1979). No doutorado, teve Matemática e História Econômica como áreas de concentração, e defendeu a tese *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*, obtendo o título de *Ph.D. in Economics* (Vanderbilt University, 1980).

É co-autor de *História da Mineração no Brasil* (Empresa das Artes, 1989) e tem artigos publicados no *Journal of Economic History*, na *Hispanic American Historical Review*, em *Estudos Econômicos*, na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, e em outros periódicos acadêmicos e volumes coletivos, sobre economia e escravidão, especialmente sobre o tráfico de escravos e a economia de Minas Gerais no século XIX.

Atualmente é presidente da Fundação João Pinheiro.

Este livro foi confeccionado no formato 21X26 cm, com texto principal no tipo Symbol corpo 11/16, papel Capa Texto 120g. Capa em papel Supremo 240g.

Fotolitos Espaço Alternativo, Impressão Rona Editora.

Tiragem de 1000 exemplares

CEHC/FJP

